



# Relatório de Gestão 2020

Agência Espacial Brasileira





## **RELATÓRIO DE GESTÃO EXERCÍCIO 2020**

Relatório de Gestão do exercício de 2020, apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade, como prestação de contas anual a que esta Unidade Jurisdicionada está obrigada, nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN – TCU nº 84/2020, das Decisões Normativas – TCU nº 187/2020 e nº 188/2020.

Brasília, 2021



## AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA

### **Presidente**

Carlos Augusto Teixeira de Moura

### **Chefe de Gabinete**

Leticia Vilani Morosino

### **Procurador-Chefe**

Henrique Tróccoli Júnior

### **Assessor de Cooperação Internacional**

Alessandro José Ferreira Carvalho

### **Assessor de Relações Institucionais e Comunicação**

Andre Luis Barreto Paes

### **Auditor-Chefe**

Eduardo Ribeiro

### **Diretoria de Governança do Setor Espacial**

Cristiano Augusto Trein

### **Diretoria de Inteligência Estratégica e Novos Negócios**

Paulo Eduardo Vasconcellos

### **Diretoria de Gestão de Portfólio**

Paulo Roberto Braga Barros

### **Diretoria de Planejamento, Orçamento e Administração**

Aluísio Viveiros Camargo

### **Unidades Regionais:**

#### **Unidade Regional de Natal - RN**

Marco Antônio Vieira de Rezende

#### **Unidade Regional do Maranhão - MA**

Thaís Durans Abreu

#### **Unidade Regional de São José dos Campos - SP**

Alexandre Macedo de Oliveira

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>A3P</b>	Agência Ambiental da Administração Pública	<b>CLA</b>	Centro de Lançamento de Alcântara
<b>ABNT</b>	Associação Brasileira de Normas Técnicas	<b>CLBI</b>	Centro de Lançamento da Barreira do Inferno
<b>ACS</b>	Alcântara Cyclone Space	<b>CNES</b>	Centro Nacional de Estudos Espaciais (sigla em francês)
<b>AEB</b>	Agência Espacial Brasileira	<b>CNPq</b>	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
<b>AGU</b>	Advocacia-Geral da União	<b>COBAE</b>	Comissão Brasileira de Atividades Espaciais
<b>AIT</b>	Atividades de Montagem, Integração e Testes	<b>COF</b>	Coordenação de Orçamento e Finanças
<b>ANA</b>	Agência Nacional de Águas	<b>COMAER</b>	Comando da Aeronáutica
<b>APF</b>	Administração Pública Federal	<b>COR</b>	Critical Operational Reviem
<b>AST</b>	Acordo de Salvaguardas Tecnológicas	<b>COSO</b>	Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission
<b>AUDIN</b>	Auditoria Interna	<b>COM</b>	Coordenação de Planejamento, Modernização e Informática
<b>BRICS</b>	Brasil Rússia, Índia, China e África do Sul	<b>CPRIME</b>	Centro de Projeto Integrado de Missões Espaciais
<b>BSC</b>	Balanced Scorecard	<b>CRH</b>	Coordenação de Recursos Humanos
<b>CBERS</b>	Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres (sigla em inglês)	<b>CSL</b>	Contribuição do Segmento Lançador
<b>CDI-CEA</b>	Comissão de Desenvolvimento Integrado para o Centro Espacial de Alcântara	<b>CSS</b>	Contribuição do Segmento Satélite
<b>CDPEB</b>	Comitê de Desenvolvimento do Programa Espacial Brasileiro	<b>CVT-Espacial</b>	Centro Vocacional Tecnológico Espacial Augusto Severo
<b>CEA</b>	Centro Espacial de Alcântara	<b>DAS</b>	Direção e Assessoramento Superior
<b>CEAEB</b>	Comissão de Ética da AEB	<b>DCTA</b>	Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial
<b>CEF</b>	Caixa Econômica Federal	<b>DLR</b>	Centro Espacial Alemão (sigla em alemão)
<b>CENSIPAM</b>	Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia	<b>DOD</b>	Departamento de Defesa dos EUA (sigla em inglês)
<b>CFC</b>	Conselho Federal de Contabilidade	<b>DOU</b>	Diário Oficial União
<b>CEP</b>	Comissão de Ética Pública	<b>DGSE</b>	Diretoria de Governança do Setor Espacial
<b>CGE</b>	Comitê de Gestão Estratégica	<b>DPOA</b>	Diretoria de Planejamento, Orçamento e Administração
<b>CGU</b>	Controladoria-Geral da União	<b>DGEP</b>	Diretoria de Gestão de Portfólio
<b>CGU-PAD</b>	Sistema de Gestão de Processos Disciplinares	<b>DIEN</b>	Diretoria de Inteligência Estratégica e Novos Negócios
		<b>DVP</b>	Demonstração das Variações Patrimoniais
		<b>E2T</b>	Espaço, Educação e Tecnologia
		<b>EDC</b>	Coleta de Dados Ambientais (sigla em inglês)
		<b>ENAP</b>	Escola Nacional de Administração Pública
		<b>ENE</b>	Estratégia Nacional de Espaço
		<b>EQUARS</b>	Satélite Científico para Monitoramento da Atmosfera Equatorial (sigla em inglês)

<b>ESA</b>	Agência Espacial Europeia (sigla em inglês)	<b>MD</b>	Ministério da Defesa
<b>E-SIC</b>	Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão	<b>ME</b>	Ministério da Economia
<b>ETC</b>	Estação Terrena de Cuiabá	<b>MECB</b>	Missão Espacial Completa Brasileira
<b>ETEC</b>	Encomendas Tecnológicas	<b>MRE</b>	Ministério das Relações Exteriores
<b>EUA</b>	Estados Unidos da América	<b>NASA</b>	Administração Nacional da Aeronáutica e Espaço (sigla em inglês)
<b>FAA</b>	Departamento de Aviação Federal Americana (sigla em inglês)	<b>NBC</b>	Normas Brasileiras de Contabilidade
<b>FAB</b>	Força Aérea Brasileira	<b>OBT</b>	Observação da Terra
<b>FCPE</b>	Função Comissionada do Poder Executivo	<b>OCDE</b>	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
<b>FINEP</b>	Financiadora de Estudos e Projetos	<b>ODE</b>	Olimpíada de Desenvolvimento Espacial e Aplicações
<b>FPMPEB</b>	Frente Parlamentar Mista para o Programa Espacial Brasileiro	<b>ODS</b>	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
<b>GAOT</b>	Grau de Autonomia Nacional em Imagens de Satélites de Observação da Terra	<b>ONU</b>	Organização das Nações Unidas
<b>GDACT</b>	Gratificação de Desempenho de Atividade de Ciência e Tecnologia	<b>PAC</b>	Plano Anual de Contratações
<b>GSJ</b>	Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República	<b>PATT</b>	Plano de Absorção e Transferência de Tecnologia
<b>IAE</b>	Instituto de Aeronáutica e Espaço	<b>PBL</b>	Aprendizagem Baseada em Problema (sigla em inglês)
<b>IFI</b>	Instituto de Fomento e Coordenação Industrial	<b>PCASP</b>	Plano de Contas Aplicado ao Serviços Público
<b>IFMA</b>	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão	<b>PCD</b>	Plataforma de Coleta de Dados
<b>IGASE</b>	Índice de Ganho de Autonomia em Sistemas Espaciais	<b>P&amp;D</b>	Pesquisa e Desenvolvimento
<b>INPE</b>	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais	<b>PD&amp;I</b>	Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação
<b>ISECG</b>	Grupo de Coordenação da Exploração Espacial (sigla em inglês)	<b>PDICEA</b>	Programa de Desenvolvimento Integrado para o Centro Espacial de Alcântara
<b>ISO</b>	Organização Internacional de Normalização (sigla em inglês)	<b>PDR</b>	Revisão Preliminar do Projeto (sigla em inglês)
<b>ISRO</b>	Organização Indiana de Pesquisa Espacial (sigla em inglês)	<b>PDTIC</b>	Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações
<b>ITA</b>	Instituto Tecnológico de Aeronáutica	<b>PEB</b>	Programa Espacial Brasileiro
<b>JAXA</b>	Agência Japonesa de Exploração Espacial (sigla em inglês)	<b>PES</b>	Programa Esplanada Sustentável
<b>LEO</b>	Órbita Terrestre Baixa (sigla em inglês)	<b>PESE</b>	Programa Estratégico de Sistemas Espaciais
<b>LEOP</b>	Lançamento e Fase Inicial da Órbita	<b>PETIC</b>	Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação
<b>LIT</b>	Laboratório de Integração e Testes	<b>PL</b>	Patrimônio Líquido
<b>LNC</b>	Levantamento de Necessidades de Capacitação	<b>PLOA</b>	Projeto de Lei Orçamentária Anual
<b>LOA</b>	Lei Orçamentária Anual	<b>PLS</b>	Plano de Logística Sustentável
<b>MRCEP</b>	Módulo de Recuperação de Cargas Espaciais	<b>PMI</b>	Project Management Institute
<b>MCTIC</b>	Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	<b>PMM</b>	Plataforma Multimissão

<b>PMP</b>	Project Management Professional	<b>SNI</b>	Sistema de Navegação Inercial
<b>PNAE</b>	Programa Nacional de Atividades Espaciais	<b>SPO</b>	Setor Policial
<b>PNDAAE</b>	Política Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais	<b>SPOA</b>	Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
<b>PNE</b>	Política Nacional de Espaço	<b>SPORT</b>	Scintillation Prediction Observations Research Task
<b>POLIGRI</b>	Política de Gestão de Riscos e Controles Internos	<b>SPU</b>	Secretaria de Patrimônio da União
<b>PPA</b>	Plano Plurianual	<b>TAS</b>	Thales Alenia Space
<b>PRF</b>	Polícia Rodoviária Federal	<b>TCU</b>	Tribunal de Contas da União
<b>PRR</b>	Preliminary Requirement Review	<b>TED</b>	Termo de Execução Descentralizada
<b>PSM</b>	Plataforma Suborbital de Microgravidade	<b>TI</b>	Tecnologia da Informação
<b>RAE</b>	Reunião de Avaliação da Estratégia	<b>TIC</b>	Tecnologia, Inovação e Comunicação
<b>RKA</b>	Agência Espacial Federal Russa (sigla em inglês)	<b>TMI</b>	Torre Móvel de Integração
<b>R&amp;C</b>	Rastreio e Controle	<b>ToT</b>	Transferência de Tecnologia (sigla em inglês)
<b>RPNP</b>	Restos a Pagar Não Processados	<b>UFSC</b>	Universidade Federal de Santa Catarina
<b>SANSA</b>	Agência Nacional Espacial Sul-Africana (sigla em inglês)	<b>UNOOSA</b>	Assuntos Relacionados ao Espaço Exterior (sigla em inglês)
<b>SAR</b>	Radar de Abertura Sintética (sigla em inglês)	<b>UFMG</b>	Universidade Federal de Minas Gerais
<b>SARA</b>	Satélite de Reentrada Atmosférica	<b>URMA</b>	Unidade Regional de Alcântara - MA
<b>SCD</b>	Satélite de Coleta de Dados	<b>URRN</b>	Unidade Regional de Natal - RN
<b>SEC</b>	Secretaria Executiva do CGE	<b>URSJC</b>	Unidade Regional de São José dos Campos - SP
<b>SEI</b>	Sistema Eletrônico de Informação	<b>USG</b>	Unidade Setorial de Gestão
<b>SERPENS</b>	Sistema Espacial para Realização de Pesquisa e Experimentos com Nanossatélites	<b>UPC</b>	Unidade Prestadora de Contas
<b>SGDC</b>	Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas	<b>VLM</b>	Veículo Lançador de Microsatélites
<b>SIA</b>	Associação da Indústria de Satélite (sigla em inglês)	<b>VLS</b>	Veículo Lançador de Satélites
<b>SIAFI</b>	Sistema Integrado de Administração Financeira	<b>VS</b>	Veículo Suborbital
<b>SIAPÉ</b>	Sistema Integrado de Administração de Pessoas		
<b>SIASG</b>	Sistema de Administração de Serviços Gerais		
<b>SIC</b>	Sistema de Informações de Custo		
<b>SINDAE</b>	Sistema Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais		
<b>SIOP</b>	Sistema Integrado de Orçamento e Planejamento		
<b>SISNAC</b>	Sistema de Navegação e Controle		
<b>SISP</b>	Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação		

## Sumário

<b>MENSAGEM DO PRESIDENTE .....</b>	<b>8</b>	Gestão Orçamentária e Financeira .....	54
<b>1. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO.....</b>	<b>9</b>	Gestão de Pessoas.....	63
Identificação da Unidade Prestadora de Contas .....	9	Gestão de Licitações e Contratos .....	72
Estrutura Organizacional.....	10	Gestão Patrimonial e Infraestrutura .....	75
Representantes da Alta Administração .....	12	Gestão da Tecnologia da Informação.....	77
Estrutura de Governança .....	15	Gestão de Custos .....	85
Modelo de Negócios .....	17	Sustentabilidade Ambiental .....	85
Cadeia de Valor.....	18		
Políticas e Programas de Governo .....	19		
Ambiente Externo .....	20		
Materialidade das Informações .....	24		
<b>2. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E ALOCAÇÃO DE RECURSOS.....</b>	<b>28</b>		
Estratégia e Alocação de Recursos .....	28		
Apoio da Estrutura de Governança à capacidade da UPC de gerar valor .....	31		
<b>3. RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS.....</b>	<b>38</b>		
<b>4. RESULTADOS E DESEMPENHO DA GESTÃO .....</b>	<b>41</b>		
Resultados Alcançados Frente aos Objetivos e às Prioridades da Gestão .....	41		
Áreas Especiais de Gestão .....	53		
Mensagem do Diretor de Planejamento, Orçamento e Administração.....	53		
		<b>5. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS .....</b>	<b>87</b>

## MENSAGEM DO PRESIDENTE

---



O ano de 2020 descortinava-se como período de concretização de diversas iniciativas tomadas ao longo desta gestão. Veio, porém, a pandemia do novo coronavírus, com impactos locais e em escala mundial. A sociedade teve de se adaptar a novas formas de viver: trabalho remoto, aulas não presenciais, telemedicina, compras pelo comércio eletrônico (e-commerce), amplo uso dos sistemas de entrega em domicílio (delivery), entre outras. A distância física se impôs, ao mesmo tempo em que o uso de serviços dependentes de sistemas espaciais aumenta progressivamente. Em resposta às demandas da sociedade brasileira, a Agência espacial perseverou, ao longo de 2020, na busca das soluções possíveis para apoiar os brasileiros, entendendo que sistemas espaciais são ferramentas, instrumentos de integração, verdadeira infraestrutura crítica para o bem-estar do povo e para a soberania da Nação.

Um Relatório de Gestão vai além do compromisso formal exigido pelas boas práticas da administração pública. Visa, na essência, demonstrar à sociedade a forma como vêm sendo aplicados os diversos recursos – materiais, financeiros, humanos – que são confiados a esta Autarquia, com o objetivo de que seja devidamente coordenado o Programa Espacial Brasileiro (PEB). Como preconiza a Política Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais, devemos promover a capacidade do País para usar recursos e técnicas espaciais na solução de problemas nacionais em benefício da sociedade brasileira (Decreto nº 1.332, de 8 de dezembro de 1994).

Ainda que restrita pelas limitações físicas e financeiras decorrentes do inusitado esforço contra a covid-19, a Agência Espacial, em coordenação com o



Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e com os demais entes do Sistema Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais (SINDAE), deu prosseguimento a importantes passos para a consolidação do PEB. É marcante observar que, após o lançamento dos satélites CBERS-4A e Floripasat em dezembro de 2019, prosseguiu-se na conclusão de dois outros sistemas (o Amazonia 1 e o NanoSatC-Br2). Devido aos atrasos impostos pelo veículo lançador contratado (o PSLV indiano), o lançamento, originalmente previsto para 2020, teve que ser remarcado para o exercício subsequente (fevereiro de 2021). De qualquer forma, isso mostra um significativo esforço nacional em produzir sistemas com missões operacionais, tecnológicas e científicas, logrando três entregas concretas do PEB em órbita da Terra num período de apenas quinze meses.

Com respeito à tão almejada capacitação do País para lançar satélites de seu próprio território, prosseguem os projetos relacionados a veículos lançadores e ao Espaçoporto de Alcântara. Destaca-se, primeiramente, a realização do Primeiro Chamamento Público, em conjunto com o Comando da Aeronáutica (COMAER), para identificar empresas, nacionais ou estrangeiras, interessadas em realizar operações de lançamentos espaciais a partir do Brasil.

Segundo, o início da elaboração Programa de Desenvolvimento Integrado para o Centro Espacial de Alcântara (PDICEA). Trata-se de um empreendimento multi-institucional, que visa a conferir, ao Município de Alcântara e região, a necessária conjugação de iniciativas para que todas as capacidades logísticas, educacionais e de empreendedorismo estejam à altura das demandas do Espaçoporto. Trata-se de oportunidade inigualável e imperdível para que toda a municipalidade e sua região de influência possam, de forma abrangente, aproveitar-se do dinamismo da atividade espacial. Isso viabiliza as condições não apenas de desenvolvimento tecnológico, como também das demais dimensões sociais, econômicas e culturais que o povo necessita e merece.

Naturalmente, os trabalhos ao longo de 2020 encompassaram diversas outras atividades. Apoio a iniciativas educacionais e de despertar de vocações; prospecção junto a demandadores externos ao SINDAE, como agências reguladoras, estados da Federação, segmentos econômicos; evolução dos processos e regulamentos da área de segurança espacial; elaboração conjunta de documentos de Política e Estratégia para o setor espacial, para revisão do Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE), para a Lei Geral de Atividades Espaciais, e tantos outros que fazem parte desse arcabouço legal.

Exemplo dessa amplificação do leque de atividades, no contexto nacional, foi a concepção, com o apoio da bancada de deputados federais de Santa Catarina, do Governo do Estado e das entidades acadêmicas e do terceiro setor, de uma constelação de nanosatélites para coleta de dados. O foco inicial será a melhoria das informações com vistas à previsão meteorológica de curtíssimo prazo, algo imprescindível frente aos eventos extremos que ocorrem no sul do País. Na esteira desse projeto, outras aplicações, inclusive em outros estados, vêm à tona. Isso mostra o quão amplas são as possibilidades de aportes positivos do PEB, diante de um território e de mares de vulto continental. E o quão fundamental é o papel de coordenadora da AEB frente às demandas e às potencialidades espaciais.

Externamente, a Agência prossegue na lida de inserir nossas organizações científicas, tecnológicas e de negócios no vasto e crescente mercado espacial internacional. Para tanto, a interação com agências, academia, organizações empresariais e de governo fazem parte do dia a dia da AEB, sempre visando a aumentar a competitividade e a sustentabilidade de nossas capacidades.

Até como estímulo a outras entidades governamentais brasileiras, vale citar que a Agência prossegue com o primeiro processo de Encomenda Tecnológica (ETEC), mecanismo de potencial revolucionário na administração pública,



contemplado pela Lei de Inovação. Com o apoio do TCU, da CGU, do MCTI, do COMAER, do IPEA e outras entidades públicas e privadas, avançamos rumo à contratação de projetos para subsistema crítico e estratégico para os interesses aeroespaciais brasileiros.

Este Relatório não se encerra com os tópicos aqui mencionados. Abrange muito mais. E, por isso, fica o nosso sincero e respeitoso agradecimento a todas as instituições e a todos os membros do SINDAE e da AEB, pela contribuição efetiva nessas realizações e na consolidação deste documento.

O povo brasileiro precisa de muito mais para sua integração e para seu desenvolvimento. Um País com nossa dimensão física, com nossa diversidade, com nossa economia, demanda sistemas espaciais que lhe permitam abrir oportunidades, consolidar as conquistas e crescer de forma sustentável e segura. Diante desses desafios, a Agência Espacial Brasileira procurará, sempre, lutar por um Programa Espacial que esteja à altura de nossas necessidades.

Aqui tem Espaço!

Brasília, 31 de março de 2021.

# 1. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

## Identificação da Unidade Prestadora de Contas

A Agência Espacial Brasileira (AEB), autarquia federal de natureza civil, vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), foi criada pela Lei nº 8.854, em 10 de fevereiro de 1994, com a finalidade de promover o desenvolvimento das atividades espaciais de interesse nacional. A Portaria nº 4.893, de 23 de agosto de 2017, do MCTI aprovou o Regimento Interno da AEB apresentando, além de outras informações, a estrutura organizacional da Agência.

Em 2020, foi aprovado o Decreto nº 10.469, de 19 de agosto, que entrou em vigor em 22 de setembro de 2020. Esse instrumento aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Agência Espacial Brasileira e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança. Com a aprovação desse Decreto, a Portaria nº 4.893/2017 está em processo de atualização e novo regimento será publicado em 2021.

Os normativos legais referentes à criação e à estrutura da Agência Espacial Brasileira estão disponíveis em <https://www.gov.br/aeb/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/legislacao>.

As atividades da AEB são orientadas pelas diretrizes estabelecidas na Política Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais (PNDAE), aprovada pelo Decreto nº 1.332, de 8 de dezembro de 1994, e tem o Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE) como principal instrumento

de planejamento do setor espacial.

Para organizar a execução das atividades espaciais, foi instituído o Sistema Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais (SINDAE), pelo Decreto nº 1.953, de 10 de julho de 1996, que define a AEB como seu órgão central e responsável pela sua coordenação geral. Entre os órgãos setoriais que compõem esse Sistema, destacam-se: o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), do MCTI, e o Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA), subordinado ao Comando da Aeronáutica (COMAER), do Ministério da Defesa (MD), que são responsáveis pela execução dos principais projetos e atividades estratégicos do PNAE. O SINDAE conta ainda, como executores participantes, as Universidades e a Indústria.

## SISTEMA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES ESPACIAIS (SINDAE)

---



O 2º Ciclo, iniciado em 2020, culminará em 2023 e trouxe algumas alterações que serão abordadas neste relatório. Assim, os referenciais estratégicos para o período de 2020 a 2023 são:

**Missão:** Promover atividades espaciais de interesse nacional visando o desenvolvimento da sociedade brasileira.

**Visão:** Ser uma organização reconhecida na promoção do desenvolvimento sustentável e da segurança operacional das atividades espaciais.

**Valores:** Integridade, Comprometimento e Inovação.

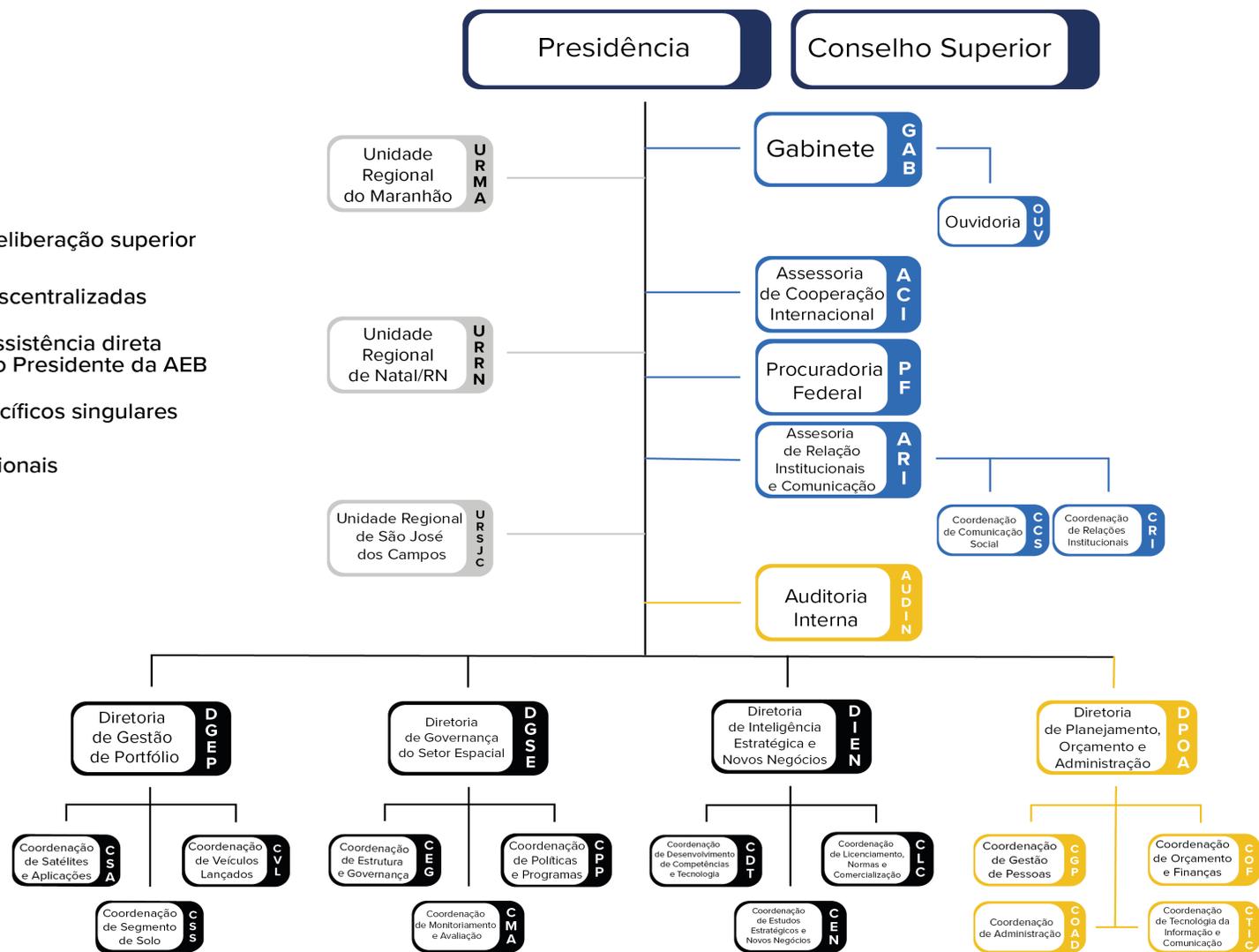
## Estrutura Organizacional

---

O Decreto nº10.469/2020 alterou a estrutura organizacional da Agência, composta pela Presidência, órgãos de assistências direta e imediata ao Presidente da AEB, órgãos seccionais e específicos singulares, bem como unidades descentralizadas. As informações detalhadas sobre atribuições e competências da AEB estão disponíveis no portal da Agência <https://www.gov.br/aeb/pt-br/composicao>.

# Organograma

- Órgãos de deliberação superior
- Unidades descentralizadas
- Órgãos de assistência direta e imediata ao Presidente da AEB
- Órgãos específicos singulares
- Órgãos seccionais



## Representantes da Alta Administração

---

### Presidente



### CARLOS AUGUSTO TEIXEIRA DE MOURA

Graduado em Engenharia de Infraestrutura Aeronáutica (1980) e Mestre em Ciências (1996), ambos pelo ITA. Experiência em projetos aeroportuários e de centros de lançamento espacial; atividades de elaboração e revisão de políticas públicas e de planejamento tecnológico e organizacional; elaboração de normas para o setor aeroespacial. Atuou na implantação do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA); no desenvolvimento do Veículo Lançador de Satélites (VLS); no desenvolvimento do Plano Diretor para o Centro Espacial de Alcântara (CEA); no projeto e implantação do Complexo Terrestre do *Cyclone-4*; na concepção e planejamento de sistemas espaciais no âmbito do Programa Estratégico de Sistemas Espaciais (PESE); no desenvolvimento de regulamentos de segurança espacial; nos programas de certificação e licenciamento espacial. É representante na América do Sul da *International Association for the Advancement of Space Safety*.

## Diretor de Gestão de Portfólio

### PAULO ROBERTO BRAGA BARROS



Graduado pelo Instituto Nacional de Telecomunicações (INATEL) como engenheiro eletricitista, especialização em projetos pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), com pós-graduado em Estratégia da Competividade Universidade de Miami. Certificado pelo *Project Manager Institute* (PMI) como *Project Manager Professional* (PMP). Carreira desenvolvida nas empresas Ericsson do Brasil, Avibras, Sideco - Argentina, ITSA - Mais TV, CNPq, Brasil Telecom; com atuação nas áreas de engenharia coordenador, gerente de projetos, diretor de engenharia, consultor especialista e gestor, com experiência na Europa (Suíça e Itália) e no Oriente Médio.

## Diretoria de Planejamento, Orçamento e Administração

### ALUÍSIO VIVEIROS CAMARGO

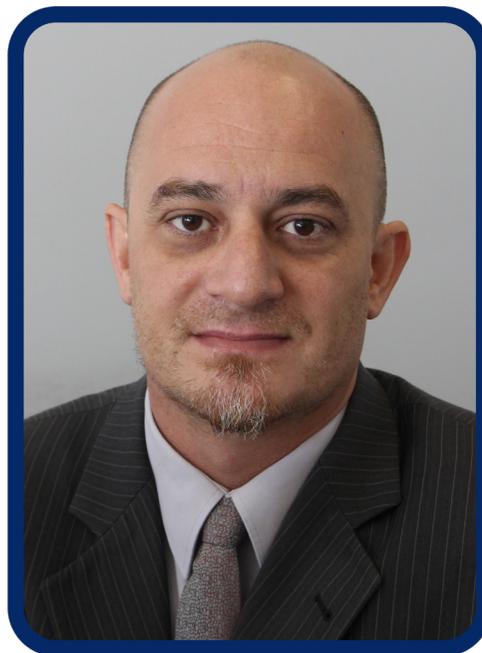


Graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, certificação em *"International Trade and Export Practice"* pela *University College Dublin*, pós-graduado em Direito Tributário pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, pós-graduado em Direito e Jurisdição pela Escola de Magistratura do Distrito Federal, Certificação em *"Project Management Intensive"* pela *Georgetown University*. Assessoramento jurídico em Direito Administrativo e Contratos Públicos; Licitações Públicas e Concorrências Privadas; Direito Civil e Contratos Privados; Direito Regulatório; Direito Tributário; Direito Econômico.

## Diretor de Governança do Setor Espacial

## Diretor de Inteligência Estratégica e Novos Negócios

### CRISTIANO AUGUSTO TREIN



Graduado em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Mestre em Estruturas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Doutorado em Engenharia pela *Kyoto University* no Japão. Tecnologista Sênior da carreira de Ciência e Tecnologia, desempenhou a função de Coordenador de Acompanhamento e Avaliação da Diretoria de Política Espacial e Investimentos Estratégicos da AEB.



### PAULO EDUARDO VASCONCELLOS

Especialista em Planejamento e Gestão Estratégica. Profissional de Tecnologia da Informação, como Analista de Negócios no desenvolvimento de sistemas de informação em áreas como Missão Crítica, Inteligência, Gestão do Conhecimento e Corporativa. Experiência em coordenação e integração de equipes para projetos. Oficial General da reserva da FAB, piloto de caça; trabalhou nas áreas de Planejamento Estratégico e Gestão Estratégica. Foi representante do Grupo de Alto Nível Brasil/Suécia (Comitê Executivo) e, recentemente, CIO da Força Aérea Brasileira.

## Estrutura de Governança

---

A estrutura de governança da AEB em nível mais amplo e interno, definida em termos normativos, está ancorada em sua lei de criação, no decreto que institui sua estrutura regimental e na portaria que detalha essa estrutura.

As estruturas de governança estão definidas, para além do disposto nos normativos citados, na Política de Governança, Gestão da Integridade, Riscos e Controles Internos da Gestão da AEB (POLIGRI), aprovada pelas Portarias nº 62/2017 e nº 425/2020. Essa Portaria instituiu 3 (três) instâncias internas responsáveis pela governança e tomada de decisão da Autarquia, de acordo com os níveis gerenciais:

- **Comitê de Gestão Estratégica (CGE):** Instância interna superior, voltada para as questões de nível estratégico, composto pelo Presidente da AEB, pelos 4 (quatro) Diretores, pela Chefia de Gabinete e pela Chefia da Assessoria de Cooperação Internacional;
- **Secretaria-Executiva do CGE (SEC):** Instância de apoio ao CGE e de interlocução entre o Comitê e as Unidades Setoriais de Gestão (USGs), coordenada pela Chefia de Gabinete e formada por representantes de cada uma das Diretorias e da Assessoria de Cooperação Internacional; e
- **Unidades Setoriais de Gestão (USG):** Unidades de gestão tática (Coordenadores) e operacional (Chefes de Divisão e de Serviço) da AEB.

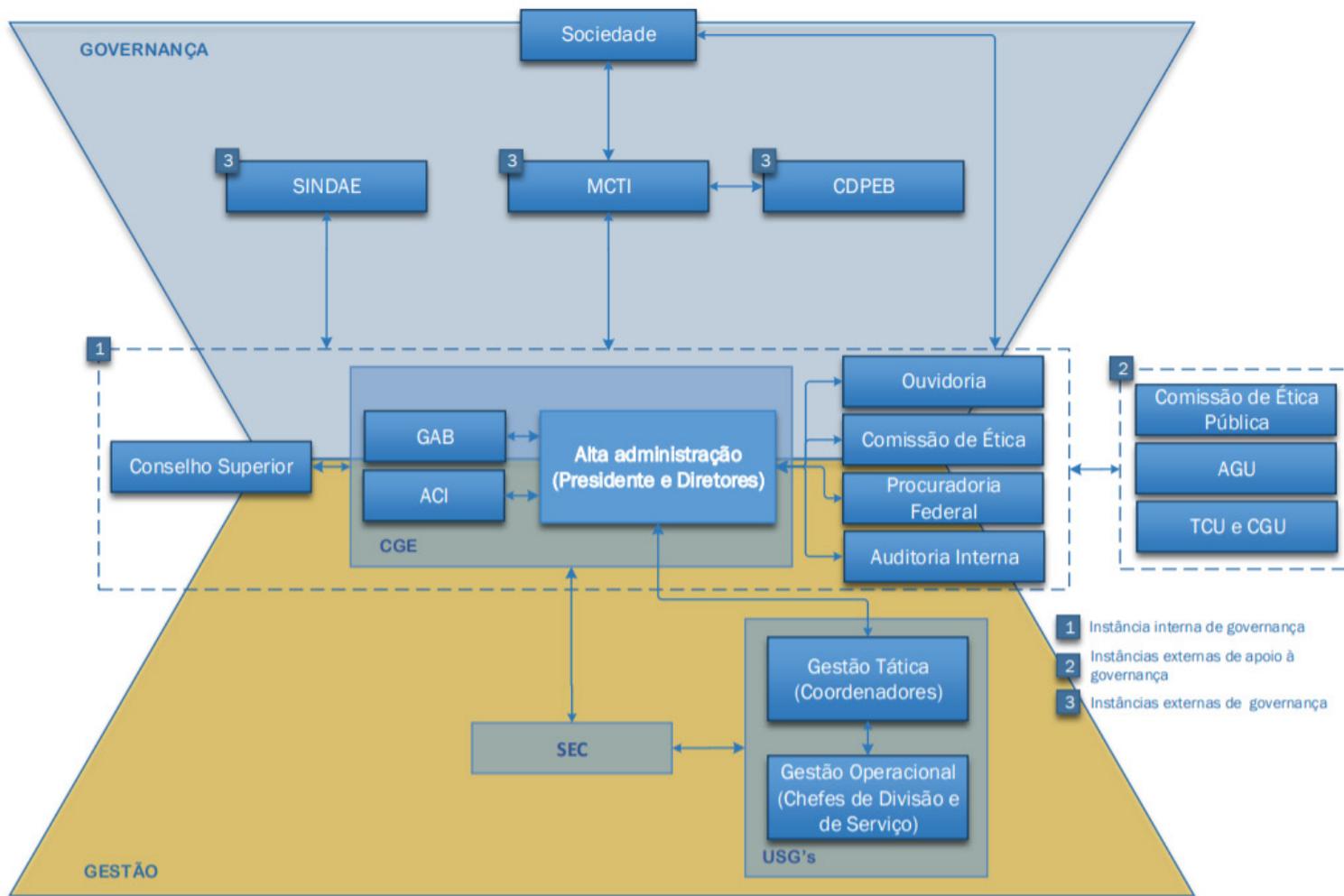
Ainda compondo as instâncias externas, em 2018, por meio do Decreto nº 9.279, foi criado, no âmbito do Gabinete de Segurança Institucional da

Presidência da República (GSI-PR), o Comitê para o Desenvolvimento do Programa Espacial Brasileiro (CDPEB), composto por diferentes Ministérios relacionados com o tema, sendo uma instância externa de governança onde se pactuam agendas técnicas e de governança.

Todas essas instâncias, articuladas e com papéis bem definidos, contribuem para o alcance dos objetivos estratégicos da AEB.

A figura a seguir apresenta, esquematicamente, o modelo de governança da AEB, com a representação das principais instâncias externas e internas.

# MODELO DE GOVERNANÇA DA AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA (AEB)

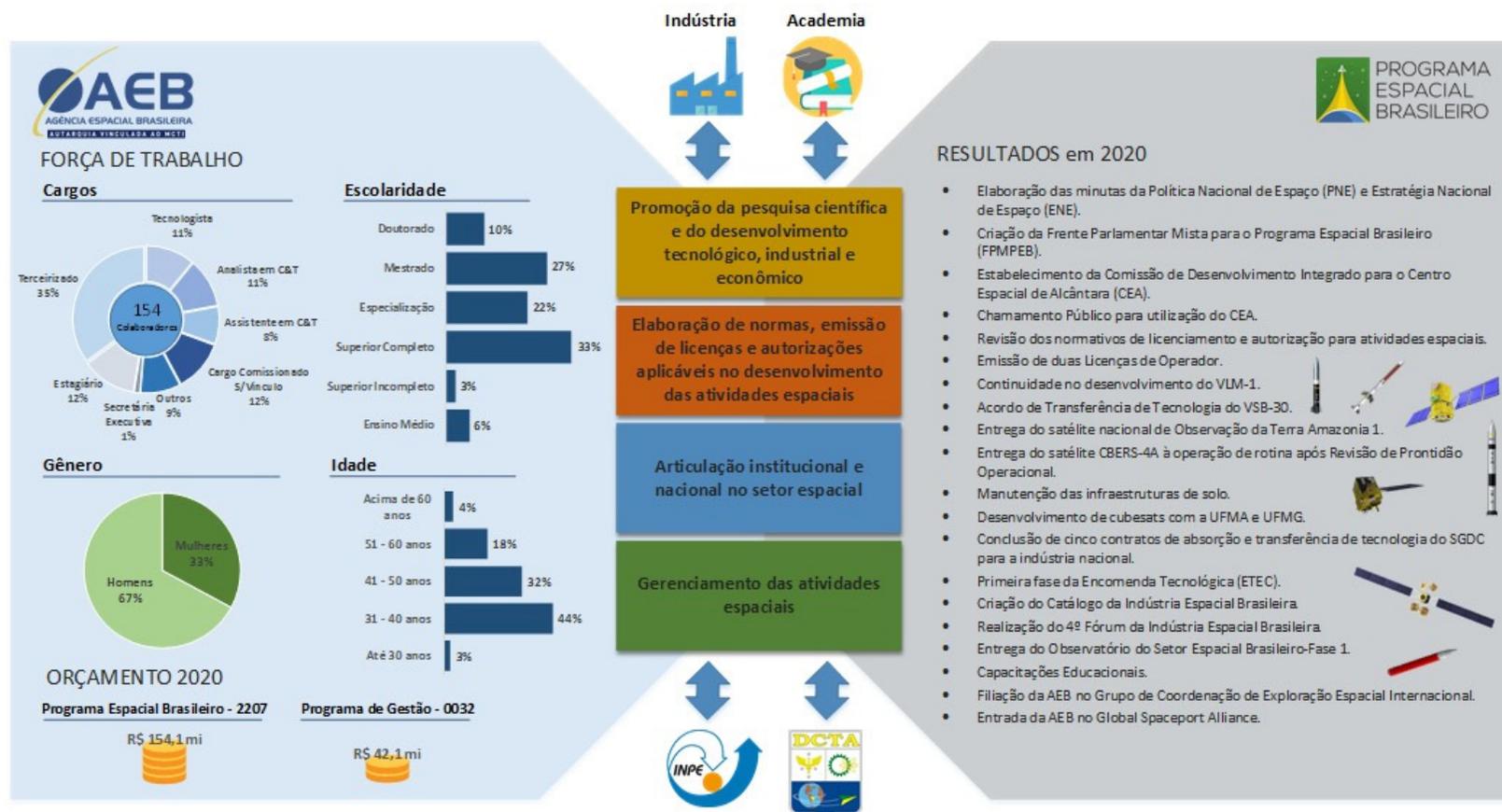


## Modelo de Negócios

O modelo de negócios de uma organização procura demonstrar o sistema de transformação de insumos em produtos entregues à sociedade. Ou seja, apresenta os principais recursos usados, os seus macroprocessos e o valor gerado para o público alvo.

O diagrama a seguir apresenta o modelo de negócio no qual a AEB está inserida:

## MODELO DE NEGÓCIO DA AEB



### Observação:

Programa 2207 – Programa Espacial Brasileiro (Programa Temático)

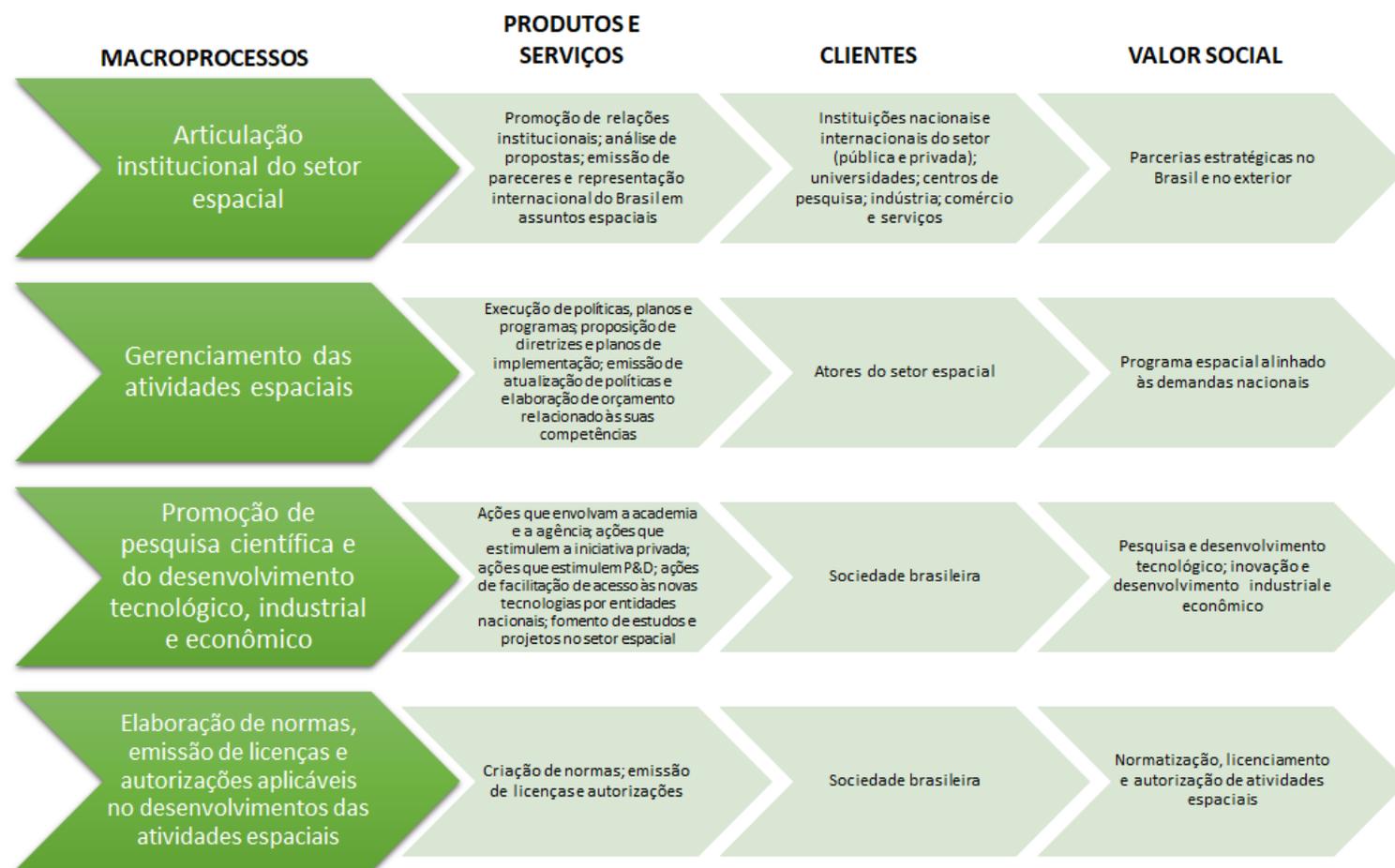
Programa 0032 – Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo

## Cadeia de Valor

A AEB opera, prioritariamente, por meio da implementação de um conjunto de processos finalísticos e de apoio, estabelecidos em correspondência com as competências descritas no art. 3º da Lei nº 8.854/94, que criou a autarquia, no Art. 1º do Anexo I do Decreto nº 10.469/2020 e posteriores alterações, bem como por intermédio das atribuições regimentais das diversas unidades que compõem a sua estrutura organizacional. Os macroprocessos finalísticos descrevem as principais atribuições desempenhadas pela AEB por meio das quais a autarquia cumpre a sua missão.

No tocante aos principais parceiros externos, a AEB se relaciona institucionalmente com INPE, DCTA, MCTI, Ministério da Economia (ME), MD, MRE, Casa Civil da Presidência da República, CNPq, universidades e indústrias do setor espacial.

## CADEIA DE VALOR DA AEB



## Políticas e Programas de Governo

O Brasil trabalha para garantir sua autonomia no setor espacial por meio da Política Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais (PNDAE) que estabelece objetivos e diretrizes para os programas e projetos nacionais relativos à área espacial e tem o Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE) como seu principal instrumento de planejamento e programação decenal.

Com a PNDAE busca-se a integração da política espacial às demais políticas públicas em execução no país por meio do fomento à formação qualificada, captação e fixação de especialistas capazes de dinamizar a cadeia produtiva espacial brasileira e de viabilizar o domínio sobre as tecnologias críticas e de acesso restrito.

O PNAE é um instrumento de planejamento do Programa Espacial Brasileiro (PEB) que busca orientar as suas ações por períodos de dez anos. Traz um conjunto de orientações e diretrizes estratégicas, bem como as principais missões espaciais a serem desenvolvidas no período, no âmbito do Sistema Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais (SINDAE). A PNDAE e o PNAE contribuíram para a elaboração do Programa Temático 2207 – Programa Espacial Brasileiro constante no Plano Plurianual 2020-2023.

Em 2020, teve início o processo revisão da PNDAE e do PNAE em que foram elaboradas pela AEB, as minutas da Política Nacional de Espaço (PNE) e Estratégia Nacional de Espaço (ENE). A PNE será o instrumento de planejamento do setor espacial de alto nível definindo princípios, diretrizes e objetivos e terá a finalidade de fundamentar e organizar as atividades espaciais no Brasil. Terá

como objetivo geral promover a capacidade do Brasil para manter atividades espaciais com vistas ao enfrentamento e à superação dos desafios nacionais e em benefício da sociedade brasileira. A ENE estabelecerá as orientações estratégicas para o setor espacial brasileiro para um horizonte mínimo de dez anos. Ambas as minutas foram entregues ao MCTI em 2020 e foram fruto de um intenso trabalho coordenado pela AEB que envolveu várias instituições integrantes do SINDAE.

Informações mais detalhadas estão disponíveis no endereço <https://www.gov.br/aeb/pt-br/programa-espacial-brasileiro/politica-organizacao-programa-e-projetos>

### POLÍTICAS, PROGRAMAS E INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO DE GOVERNO

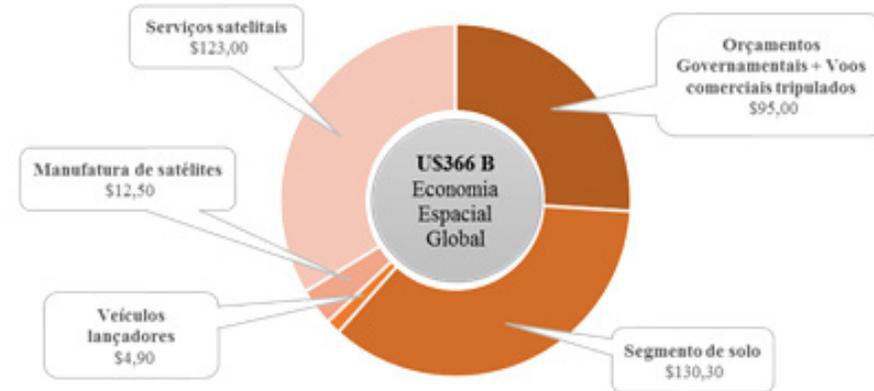


## Ambiente Externo

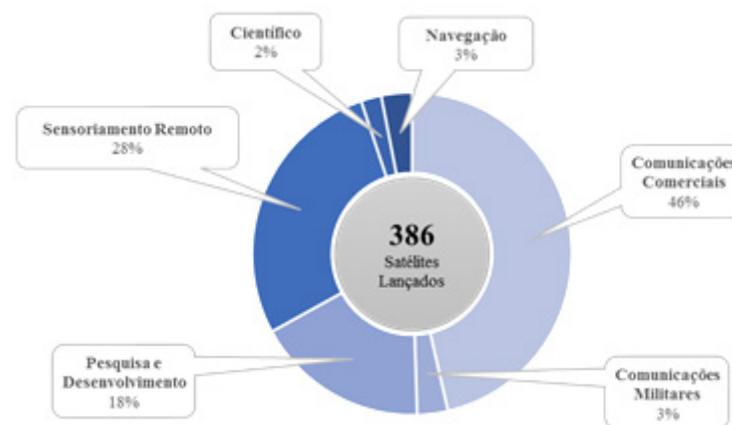
O cenário global das atividades espaciais inclui uma ampla diversidade de atores públicos e privados e um relevante mercado que, segundo dados consolidados de 2019, movimentou cerca de US\$ 366 bilhões no ano, com destaque para os mercados de veículos lançadores, de fabricação de satélites, de equipamentos de solo e para a comercialização de ampla variedade de produtos e serviços espaciais. Atualmente, cerca de 80 nações desenvolvem algum tipo de operação no espaço, sendo característica marcante desse mercado a participação crescente dos países em desenvolvimento. Contudo, poucos países detêm o domínio sobre o ciclo produtivo da cadeia espacial, entre eles, Estados Unidos, China, Rússia, Índia, França e Japão.

Os números mais atuais da indústria de satélites remontam a 2019, mas permanecem significantes para demonstrar o tamanho do mercado global deste segmento e dos vários setores que o compõem. A figura a seguir mostra a distribuição por tipo de missão dos 386 satélites que foram lançados naquele ano, dos quais 28% são voltados para sensoriamento remoto, como é o caso do satélite CBERS-4A, lançado pelo Brasil, em parceria com a China, em dezembro de 2019. Em março 2021, foi lançado mais um satélite brasileiro de observação da Terra, o Amazonia-1, que teve toda sua engenharia de sistemas, integração e testes, executados no Brasil, marcando, pela primeira vez, o domínio brasileiro completo no desenvolvimento deste tipo de sistema espacial.

## DISTRIBUIÇÃO DA ECONOMIA ESPACIAL GLOBAL EM 2019 Valores em bilhões



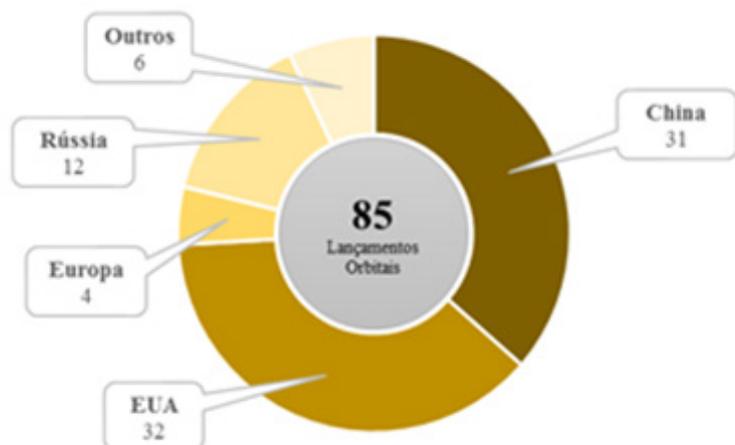
## DISTRIBUIÇÃO DOS SATÉLITES POR TIPO DE MISSÃO EM 2019 Valores em %



Fonte: State of the Satellite Industry Report. Satellite Industry Association (SIA).

No âmbito do mercado de veículos lançadores, em 2020, foram realizados 85 lançamentos orbitais, número menor que os 102 lançamentos registrados em 2019. Os EUA foram o país com o maior número de lançamentos, 32 no total, se guido por China e Rússia, com 31 e 12 lançamentos, respectivamente.

### NÚMERO DE LANÇAMENTOS ORBITAIS POR PAÍS EM 2020



Fonte: State of the Satellite Industry Report. Satellite Industry Association (SIA).

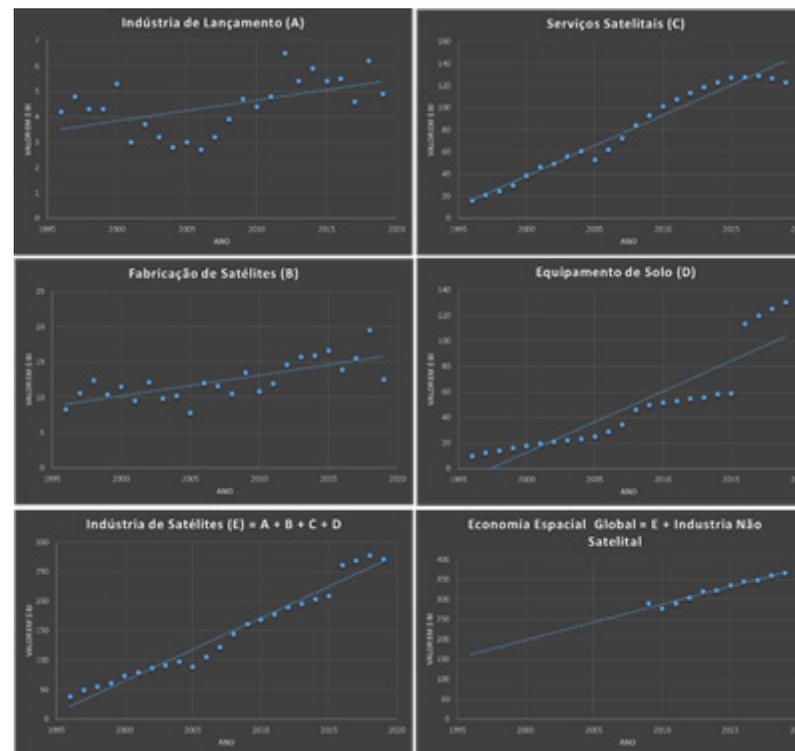
Os Estados Unidos lideram o setor espacial, tanto nos investimentos na área militar quanto no mercado comercial de serviços e aplicações de satélites ou de lançamentos, com cerca de 40% do mercado global. Além dos Estados Unidos, China, União Europeia, Japão, França, Rússia, Índia e Canadá apresentam investimentos substanciais na área. De acordo com dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), os gastos governamentais aproximados em aplicações civis e militares para o setor espacial foram de US\$ 43,0 bilhões para a *National Aeronautics & Space Administration (NASA)* e U.S Department of Defense (DOD); US\$ 6,0 bilhões para a *European Space Agency (ESA)*; US\$ 3,4 bilhões para a *Japan Aerospace Exploration Agency (JAXA)*;

US\$ 2,5 bilhões para a *French Space Agency (CNES)*; US\$ 1,6 bilhão para a *Russian Federal Space Agency (RKA)*; e US\$ 850 milhões para a *Indian Space Research Organization (ISRO)*.

É notório o crescimento do mercado espacial global nos últimos anos, como demonstra a figura a seguir:

### CRESCIMENTO DO MERCADO ESPACIAL GLOBAL – 1995 A 2019

Valores em U\$ bi



Fonte: State of the Satellite Industry Report. Satellite Industry Association (SIA).



Seguindo essa tendência, de acordo com a *Federal Aviation Administration* (FAA) (2018), existem sinais de que o mercado de lançamentos irá crescer nos próximos anos. Vários novos veículos lançadores estão sendo desenvolvidos para atender a demanda latente de operadores de pequenos satélites. Estes veículos são projetados para lançar cargas úteis abaixo de 500 kg em órbita baixa. De acordo com a *European Space Agency* (ESA), a evolução da economia espacial deverá ser influenciada nos próximos anos pelos seguintes fatores:

- Avanços tecnológicos, criando expectativas de atividades espaciais com melhor relação custo/benefício e conseqüentemente mais lucrativas;
- Aumento da participação do setor privado com a entrada de novos investidores no mercado;
- Uma economia global que é crescentemente dependente do acesso a dados, com implicações para o mercado espacial; e
- Uma visão crescente e mundialmente compartilhada da importância do espaço para o futuro da humanidade.

Em outra linha, consolida-se no cenário espacial a tendência denominada *New Space*, que se caracteriza por tecnologias mais avançadas, baratas e leves que as da geração anterior, agora denominada *Old Space*.

No *New Space* o setor privado exerce papel cada vez mais relevante, empreendendo em missões espaciais de baixo custo, explorando novos modelos de negócios e desenvolvendo iniciativas voltadas ao mercado em diferentes segmentos do setor espacial. Nesse contexto, fundos públicos e privados impulsionam modelos de negócios inovadores que apresentam soluções disruptivas utilizando-se de pequenos e nanosatélites, mega-constelações e veículos lançadores de pequeno porte.

Tal característica modifica substancialmente o financiamento dos desenvolvimentos

relacionados. De acordo com artigo da revista *Space Economy*, nos últimos anos, quem acompanha a indústria espacial mundial vem percebendo a entrada da iniciativa privada no mundo dos lançadores de satélites. O que era no século passado uma atividade majoritariamente conduzida por governos e financiada sem promessas de retornos financeiros diretos, agora atrai empreendedores no mundo todo.

Em 2018, as *startups* da *New Space* atraíram investidores, obtendo US\$ 3 bilhões em todo o mundo. Isso representa um aumento de quase 30% em relação a 2017. Mais da metade desse dinheiro foi investido em empresas que desenvolvem lançadores dedicados a *smallsats*, onde grande parte dessas transações ocorreram nos Estados Unidos. As *startups* europeias receberam 18% desses financiamentos, ante 13% em 2017. É cada vez maior a participação de lançamentos de *smallsats*, conforme dados da *Bryce* de 2019, serviços comerciais providos por *smallsats* tiveram um alto crescimento, passando de 6% em 2012 para 62% em 2019.

Segundo dados da *Eurconsult*, o panorama dos *smallsats* em 2019 foi:

- O ano de 2019 atingiu o recorde com 385 *smallsats* lançados;
- 60% dos *smallsats* lançados foram de constelações;
- 65% da demanda vieram de operadores americanos;
- O *Falcon 9* é o principal lançador com 35% dos *smallsats* e 74% em massa de lançamento;
- A *Space X* se tornou o maior operado com 120 *Starlinks* lançados dentro de um ano;
- 14% dos *smallsats* lançados foram governamentais;
- Foram lançados ao espaço 39,9 tons de *smallsats*, que corresponde a 10% do total de massa lançado em 2019;
- Operam 21 lançadores de *smallsats* no mundo;

- 46 lançadores carregaram *smallsats*, 45% do total de lançamentos ao redor do mundo;
- 91% dos *smallsats* foram lançados em órbita LEO;

## Cooperação internacional

---

Em 2020, a Agência Espacial Brasileira (AEB) participou de diversas atividades com o objetivo de aprofundar relações com outros países e organismos multilaterais, como o Escritório da ONU para Assuntos Relacionados ao Espaço Exterior – UNOOSA (*United Nations Office for Outer Space Affairs*). A AEB tem buscado, na cooperação internacional, a defesa dos interesses brasileiros para o desenvolvimento científico e industrial no país, além da promoção de um ambiente internacional seguro e justo, visando sempre o uso pacífico do espaço exterior.

No que diz respeito ao estabelecimento de novos instrumentos de cooperação, destaca-se a assinatura de dois acordos em 2020:

- Memorando de Entendimento entre a AEB e a Agência Nacional Espacial Sul-Africana (SANSA) para cooperação em atividades espaciais para fins pacíficos;
- Memorando de Entendimento entre as Nações Unidas e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações da República Federativa do Brasil para cooperação mútua em assuntos relevantes à exploração e usos pacíficos do espaço exterior.

Associado ao desenvolvimento do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), foi realizado um Chamamento Público para identificação de empresas, nacionais ou estrangeiras, interessadas em realizar operações de lançamentos espaciais privados a partir do Brasil. Nessa iniciativa, empresas privadas brasileiras ou de outras nações submeteram propostas e participam do processo

estabelecido em Edital, cujas etapas terão continuidade no ano de 2021.

Adicionalmente, fortalecendo essas ações, a AEB filiou-se ao *Global Spaceport Alliance*, visando contribuir com a inserção do Brasil no rol de países com espaçoportos de classe internacional. Além disso, contatos e interações internacionais foram realizadas na área de licenciamento de atividades espaciais. Com o intuito de ampliar a possibilidade de inserção da tecnologia espacial produzida em nossas universidades e na indústria nacional, a AEB também se filiou ao *International Space Exploration Coordination Group (ISECG)*, buscando identificar parcerias em missões conjuntas e pacíficas ao espaço exterior. Essa iniciativa permite ao Brasil ter uma melhor percepção em relação aos benefícios científicos, tecnológicos, econômicos e sociais associados ao fortalecimento do setor espacial, com o viés de subsidiar ações nacionais de encorajamento e atuação coordenada da indústria e da academia.

## Materialidade das Informações

---

O relatório integrado da AEB está estruturado conforme determinado pelos normativos expedidos pelo Tribunal de Contas da União (TCU) anualmente. Para o exercício de 2020, o relatório foi estruturado pela Instrução Normativa TCU nº 84/2020 Decisões Normativas TCU nos 187 e 188/2020.

As informações constantes neste relatório estão em consonância com todos os normativos legais que autorizaram a Unidade Prestadora de Contas (UPC) a executar o Política Espacial, a PNDAE e o PNAE, que define as diretrizes estratégicas para o setor em um período de 10 anos. O atual PNAE contempla o decêndio 2012-2021. A união desses dois documentos serviu de base para a elaboração de programas de governo para o setor, refletidos nos Planos Plurianuais (PPA). O PPA 2020-2023 contemplou o Programa Temático “Programa Espacial Brasileiro”, cuja execução e acompanhamento são realizados pela AEB e MCTI.

A associação desses normativos, cuja elaboração envolveu a alta administração da AEB, permitiu a inserção de temas relevantes para todo o PEB e, por conseguinte, para a sociedade brasileira.

No PPA, as diretrizes e objetivos elencados na PNDAE e no PNAE são estimados monetariamente e estruturados dentro do orçamento público. Norteiam, assim, o cumprimento da política pública sob a responsabilidade da AEB.

O programa temático definido no atual PPA 2020-2023 foi construído com base na diretriz de governo “Eficiência da ação do setor público com valorização da



ciência e tecnologia e redução do papel do estado na economia” e pretende solucionar uma das principais preocupações do setor espacial, a dependência nacional de produtos e serviços espaciais estrangeiros. O objetivo estabelecido solucionar essa situação foi “Aumentar a autonomia nacional no atendimento das demandas por produtos e serviços espaciais”.

Além desses objetivos específicos, algumas iniciativas e metas do Programa Temático “Política Espacial” estão inseridos em dois Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 das Nações Unidas: 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura; e 13 – Combates às alterações climáticas, todos registrados no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP).

A partir da materialidade de fato inserida nos normativos citados (PNDAE, PNAE e PPA), há uma priorização pela alta administração da AEB dos temas a serem considerados na elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA). Dessa forma, com a aprovação pelo Congresso Nacional da Lei Orçamentária Anual (LOA), o que era um tema relevante passa agora a ser um tema material, passível de sofrer todas as análises positivas ou negativas tanto do ambiente interno quanto do externo. O presente relatório apresenta todos os temas priorizados e desempenhados em 2020.

As ações percorridas no corpo do relatório são todas importantes, porém, conforme orientações do Tribunal de Contas da União (TCU), nem todas as informações relevantes são temas materiais. Assim, conforme informado em 2019, quatro temas materiais continuam recorrentes em 2020: déficit orçamentário, deficiência de recursos humanos ou falta de pessoal, divergências na governança do setor e dificuldade de acesso ao espaço.

Para justificar a priorização dos 4 (quatro) temas materiais mais relevantes, destaca-se cada item com sua deficiência recorrente:

a) Déficit orçamentário:

- Dados de 2018: orçamento de USD 46,03 milhões com o dólar médio de R\$ 3,88.
- Dados de 2019: orçamento de USD 39,9 milhões com o dólar médio de R\$ 4,10.
- Dados de 2020: orçamento de USD 38,13 milhões com o dólar médio de R\$ 5,14.
- A economia espacial continua movendo um volume enorme de capitais. Em 2019 a economia espacial movimentou em torno de USD 366 bilhões. Apenas como exemplo, a Índia continua investimento pesado no setor e aplicou USD 850 milhões. No entanto, é apenas o 6º país em investimento na economia espacial. Conforme informado no relatório de 2019, o déficit orçamentário vem deteriorando a capacidade de execução da UPC, que já enfrenta uma série de interrupções e adiamentos de projetos em virtude da insuficiência orçamentária. Esse tema continua comprometendo a geração de valor do Programa Espacial gerenciado pela Agência Espacial, uma vez que os conceitos da PNDAE, do PNAE e do PPA, ao serem consignados na LOA como prioritários para o exercício, não são contemplados com os valores monetários adequados. Assim, ao serem monetizados, transformam-se em produtos e, por conseguinte, sujeitos à avaliação interna e externa, tornando-se, de fato, um tema material com a finalidade de entregar para a sociedade a cadeia de valor produzida pelo PEB.

b) Déficit de pessoal:

- Dados de 2018: 114 servidores, sendo apenas 67 servidores da própria AEB, o que equivale a 59% da sua força de trabalho.
- Dados de 2019: 104 servidores, sendo apenas 58 servidores da

própria AEB, o que equivale a 56% da sua força de trabalho. O desafio maior para a Agência está na impossibilidade de ampliação ou recomposição da sua força de trabalho, pois não há previsão de realização de novo concurso público.

- Dados de 2020: 86 servidores, sendo apenas 52 servidores da própria AEB, o que equivale a 60% da sua força de trabalho. Continua o cenário restrito para a realização de novo concurso público.

- O CDPEB foi criado pelo Decreto nº 9.279/2018. No entanto, foi editado o Decreto nº 9.838, de 14 de junho de 2019 que revogou o decreto inicial. A revogação foi em virtude de o decreto inicial ter um prazo de vigência na sua redação. Porém, o novo decreto continua abordando várias prioridades para o PEB. O Grupo de Trabalho 9 – GT 9 continua tratando dos assuntos de pessoal. Conforme informado no relatório de 2019, a falta de pessoal da AEB e dos órgãos executores do SINDAE: INPE e DCTA, causam problemas operacionais e sacrificam a atual força de trabalho. Nesse sentido, a escassez de pessoal, tanto na AEB quanto nos demais órgãos do SINDAE, poderá afetar a capacidade de a UPC cumprir com suas competências legais, uma vez que o fator humano é determinante para a elaboração das políticas públicas, bem como gerenciar a economia espacial traduzida na execução do orçamento público e a infraestrutura física, podendo afetar a materialidade dos indicadores que sustentam todo o ecossistema do setor espacial.

#### c) Governança do setor espacial

- A governança do setor espacial continua como tema material relevante da UPC e de impacto negativo na geração de valor do PEB. O CDPEB também abordou essa fragilidade do Setor Espacial por meio do Grupo de Trabalho 1 – GT 1. O resultado esperado advindo desse grupo será uma melhora nesse quesito para o setor, reforçado pelo Grupo de Trabalho

12 – GT 12, responsável pela criação da nova Lei Geral de Atividades Espaciais ou Lei Geral do Espaço. Outra ação iniciada em 2019 foi o lançamento da Frente Parlamentar Mista do Programa Espacial Brasileiro (FPMPEB), que continua discutindo os assuntos ligados à área espacial no sentido de sensibilizar o Parlamento sobre a importância de ter um programa espacial sólido, em um país de extensão continental como o Brasil. Outra ação iniciada em 2020 foi a edição do Decreto nº 10.458, de 13 de agosto de 2020, que trata da Comissão de Desenvolvimento Integrado para o Centro Espacial de Alcântara e dispõe sobre o Programa de Desenvolvimento Integrado para o Centro Espacial de Alcântara. São ações que visam fortalecer o Programa Espacial.

#### d) Acesso ao espaço

- O acesso ao espaço é um tema sensível do PEB e de grande materialidade para a UPC. O CDPEB, por meio do Grupo de Trabalho 6 – GT 6, vem abordando os vários projetos de veículos lançadores e, também, no projeto denominado Projeto VLX<sup>[1]</sup>. A Missão Espacial Completa Brasileira (MECB) foi aprovada em 1979 com três objetivos a serem alcançados pelo Brasil: satélites, centros de lançamento e acesso ao espaço. Dentro os três, apenas o acesso ao espaço ainda não foi cumprido. O presente assunto está contido nos Resultados e Desempenho da Gestão no corpo do presente relatório. Para alcançar esse objetivo, o Brasil precisará de orçamento, pessoal e governança para agrupar toda a sinergia do setor no intuito de cumprir os objetivos traçados há mais de quatro décadas. Atualmente o projeto do Veículo Lançador de Microsatélite (VLM) é a principal ação para o acesso ao espaço apoiado pela AEB.

A velocidade que a ciência e a tecnologia estão caminhando, faz com que toda

<sup>[1]</sup> VLX: Nome genérico dado a família de Veículos Lançadores (VL), como, por exemplo, VLX-1 (Águila-1).



a gestão da AEB esteja atenta a essa dinâmica do setor. Os conceitos definidos, as diretrizes e objetivos insculpidos nos diversos normativos que definem as competências da AEB continuam em constante atualização na priorização decenal, plurianual e anual de cada tema relevante a ser inserido e monetizado na LOA. Nesse sentido, a AEB continua trabalhando com o MCTI, MD, GSI e todos os atores envolvidos direta ou indiretamente com o PEB para tentar mitigar os riscos nesses e em outros temas afetos ao setor.

Quanto ao cumprimento das determinações e recomendações dos órgãos de controle externo e interno, a Agência vem cumprindo todas diligências emanadas desses órgãos. Nesse sentido, a UPC vem melhorando o ambiente de controle, integridade das informações, governança e gestão de riscos, tendo como objetivo o aprimoramento da gestão pública.

## 2. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E ALOCAÇÃO DE RECURSOS

### Estratégia e Alocação de Recursos

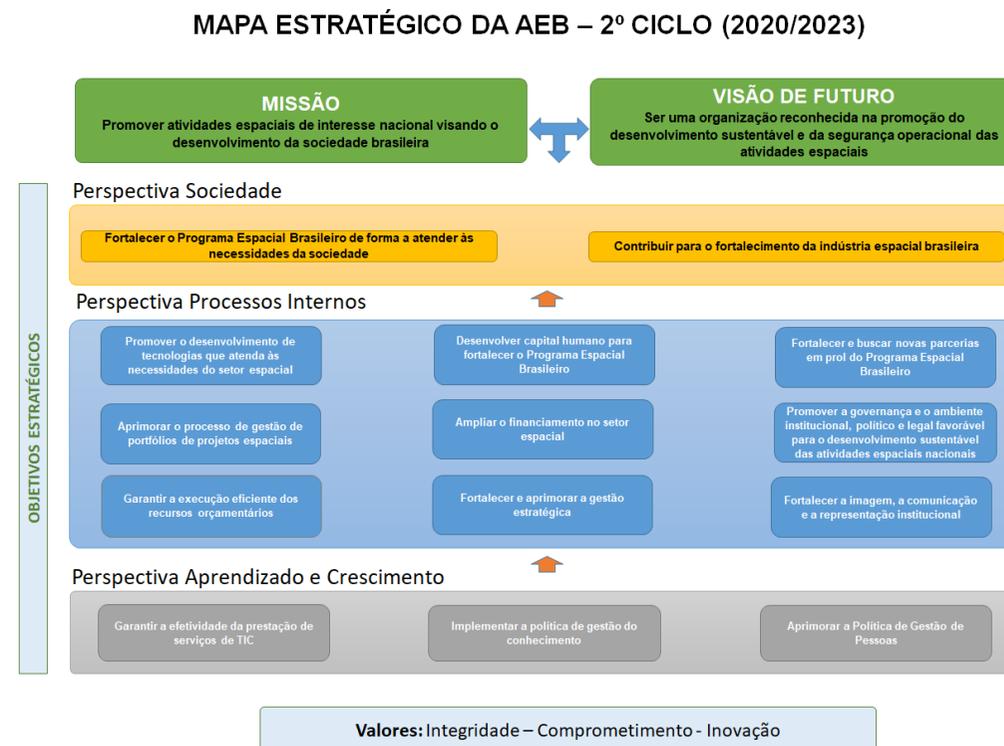
As informações sobre o 1º Ciclo de Planejamento Estratégico da AEB estão disponíveis no sítio da Agência: <https://www.gov.br/aeb/pt-br/acesso-a-informacao/planejamento-estrategico>.

As atividades para a elaboração do 2º Ciclo de Planejamento Estratégico tiveram início em 2019 com a realização de benchmarking junto aos diversos órgãos da Administração Pública Federal; avaliação dos resultados do 1º Ciclo, aplicação de pesquisa sobre o ambiente externo da AEB na 16ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT), realizada em outubro de 2019; reuniões internas entre os representantes da alta administração; manutenção do uso da ferramenta BSC e a criação de plano de trabalho, detalhando as ações que seriam executadas em 2020.

Entretanto, em função da pandemia do SARS-Covid-19, não foi possível dar continuidade à programação definida. Medidas preventivas de disseminação do vírus, como o distanciamento social e a implementação do trabalho em regime domiciliar, impediram a realização de atividades necessárias à sua formulação, sobretudo as oficinas de trabalho previstas. Assim, decidiu-se pela utilização dos mesmos referenciais e objetivos estratégicos do 1º ciclo, porém observando um maior alinhamento desses com as estratégias do Plano Plurianual – PPA 2020-2023.

Como resultado, alguns referenciais estratégicos como Visão e Valores foram alterados e houve um rearranjo (inclusão e exclusão) dos Objetivos Estratégicos.

O Mapa Estratégico da AEB para o 2º Ciclo, 2020-2023, está abaixo representado:





O PNAE é o instrumento planejamento de longo prazo do setor espacial. As diretrizes e os objetivos desse programa são refletidos no Plano Plurianual (PPA) e ambos alimentam o planejamento estratégico da Agência. A realização dos objetivos desses programas depende de recursos da União aprovados pela Lei Orçamentária Anual (LOA). Destaca-se que cerca de 80% das ações previstas nos programas e planos do setor espacial são executados em parceria com os integrantes do SINDAE (INPE, DCTA e universidades) por meio de Termo de Execução Descentralizada (TED).

O orçamento aprovado para 2020 totalizou R\$ 124 milhões. Contudo, considerando as necessidades definidas nos instrumentos de planejamento da AEB, houve a necessidade de suplementação desse valor em R\$ 72 milhões e, ao final do exercício, a dotação atualizada passou a R\$ 196 milhões. Isso é resultado de um trabalho realizado pela Agência para minimizar os impactos da restrição orçamentária, que por meio de gestões junto ao MCTI, Ministério da Economia e Casa Civil, conseguiu ampliar os limites estabelecidos em seu orçamento.

Dessa forma, a alta administração da AEB procurou garantir o atendimento dos principais projetos em andamento como o satélite Amazonia-1, incentivos à produção de nanosatélites, continuidade no desenvolvimento do VLM-1, manutenção mínima da infraestrutura dos Centros de Lançamentos existentes e algumas atividades educacionais (Webinar). Entretanto, em função das restrições econômicas do país e a pandemia do Covid-19, algumas atividades foram paralisadas e outras postergadas. A execução orçamentária e financeira será descrita no item Áreas Especiais de Gestão constante neste relatório.

Como mencionad anteriormente, o monitoramento das atividades foi feito com base no programa temático 2207, Programa Espacial Brasileiro, previsto no PPA 2020-2023. A execução e entrega de produtos referentes ao exercício 2020

estão descritos neste relatório no item Resultados e Desempenho da Gestão.

PPA 2020-2023 E 2º CICLO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

PPA 2020-2023						PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO OBJETIVOS ESTRATÉGICOS PERSPECTIVA SOCIEDADE
<b>Diretriz Estratégica:</b> Eficiência da ação do setor público com valorização da ciência e tecnologia e redução do papel do estado na economia	<b>Programa Temático:</b> 2207 - Programa Espacial Brasileiro	<b>Problema</b>	Dependência nacional de produtos e serviços espaciais estrangeiros	<b>Objetivo</b>	1192 - Aumentar a autonomia nacional no atendimento das demandas por produtos e serviços espaciais	Fortalecer o Programa Espacial Brasileiro de forma a atender às necessidades da sociedade  Contribuir para o fortalecimento da indústria espacial brasileira

## Apoio da Estrutura de Governança à capacidade da UPC de gerar valor

A Agência Espacial Brasileira (AEB) foi criada pela Lei nº 8.854/1994, que apresenta a estrutura original, a qual foi alterada por vários instrumentos legais ao longo dos anos. A estrutura organizacional vigente está disposta no art. 2º do Anexo I do Decreto nº 10.469/2020: Presidência; Diretorias de Planejamento, Orçamento e Administração (DPOA); de Gestão de Portfólio (DGEP); de Inteligência Estratégica e Novos Negócios (DIEN); e de Governança do Setor Espacial (DGSE), além do Conselho Superior da AEB, cuja composição está definida no art. 16 do mesmo Decreto.

Comprometida com essas atribuições e com a promoção do aperfeiçoamento e da transparência da Gestão Pública, a prevenção e o combate à corrupção, com participação social, por meio da avaliação e do controle das políticas públicas e da qualidade do gasto, esta Agência instituiu a Política de Governança, Gestão de Integridade, Riscos e Controles Internos da Gestão da AEB (POLIGRI). Esse instrumento demonstra que a Agência tem se preocupado com o fortalecimento das instâncias de integridade e com a instituição de mecanismos de gerenciamento de riscos, com vistas ao desenvolvimento de uma gestão capaz de lidar com incertezas, responder a eventos que representem risco ao atingimento dos objetivos organizacionais e resolver questões que possam comprometer a integridade da organização.

### Canais de comunicação com a sociedade e partes interessadas

Os principais canais de comunicação da AEB com a sociedade e partes

interessadas são a Ouvidoria e o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), por meio do Sistema da CGU - Fala BR.

A Ouvidoria é o canal de comunicação direto entre o cidadão e a Agência, por meio do qual é possível registrar elogios, denúncias, reclamações, solicitações e sugestões, que contribui para o aperfeiçoamento dos serviços prestados à sociedade.

O SIC da AEB, vinculado ao Gabinete da Presidência, foi instituído pela Portaria AEB nº 16, de 7 de março de 2012, opera junto com a Ouvidoria, e em 2020, atuou pelos seguintes canais:

- Plataforma integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação (Fala BR): <https://falabr.cgu.gov.br/Principal.aspx>;
- E-mail da Ouvidoria: [ouvidoria@aeb.gov.br](mailto:ouvidoria@aeb.gov.br);
- E-mail do SIC: [sic@aeb.gov.br](mailto:sic@aeb.gov.br);
- Site da AEB: <https://www.gov.br/aeb/pt-br/aceso-a-informacao/servico-de-informacao-ao-cidadao-sic>;
- Protocolo/Correspondência: Setor Policial (SPO) - Área 5, Quadra 03, Bloco A, sala 07 (Térreo);
- Telefone Ouvidoria: (61) 2033-4500; e
- Atendimento presencial: Setor Policial (SPO) - Área 5, Quadra 03, Bloco A, sala 220.

Ao longo de 2020, foram recebidas 924 manifestações, sendo 651 pelo Fala BR e 268 pelos demais canais de comunicação (e-mail, ofício, carta, presencial).

Dessas, 448 foram encaminhadas a outras ouvidorias por não se tratarem de competência da Ouvidoria da AEB. De tal forma que 325 foram respondidas e 151 arquivadas por insuficiência de dados ou incompreensão dos pedidos.

Cabe ressaltar que, 100% das manifestações recebidas foram respondidas dentro do prazo, em um tempo médio de 7,56 dias.

A seguir são apresentados dados quanto aos tipos de manifestações recebidas pela Ouvidoria da AEB em 2020:

### TIPOS DE MANIFESTAÇÕES EM 2020

TIPOS DE MANIFESTAÇÕES		
	RECLAMAÇÃO	3 (0,9%)
	SOLICITAÇÃO	299 (92,0%)
	DENÚNCIA	2 (0,6%)
	SUGESTÃO	12 (3,7%)
	ELOGIO	0 (0,0%)
	COMUNICAÇÃO	8 (2,5%)
	SIMPLIFIQUE	0 (0,0%)

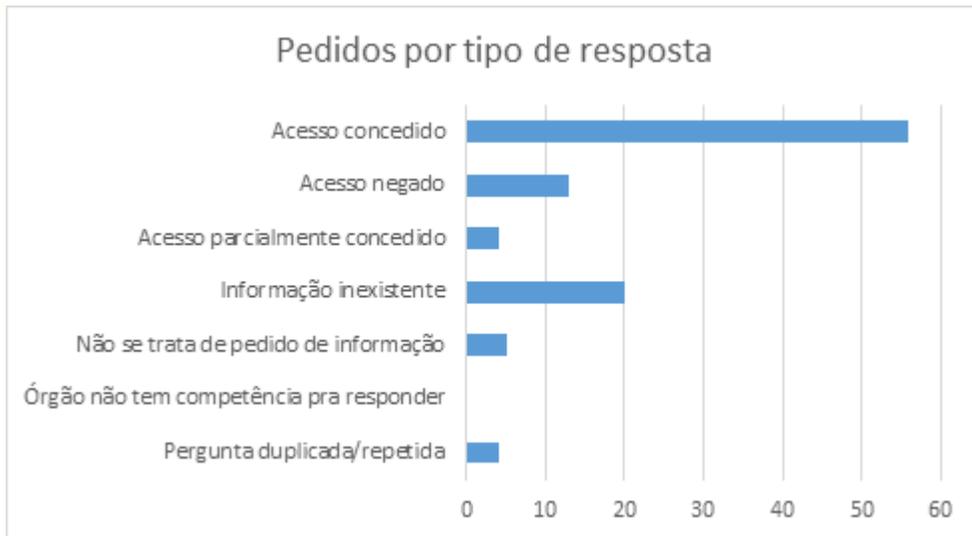
Fonte: Painel Resolveu - Ouvidoria da AEB

No que se refere à resolução das demandas recebidas, a figura abaixo mostra que a AEB atingiu o índice de 100% de resolutividade, considerando-se os usuários que responderam à pesquisa disponível no sistema do Fala BR.

### RESOLUÇÃO DE DEMANDAS



Pelo e-SIC, foram recebidos 102 pedidos de acesso à informação, os quais foram respondidos em sua totalidade e em um prazo médio de 11,68 dias. Dentre as respostas emitidas, 56 concederam o acesso à informação solicitada, como se pode constatar no gráfico abaixo.



Fonte: Painel da Lei de Acesso à Informação - AEB

As figuras a seguir, apresentam informações sobre o total dos solicitantes, índice de satisfação com as respostas e os temas mais solicitados nos pedidos de informação de 2020.

### PERFIL DOS SOLICITANTES

TOTAL DE SOLICITANTES

79

MÉDIA DE PEDIDOS POR SOLICITANTES

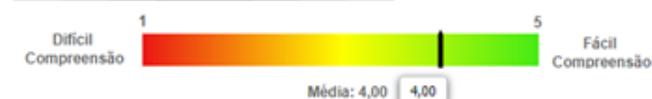
1,3

#### TOTAL DE RESPOSTAS: 11

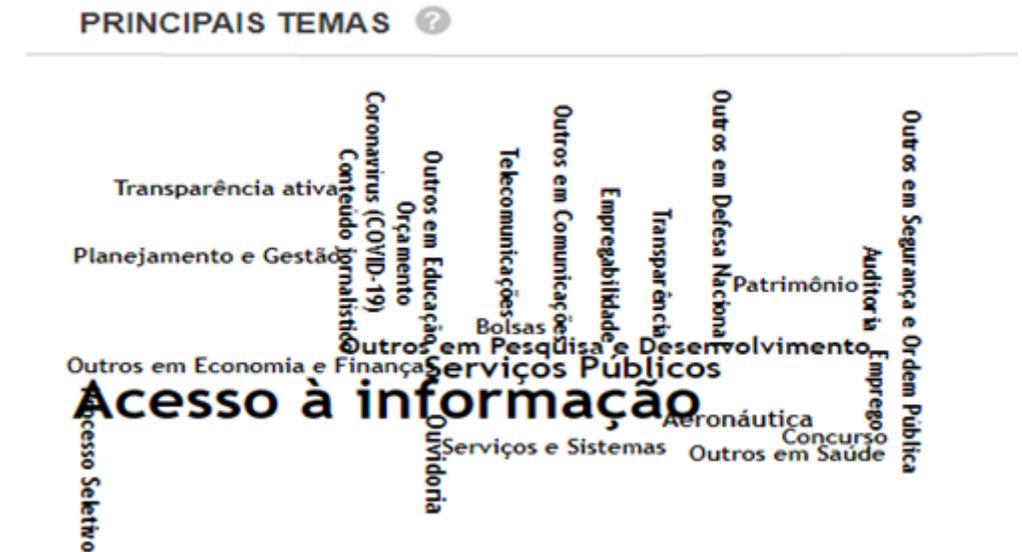
A resposta fornecida atendeu plenamente ao seu pedido?



A resposta fornecida foi de fácil compreensão?



### SOLICITAÇÕES - PRINCIPAIS TEMAS



Fonte: Painel da Lei de Acesso à Informação - AEB

### Carta de Serviços e Plataforma de Transformação Digital

A Carta de Serviços da AEB está disponível no Portal *Gov.br* em <https://www.gov.br/pt-br/orgaos/agencia-espacial-brasileira>. O documento encontra-se em constante aperfeiçoamento, dentro do programa Plataforma de Transformação Digital do Governo Federal (Gov.br).

Esse programa é um projeto do Governo Federal, coordenado pelo Ministério da Economia, cujo objetivo é estabelecer um canal único e integrado do governo federal para a disponibilização de informações, solicitações eletrônicas e acompanhamento de serviços públicos.

Em atendimento às ações propostas por esse programa, em julho de 2020 foi realizada a migração do sítio da AEB para o Gov.br (<https://www.gov.br/aeb/pt-br>) sendo concluída em agosto do mesmo ano.

Atualmente, estão disponíveis nessa plataforma os serviços o serviço de agendamento de visitas educacionais ao Centro Vocacional Tecnológico Espacial (CVT-E), localizado em Parnamirim – RN, e o de solicitação de participação da AEB em eventos relacionados ao setor espacial, com o objetivo de divulgar e disseminar conhecimento. Esses serviços passaram por melhorias no ano que de 2020 e seus fluxos serão avaliados nos quesitos segurança e privacidade no exercício subsequente.

## Comissão de Ética

---

A Comissão de Ética da AEB (CEAEB), instituída pela Portaria AEB nº 139, de 30 de dezembro de 2015 e regulamentada pelo seu Regimento Interno, disposto na Portaria AEB nº 179, de 12 de julho de 2019, é instância consultiva dos agentes públicos da Agência e vinculada, tecnicamente, à Comissão de Ética Pública da Presidência da República. Essa instância tem a finalidade de divulgar e conscientizar os servidores quanto aos seus deveres éticos, fomentar boas práticas administrativas e analisar denúncias de violação das diretrizes do Código de Ética do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal e do Código de Conduta Ética e Profissional dos Servidores e Colaboradores da AEB.

Em 2020, diversas ações foram realizadas a fim de evitar possíveis denúncias e membros da CEAEB por meio de cursos organizados pela Comissão de Ética Pública (CEP) e realização de palestra sobre “Direitos, Deveres e Proibições do Servidor Público”, ministrada pelo Corregedor-Geral da União Gilberto Waller Júnior, para todos os servidores e colaboradores da Agência. Além disso, foram realizadas reuniões com a equipe da Secretaria- Executiva do Comitê de Gestão Estratégica da AEB e com a Comissão de Ética do Banco do Brasil de modo tornar mais efetivas as ações de elaboração e divulgação de conteúdos nessa temática.

Neste respeito, a CEAEB iniciou divulgações mensais via e-mail marketing a todos os servidores e colaboradores da AEB intitulado de “Minuto da Ética”. Também, no intuito de promover a troca de conhecimentos e experiências, a CEAEB foi incluída nos canais de Ética do Governo Federal.

## Auditoria Interna

---

A Auditoria Interna (AUDIN) atua com autonomia técnica e objetividade, sendo sua atividade realizada livre de interferências na determinação do escopo, na execução dos procedimentos, no julgamento profissional e na comunicação dos resultados. Exerce a atividade de avaliação e consultoria com o objetivo de adicionar valor e melhorar as operações da Agência, contribuindo para o aprimoramento de seus processos gerenciais e o alcance de seus objetivos. A unidade apoia a melhoria e a eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, de controles internos, de integridade e de governança da AEB, com avaliações objetivas e independentes que resultam no oferecimento, à alta administração, de análises e recomendações acerca das atividades, processos de trabalho e resultados da Agência.

No que diz respeito ao exercício em referência, as áreas auditadas atenderam tempestivamente às solicitações exaradas pela AUDIN/AEB, Controladoria-Geral da União (CGU) e Tribunal de Contas da UNIÃO (TCU), e vêm adotando providências para o atendimento das recomendações emitidas.

As contas referentes ao Exercício 2019 foram analisadas pela CGU e as recomendações emitidas por esse órgão de controle estão sendo acompanhadas pela AUDIN quanto ao seu tempestivo atendimento.

## Estrutura de gestão e controle de demandas judiciais

---

Quanto à estrutura de gestão e controle de demandas judiciais na AEB, o acompanhamento dessas demandas é realizado em parceria com as Procuradorias Regionais Federais responsáveis pela atividade contenciosa. Desse modo, sendo a Agência demandada judicialmente, cabe à Procuradoria Regional Federal competente solicitar à PF/AEB os subsídios necessários à elaboração da defesa da Autarquia e, posteriormente, preparar a respectiva peça judicial, sendo aquela cientificada de todos os atos processuais.

No caso de mandados de segurança, a autoridade impetrada recebe a notificação e encaminha à PF/AEB para elaboração das informações a serem prestadas ao juízo. Após a juntada das informações, a PF/AEB realiza o acompanhamento processual, sem prejuízo da atuação da Procuradoria Regional Federal competente, que, uma vez cientificada nos termos do art. 7º, II, da Lei nº 12.016/2009, também ingressa no feito para a defesa da Autarquia.

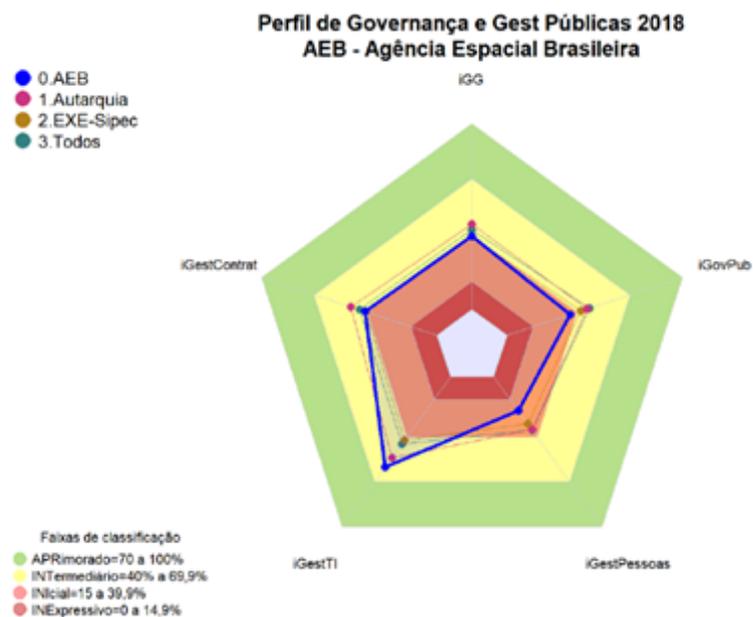
## Perfil de governança institucional

A fim de conhecer a situação de governança no setor público e estimular as organizações públicas a adotarem boas práticas de governança, o Tribunal de Contas da União (TCU) vem aplicando levantamentos, por meio de questionários de autoavaliação, referentes a quatro temas: pessoas, TI, contratações e governança pública. Considerando que a governança e a gestão perpassam por toda a organização, o Tribunal unificou esses levantamentos no Índice Integrado de Governança e Gestão Públicas, o iGG.

O iGG é composto pelos seguintes índices: iGovPub (Índice de Governança Pública); iGestPessoas (Índice de Capacidade em Gestão de Pessoas); iGestTI (Índice de Capacidade em Gestão de TI) e iGestContrat (Índice de Capacidade em Gestão de Contratos). Esses indicadores são calculados a partir de práticas existentes ou não na organização.

Os levantamentos mais recentes foram feitos em 2017 e 2018. Em 2020 não foi realizado novo processo, tendo em vista que o referido levantamento foi adiado para o ano de 2021 pelo TCU. Nesse sentido, utilizou-se os resultados do último questionário realizado, 2018, para demonstrar as principais medidas adotadas pela alta administração da AEB.

Todas as informações sobre o levantamento de governança e gestão públicas de 2018, bem como o Acórdão 2699/2018-TCU-Plenário, estão disponíveis no endereço <https://portal.tcu.gov.br/governanca/governancapublica/organizacional/levantamento-de-governanca/>



Fonte: Tribunal de Contas da União (TCU)

A partir do levantamento realizado e com vistas a melhorar a qualidade na Gestão e Governança dos Contratos, a AEB implementou algumas medidas em 2020 para sanar as deficiências apontadas:

- Discutiu-se sobre a elaboração de uma lei geral do espaço e publicada a reestruturação da AEB por meio do Decreto nº 10.469/2020;
- Início das atividades para desenvolver e implementar a “Política de Gestão de Pessoas da Agência Espacial Brasileira (AEB)”, que tratará, dentre outros assuntos, os seguintes princípios: Adoção do modelo de Gestão por Competências; Meritocracia como orientadora das ações em gestão de pessoas; Responsabilidade compartilhada por todos os



servidores da organização, no sentido de promover um ambiente de trabalho profissional, não eximindo de responsabilidades adicionais as chefias de imediatas e a própria área de gestão de pessoas; Mobilidade interna de servidores decorrente do alinhamento entre necessidades organizacionais e individuais; Promoção do bem-estar físico, psíquico e social dos servidores e colaboradores, assim como de clima organizacional favorável ao desempenho; Estabelecimento de indicadores para monitoramento, avaliação e controle dos resultados gerados com a implementação das políticas; e Aprimoramento das relações de trabalho, por meio de práticas transparentes, justas e éticas, que valorizem as pessoas;

- Elaboração do Plano Anual de Contratações (PAC 2021): os treinamentos e capacitações planejados em 2020 foram prejudicados em razão da pandemia do Covid-19 e a elaboração de manuais e a padronização dos procedimentos para gestão e contratação de bens e serviços estão em fase final de elaboração, com previsão de término em abril de 2021;
- Aprovação da metodologia de Gestão de Riscos na AEB, conforme Portaria AEB nº 425/2020;
- Mapeamento do processo de licitação para aquisição de bens e serviços da AEB;
- Publicação da Portaria AEB nº 269/2020 conforme o Decreto nº 10.426/2020, que dispõe sobre a descentralização de créditos por meio de Termo de Execução Descentralizada;
- Finalização do Plano Estratégico de TIC 2020/2024 e do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) 2020/2021 aguardando aprovação do Comitê de Governança Digital (CGD/AEB); e
- Revisão do Plano de Dados Abertos para o ciclo 2021/2022, em que foi realizado o inventário de bases e, em andamento, consulta pública à documento do Plano e sua aprovação.

### 3. RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS

---

Em 2016, a AEB deu início às atividades voltadas à gestão de riscos e aos controles internos do ponto de vista institucional. A estratégia dos trabalhos foi inspirada no COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*), que preconiza uma abordagem mista, composta de uma visão “*top-down*” e por uma perspectiva “*bottom-up*” à luz das ISO 31000 e 31010.

Esses esforços culminaram na publicação da Portaria AEB nº 62, de 9 de maio de 2017, (<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=5&data=10/05/2017>) que implementou a Política de Gestão de Riscos e Controles Internos (POLIGRI) no âmbito da AEB e definiu as diretrizes, os instrumentos e as instâncias de supervisão e suas respectivas atribuições e responsabilidades.

Com o intuito de atender ao disposto no Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017, e na Portaria da CGU nº 1.089, de 25 de abril de 2018, esse documento passou por uma atualização. Assim, em 17 de agosto de 2018 foi publicada a Portaria AEB nº 147 que instituiu a Política de Governança, Gestão de Integridade, Riscos e Controles Internos da Gestão da AEB - POLIGRI. (<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=23/08/2018&jornal=515&pagina=18&-totalArquivos=80>).

Além da adequação aos normativos citados, envolvendo outros assuntos e competências da POLIGRI, a ideia foi estabelecer instâncias responsáveis por esses temas, em níveis estratégico, tático e operacional.

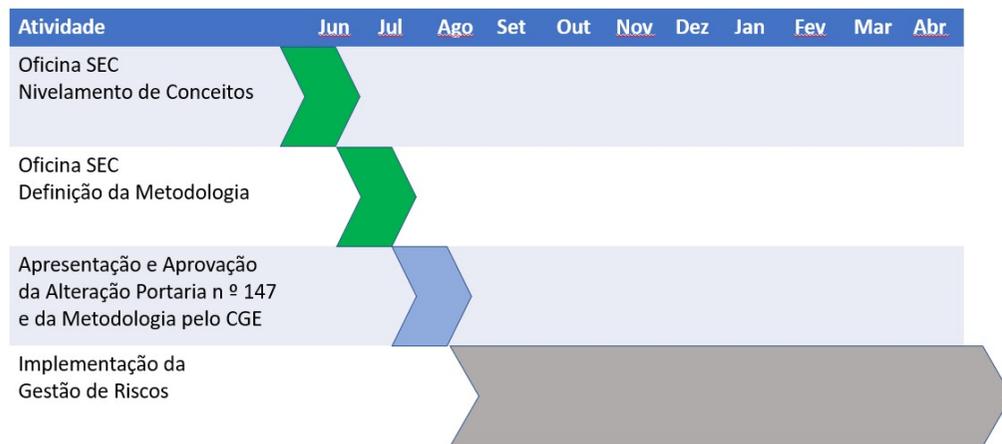
No que concerne à vinculação da Gestão de Riscos aos objetivos estratégicos, há de se destacar que “Aprimorar controles internos e gestão de riscos na instituição” é justamente um dos objetivos inseridos na perspectiva de processos internos do Planejamento Estratégico da AEB, acompanhado pela Auditoria Interna (AUDIN). Cumpre registrar que a gestão de riscos da AEB está organizada de forma a compartilhar responsabilidades sobre seu gerenciamento, conforme as competências definidas para cada instância e nível hierárquico.

A respeito da quantificação de riscos significativos e da gestão de riscos como um todo, foi estabelecido nos normativos internos que sua implementação seria de forma gradual e continuada, com prazo de conclusão de sessenta meses. A visão geral do modelo de gestão de riscos e controles internos, o mapeamento dos processos e dos riscos associados, a elaboração de plano de mitigação e a gestão por sistema informatizados foram objeto de trabalho das instâncias da POLIGRI.

Em 2019, atendendo à recomendação da CGU, foi elaborado um Plano de Ação voltado para essa temática e realizadas ações de capacitação dos membros da Secretaria-Executiva do Comitê de Gestão Estratégica - SEC/POLIGRI e de sensibilização da casa para a importância da gestão de riscos para a instituição.

Em 2020, foi publicado o Plano de Integridade e aplicada Pesquisa de Percepção da Integridade, no âmbito da AEB. Os resultados foram bastante positivos evidenciando a efetividade das ações de sensibilização realizadas no ano corrente e em anos anteriores.





Finalmente, tendo em vista os andamentos realizados em 2020, e considerando que boa parte das atividades da AEB vem sendo realizada via Termos de Execução Descentralizada (TED), sugeriu-se a inserção dos Procedimento Operacional Padrão (POP) - desenvolvido para uniformizar os TEDs na AEB - no sistema Ágatha no exercício subsequente para o monitoramento desses instrumentos, mitigação de riscos, segundo a metodologia definida, bem como de outros processos cujo risco poderia o alcance dos objetivos institucionais.

## 4. RESULTADOS E DESEMPENHO DA GESTÃO

### Resultados Alcançados Frente aos Objetivos e às Prioridades da Gestão

O monitoramento da execução do Programa Temático 2207 – Programa Espacial Brasileiro, no âmbito do PPA 2020-2023, é realizado por meio do Sistema Integrado de Orçamento e Planejamento (SIOP), no qual a Agência apresenta informações sobre o andamento dos objetivos, metas, indicadores e ações de sua responsabilidade.

Em adição a esses mecanismos, a AEB, em nível interno, dispõe de instrumentos e mecanismos próprios de acompanhamento e monitoramento dos diversos projetos e atividades fomentados ou coordenados pelas diferentes unidades finalísticas do órgão.

#### Indicadores de Desempenho quantificados e alinhados aos objetivos

Para o PPA 2020-2023, o indicador definido para mensurar o Programa Espacial Brasileiro é o Índice de Ganho de Autonomia em Sistemas Espaciais (IGASE). Esse índice tem como objetivo demonstrar o ganho de autonomia do país para condução de missões espaciais complexas que requeiram satélites da classe de 500 kg, bem como o ganho de autonomia para injeção orbital de cargas úteis de pequeno porte. No segmento de satélites, o incremento de autonomia para missões espaciais com satélites da classe de 500 kg é resultado

da validação em órbita da Plataforma Multimissão (PMM) nacional, utilizada na missão Amazonia-1.

Fruto do esforço de desenvolvimento nacional ao longo de vários anos, o satélite Amazonia-1, o primeiro baseado na PMM, foi lançado ao espaço em 2021. A fase orbital da missão Amazonia-1, com validação em órbita da PMM, contribui com 50% da autonomia medida pelo indicador. Os 50% restantes do indicador ficam por conta do segmento de lançadores, no qual se almeja o incremento de autonomia do país para injeção orbital de cargas úteis de pequeno porte como resultado da qualificação do Veículo Lançador de Microsatélites (VLM-1) nacional. O voo de qualificação do VLM-1 decorre de um esforço de desenvolvimento conduzido pelo Programa Espacial Brasileiro, e representa um marco importante no desenvolvimento de um conjunto de lançadores nacionais capazes de levar ao espaço diferentes tipos de satélites, ampliando a capacidade nacional para produzir produtos e serviços espaciais de interesse da sociedade brasileira.

#### IGASE = CSS + CSL

Variável CSS: Contribuição do Segmento Satélite para o IGASE com a validação em órbita da Plataforma Multimissão (Amazonia-1). Os marcos planejados são:

- Campanha de lançamento e injeção em órbita de sucesso do Amazonia-1;
- Operações críticas iniciais (LEOP - Launch and Early Orbit Phase) do

Amazonia-1;

- Comissionamento do satélite Amazonia-1; e
- Operação e distribuição de dados do Amazonia-1.

Variável CSL: Contribuição do Segmento Lançador para o IGASE com a qualificação de Veículo Lançador Nacional (VLM-1). Os marcos planejados são:

- Voo do veículo suborbital VS-50 (qualificando os subsistemas do VLM-1); e
- Voo de qualificação VLM-1.

Até o momento o indicador está em 27,5% e espera-se avanços com o lançamento do satélite Amazonia-1 em 2021.

## Resultados da Política Espacial

---

A política pública na área espacial envolve amplo espectro de ações, desde o desenvolvimento, a construção e a operação de foguetes suborbitais e veículos lançadores, satélites e suas cargas úteis e centros de lançamento, a atividades de normatização e certificação de sistemas espaciais, de propriedade intelectual e de desenvolvimento de capital humano associado, entendidos como essenciais para a sustentabilidade de um programa espacial nacional completo e autônomo. Tais aspectos são descritos no Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE), atualmente em sua 4ª versão, referente ao período 2012-2021.

Os produtos e serviços espaciais são indispensáveis à sociedade moderna, com impacto no dia-a-dia da população e no desenvolvimento do país. Embora nem sempre perceptível ao cidadão, a utilização de sistemas espaciais é imprescindível para áreas como previsão de tempo, telecomunicações, navegação, entre outras que concorrem para o desenvolvimento nacional. Em suma, a infraestrutura espacial habilita e amplia a efetividade de políticas públicas estratégicas ao Estado Brasileiro. Em uma perspectiva internacional, as características geoeconômicas do Brasil, como a extensão territorial, as fronteiras e a costa marítima, as regiões de florestas, e o significativo volume de recursos naturais, fazem com que a aplicação da tecnologia espacial seja muito relevante. Assim, a política espacial nacional aponta a necessidade de desenvolver no país a capacidade para, segundo conveniência e critérios próprios, utilizar recursos e técnicas espaciais em benefício da sociedade brasileira.

Como forma de garantir o acesso aos serviços providos por essas aplicações, essa política também busca a autonomia tecnológica associada à expansão e consolidação de uma infraestrutura própria de sistemas espaciais, de

especialistas, de pesquisa e de serviços, buscando reduzir a dependência com relação às necessidades de acesso a dados e informações providos por esses sistemas ou às decisões tomadas em outros países. No desenvolvimento e construção dessa autonomia, a capacitação da indústria nacional para desenvolver e produzir sistemas espaciais completos constitui outro importante ponto da política espacial, que busca a ampliação e organização da cadeia de valor e de fornecedores de bens e serviços para o setor espacial.

A AEB tem a competência de executar e fazer executar a Política Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais (PNDAE), que, no atual Programa Plurianual (PPA), é instrumentalizada pelo Programa Temático 2207 (Programa Espacial Brasileiro), cuja diretriz é a “eficiência da ação do setor público com valorização da ciência e tecnologia e redução do papel do estado na economia” e tem como objetivo “aumentar a autonomia nacional no atendimento das demandas por produtos e serviços espaciais”. Os principais projetos e programas da Agência são executados por meio de ações orçamentárias que compõem o Programa Temático do Programa Espacial Brasileiro e suas metas físicas e orçamentárias são definidas na Lei Orçamentária Anual (LOA). A figura a seguir apresenta o orçamento planejado para o Programa 2207 durante o PPA 2020-2023:

#### ORÇAMENTO DO PROGRAMA TEMÁTICO 2207 - PROGRAMA ESPACIAL BRASILEIRO PPA (2020-2023)



Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP)

A exemplo de outras nações, é estratégico que satélites de domínio nacional provejam os produtos e serviços espaciais habilitadores de políticas públicas, de forma a garantir soberania sobre os dados e aplicações essenciais ao Estado Brasileiro. Quanto maior o controle sobre a tecnologia empregada, mais se podem explorar aplicações estratégicas e em uso dual de interesse do País. O desenvolvimento de satélites nacionais traz, ainda, o potencial de alavancagem econômica. Trata-se de um setor de inovação e de alta tecnologia, um mercado internacional crescente do qual o Brasil é historicamente apenas consumidor.

Na ausência de meios nacionais, instalou-se uma dependência natural por produtos e serviços espaciais estrangeiros. Nesse contexto, é possível que se adquiram satélites no exterior, de forma a produzir dados sob o controle do país. O controle do satélite garante a possibilidade de ajustes e programações, de maneira a priorizar demandas nacionais. Em outros casos, é possível adquirir apenas os dados cuja produção se dá por satélites sob o controle de outros países.

Apesar da grande disponibilidade de produtos e serviços no mercado internacional, aqueles que se destinam a aplicações mais específicas ou sensíveis têm alto custo e podem se tornar indisponíveis em situações adversas. A descontinuidade de determinados dados pode afetar seriamente o país. Em última análise, um país sem autonomia na geração de informações relevantes sobre o seu próprio território estará sempre refém de ações de outros países e corporações estrangeiras. Muitas vezes, cenários econômicos restritivos impedem o início de novos projetos ou alongam o tempo de finalização dos projetos em andamento para o desenvolvimento de satélites nacionais. A demanda imediata, nesses casos, é suprida por dados ou satélites estrangeiros, como foi o caso com a aquisição do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC-1). De qualquer forma, é importante observar que a aquisição de dados ou satélites estrangeiros não esgota a necessidade do país de

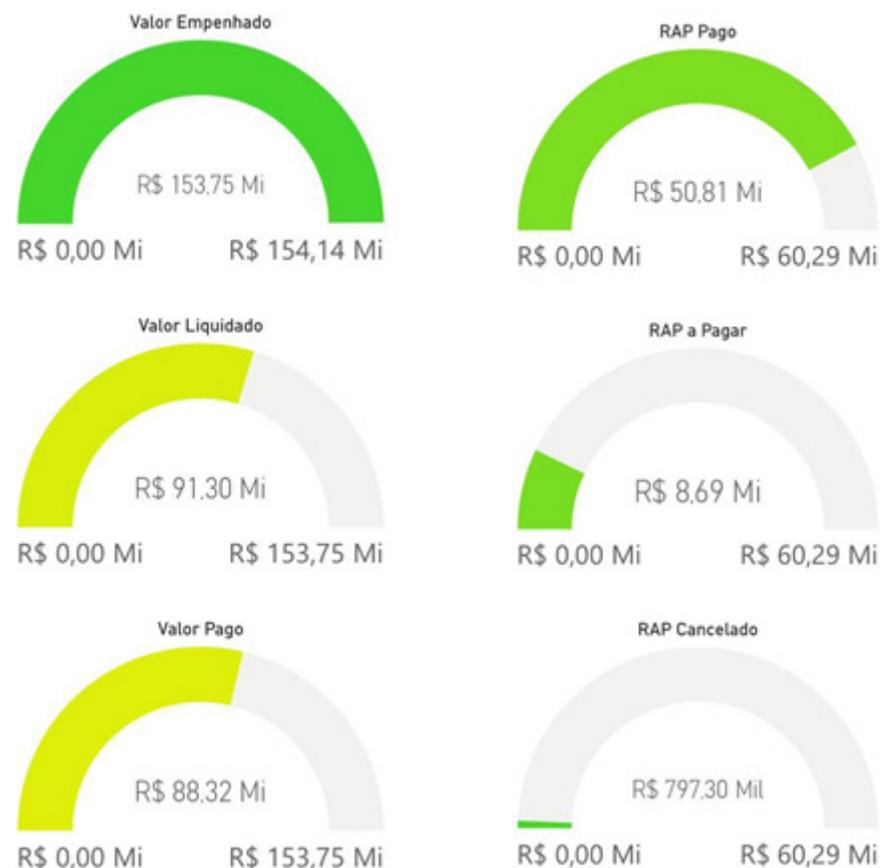
investir em tecnologia nacional.

Dessa forma, torna-se fundamental que o país invista no desenvolvimento de satélites nacionais como é o caso do lançamento do satélite Amazonia-1, com engenharia nacional para observação da Terra, baseado em uma PMM nacional. Adicionalmente, já existem estudos de definição e de viabilidade de uma missão de sensoriamento por *Synthetic Aperture Radar* (SAR) também baseada na PMM, o que ampliaria enormemente a capacidade nacional e missões espaciais de observação da Terra.

Como resultado do esforço na área do desenvolvimento de satélites e lançadores, os projetos atualmente em execução no Brasil vislumbram consolidar no país o domínio tecnológico completo para a condução de missões espaciais capazes de oferecer uma série de aplicações de interesse nacional e regional nas áreas de observação da terra, meteorologia, posicionamento e navegação, ciência, telecomunicação e serviços de lançamento, dentre outras que, juntas, proporcionarão os benefícios já citados, ampliando os horizontes como nação e elevando a qualidade de vida da população.

O resultado da execução para 2020 foi:

## EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO PROGRAMA TEMÁTICO 2207 – PROGRAMA ESPACIAL BRASILEIRO EXERCÍCIO 2020



Fonte: Observatório do Setor Espacial Brasileiro (<https://observatorio.aeb.gov.br/>)

OBJETIVOS	AÇÃO	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA		LOA 2020	
				PREVISTA	EXECUTADA	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESA EMPENHADA
1192 - Aumentar a autonomia nacional no atendimento das demandas por produtos e serviços espaciais	7F40 - Implantação do Centro Espacial de Alcântara (CEA)	Plano gerido	Percentual de execução	2	2	19.742.669	19.716.742
	20VB - Pesquisa e desenvolvimento de tecnologias para o setor espacial	Plano gerido	Percentual	100	70	16.316.847	16.104.192
	21AG - Desenvolvimento de Sistemas Espaciais	Plano gerido	Percentual	100	93	81.893.662	81.885.402
	21AH - Governança e Regulação de Atividades Espaciais	Plano gerido	Percentual	100	57	294.117	293.135
	21AI - Infraestrutura e Aplicações Espaciais	Plano gerido	Percentual	100	86	30.231.781	30.093.490
	154L - Implementação do plano de absorção e transferência de tecnologia no âmbito do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC)	Contrato gerido	Unidade	5	6	5.661.67	5.661.67

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP)

## Capacidade de acesso ao espaço

---

Um dos principais desafios do Programa Espacial Brasileiro (PEB) é o de alcançar a autonomia de acesso ao espaço, que significa utilizar veículos lançadores nacionais para, a partir de centros de lançamentos no Brasil, colocar na órbita da Terra, satélites também desenvolvidos ou construídos com domínio das tecnologias que lhes são necessárias.

O PNAE 2012-2021 considera que a soberania e autonomia de um país estão relacionadas diretamente à sua capacidade de desenvolvimento tecnológico. Nesse sentido, o setor espacial, que tem como principal desafio o desenvolvimento de veículos lançadores e da infraestrutura de lançamentos associada, procura a independência de acesso ao espaço e o fomento do desenvolvimento da indústria espacial nacional.

Nesse sentido, uma das principais ações é a realização do voo de qualificação, com carga útil nacional, do Veículo Lançador de Microsatélites (VLM-1). Esse veículo tem como objetivo colocar um microsatélite com massa igual ou superior a 30 kg em uma órbita terrestre baixa (LEO) igual ou superior a 300 km e de baixa inclinação. O VLM-1 está em desenvolvimento por meio de uma parceria com o Centro Aeroespacial Alemão (DLR) visando atender às necessidades tanto do Programa Espacial Brasileiro quanto do Alemão, cujo objetivo é entrar em um nicho de mercado pouco explorado, o de veículos específicos para o lançamento de microsatélites, segmento em crescimento devido ao grande número de novas aplicações espaciais a partir de satélites desse porte. Para a qualificação do Subsistema Propulsivo do VLM-1 (Motor S50), estão previstos dois voos com o Motor S50. O veículo espacial utilizado para a qualificação final do Subsistema Propulsivo do VLM-1 (Figura 2) é um veículo suborbital de dois estágios,

denominado VS-50, onde o primeiro estágio é composto por um motor S50, com sistema de controle, e o segundo estágio composto por um motor S44, com estabilização por rotação. A qualificação do Subsistema Propulsivo do VLM-1 (Motor S50) está prevista para 2021 utilizando o veículo VS-50.

No que se refere ao Veículo Suborbital VSB-30, desenvolvido no Instituto de Aeronáutica e Espaço (IAE), em parceria com o DLR, foi assinado em 2020 o contrato de transferência de tecnologia do veículo suborbital VSB-30 do IAE/DCTA para a Avibras e tem como cláusulas principais a disponibilização da tecnologia de fabricação e integração do primeiro e segundo estágio do VSB-30, de forma não exclusiva, às empresas que atendam requisitos de habilitação, sem custo para o acesso à tecnologia, mas com pagamento de royalties caso a empresa venha comercializá-la. Esse veículo permite o transporte de cargas úteis científicas e tecnológicas de até 400 kg, em altitude de 270 km, além de possibilitar a realização de experimentos em ambiente de microgravidade durante seis minutos.

A Missão Eugênio de Melo, realizada em novembro de 2020, teve por objetivo ensaiar paraquedas desenvolvidos pelo IAE/DCTA por meio do lançamento por uma plataforma de asa rotativa. Os paraquedas ensaiados produzirão resultados que proporcionarão a evolução e, posteriormente, a definição final do Módulo de Recuperação de Cargas Espaciais (MRCEP). A missão efetivou as funcionalidades do sistema quanto ao freio aerodinâmico e a fluabilidade do mockup de carga útil. Essa missão é precursora da Operação Igaratá, prevista para 2021, que tem por objetivo o lançamento de um VSB-30 com a carga útil.

Ainda no contexto dos veículos suborbitais, está em desenvolvimento a Plataforma Suborbital de Microgravidade (PSM), que será uma carga útil para os veículos de sondagem VS-30 e VSB-30 e que servirá de base para experimentos de microgravidade.

## VEÍCULOS LANÇADORES BRASILEIROS EM DESENVOLVIMENTO EM 2020



VLM-1



VS-50



VSB-30



PSM

## Disponibilização de imagens, dados e serviços utilizando satélites nacionais

Considera-se altamente necessária e estratégica a consolidação no país de uma capacidade própria para projetar, desenvolver e fabricar satélites artificiais de observação da Terra, voltados às aplicações de interesse nacional em áreas como recursos minerais, florestais e hídricos, agricultura, meio ambiente, vigilância territorial e monitoramento de desastres ambientais.

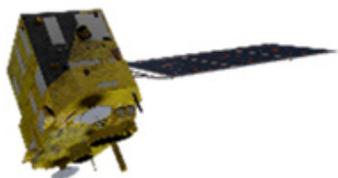
Dentre as iniciativas previstas para esse avanço no setor espacial, destaca-se o lançamento do primeiro satélite de observação da Terra da série Amazônia. A missão do satélite Amazonia-1, primeiro a utilizar a plataforma multimissão (PMM), tem como objetivo fornecer imagens de sensoriamento remoto para observar e monitorar o desmatamento; aperfeiçoar o sistema de alertas do desflorestamento no Brasil, especialmente na região Amazônica; e monitorar a diversificada agricultura em todo o país, com uma alta taxa de revisita. Com o desenvolvimento da missão, o Brasil será capaz de consolidar/adquirir conhecimento em todo o ciclo de desenvolvimento de um satélite estabilizado em três eixos. O embarque do satélite rumo ao Centro de Lançamento Sriharikota, na Índia, ocorreu no dia 22 de dezembro de 2020 e seu lançamento foi realizado em 28 de fevereiro de 2021.

O CBERS-4A é o sexto satélite desenvolvido por meio da parceria entre Brasil e China. É um satélite de sensoriamento remoto de média resolução, dotado de cargas úteis ópticas operando no espectro visível, com resoluções na faixa de 2 a 60 metros. A divisão de responsabilidades entre Brasil e China no desenvolvimento e na operação é de 50% para cada país. Lançado em dezembro de 2019, o satélite de observação da Terra CBERS-4A foi entregue à operação de rotina após Revisão de Prontidão Operacional, ocorrida em julho de 2020.

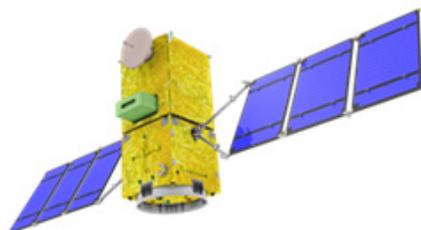
Os dados do satélite estão sendo disponibilizados à comunidade de usuários, contribuindo assim com as ações de governo que deles necessitam.

Por fim, foi realizado o estudo de conceito para uma missão de um radar imageador de abertura sintética ou Synthetic Aperture Radar (SAR) em banda L e outro em banda X, com aplicações diversas, como cartografia, silvicultura, geologia, geomorfologia, hidrologia, agricultura, gestão de desastres, oceanografia, estudos urbanos e segurança.

### **SATÉLITES BRASILEIROS DESENVOLVIDOS OU EM DESENVOLVIMENTO EM 2020**



**CBERS-4A**



**AMAZONIA-1**

### **Conhecimento científico e tecnológico, capital humano e tecnologias críticas**

A ampliação do domínio das tecnologias críticas e o desenvolvimento e consolidação das competências e de capital humano tem sido uma atividade contínua no setor espacial brasileiro. Em essência, observando a própria dinâmica do desenvolvimento tecnológico na área espacial e a necessidade de manutenção de um corpo técnico qualificado para a condução de tais atividades, considera-se que o assunto apresenta um caráter permanente na Política Espacial, visando a garantir autonomia e sustentabilidade ao desenvolvimento das atividades espaciais no Brasil. A seguir serão apresentados os principais resultados obtidos em 2020.

A missão do satélite científico EQUARS tem como objetivo compreender o acoplamento atmosférico entre os processos dinâmicos, elétricos, fotoquímicos e ionosféricos, aplicando os dados obtidos em estudos de clima espacial, atmosférico e estudos climáticos. Em 2019, foi realizada com sucesso a Revisão Preliminar de Requisitos (PRR). Em 2020, o projeto entrou na fase B do desenvolvimento que será finalizada com a realização da Revisão de Requisitos do Sistema, prevista para 2021.

O satélite SPORT é uma missão espacial com um CubeSat 6U, fruto de uma parceria entre a NASA, a AEB, o INPE e o ITA, que estudará as pré-condições para as bolhas de plasma equatoriais na ionosfera. Essas bolhas são a principal fonte de reflexões de radar na ionosfera equatorial da região-F e causam fortes cintilações nos sinais de rádio que passam através delas. O projeto, ao longo do ano de 2020, passou pela fase de montagem, integração e testes do Modelo de Engenharia e testes de qualificação de partes, subsistemas e sistemas. A AEB apoiou a capacitação técnica de recursos humanos, com o pagamento de



bolsas para a composição da equipe do projeto A finalização do modelo de voo está prevista para 2021 e o lançamento está previsto para 2022.

Em continuidade ao programa SERPENS, estabeleceu-se parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Universidade Federal do Maranhão (UFMA) para o desenvolvimento, fabricação e testes do nanossatélite PdQSat-1, da categoria de CubeSats, em caráter experimental e de baixo custo. O trabalho a ser desenvolvido contará com vários objetivos, sendo um deles, sob o ponto de vista acadêmico, a aplicação do “Aprendizado Baseado em Projetos”, ou Problem-Based Learning (PBL), metodologia de ensino por meio da qual o estudante deixa de ser apenas o receptor das informações transmitidas pelo instrutor. O aprendizado é ativo e fornece conhecimentos e habilidades durante a resolução de problemas utilizando o estudo autônomo.

Em apoio ao desenvolvimento de nanossatélites, encontra-se em andamento, o desenvolvimento de um cubesat 2U, baseado na plataforma FloripaSat, para embarcar e testar em órbita o Environmental Data Collector (EDC), uma carga útil desenvolvida pelo INPE que deverá receber, processar e retransmitir sinais de Plataforma de Coleta de Dados (PCD) ambientais. O EDC é um dispositivo desenvolvido no INPE e compatível com as PCDs do Sistema Brasileiro de Coleta de Dados Ambientais e também compatível com o sistema ARGOS-francês, podendo coletar, também, dados ambientais de plataformas desse sistema que estejam distribuídas fora do território nacional. A previsão de entrega do modelo do voo é 2022.

O Acordo de Transferência de Tecnologia Espacial (ToT) do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC-1), firmado entre a AEB a empresa Thales Alenia Space (TAS), com o apoio do MCTI e da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), iniciou-se em 2015 e, desde então, possibilitou o fortalecimento da competência técnica de empresas nacionais

no desenvolvimento e fornecimento de soluções, produtos e serviços espaciais. Foram selecionadas seis empresas para participar do plano de absorção e transferência das tecnologias do SGDC-1: AEL Sistemas, CENIC Engenharia, Equatorial Sistemas, Fibraforte, Opto S&D e Orbital Engenharia. O Programa possibilitou que as empresas brasileiras se capacitassem para o desenvolvimento de seus próprios projetos, expandindo a participação no mercado espacial não só no Brasil, mas também como exportadoras de produtos. Em 2020 foi continuada a Transferência de Tecnologia Espacial do contrato vigente de Tecnologia de Cargas Úteis de Observação da Terra, com a empresa Opto S&D, iniciado em 2019.

Por fim, em 2020 foi realizado o primeiro processo de Encomenda Tecnológica (ETEC) com fundamento na Lei da Inovação, com acompanhamento do TCU, da CGU e representantes da AGU. O escopo da ETEC são serviços de desenvolvimento, envolvendo pesquisa e inovação de um Sistema de Navegação Inercial (SNI) equipado com sensores inerciais de alta precisão para utilização em foguetes de sondagem e em veículos lançadores de pequeno porte.

## Governança das Atividades Espaciais

---

O Programa de Desenvolvimento Integrado para o Centro Espacial de Alcântara (PDICEA) foi cunhado para conferir uma visão de Estado ao CEA e permitir a definição de projetos e iniciativas necessários ao desenvolvimento da infraestrutura regional de Alcântara/MA, atuando como vetor de desenvolvimento. O programa apontará o desenvolvimento socioeconômico e as infraestruturas logística, urbana, socioambiental e de apoio às atividades espaciais na região do município para a efetiva operacionalização do Centro Espacial de Alcântara (CEA) e de maneira a redundar em benefícios para toda a região. O documento apontará, minimamente, as necessidades de infraestrutura no município de Alcântara e no seu entorno, nas vertentes logística, urbana e socioambiental, considerando a atividade de transporte espacial e seus serviços associados; e as estratégias e propostas para o desenvolvimento socioeconômico da região. Em 2020 foi instituída a Comissão de Desenvolvimento Integrado para o Centro Espacial de Alcântara (CDI-CEA), presidida pelo Ministro Marcos Cesar Pontes e composto por vários representantes de pastas ministeriais. Várias reuniões e estudos foram realizados no decorrer de 2020 para que o PDI-CEA seja entregue ainda em 2021.

Com vistas a identificar as empresas, nacionais ou estrangeiras interessadas em realizar operações de lançamentos suborbitais e orbitais, empregando o CEA, e prover informações sobre o processo contratual, incluindo os processos de licenciamento e autorização para lançamento espacial, a AEB divulgou o edital do 1º Chamamento Público para utilização do Centro (<https://www.gov.br/aeb/pt-br/programa-espacial-brasileiro/chamamento-publico-public-call>). Para tanto, foi firmado o Acordo de Cooperação nº 01/2020 entre o Comando da Aeronáutica, responsável pela gestão do CEA, e a AEB, na qual foram definidas

as competências de cada ente junto às empresas que manifestaram, por meio do Chamamento Público, interesse em operar lançamentos comerciais a partir do CEA. O resultado desse edital será apresentado em 2021.

Nesse contexto, a AEB iniciou o processo de revisão dos regulamentos de licenciamento com a publicação da Portaria AEB nº 182/2020, que estabelece o processo de Licença de Operador. Para realizar a atividade espacial de lançamento, o operador espacial deverá solicitar uma Autorização de Lançamento, quando serão exigidos diversos documentos acerca do veículo lançador a ser utilizado, da carga útil que ele levará, da trajetória de voo a ser seguida no lançamento, entre outras informações. Esse normativo está em fase de atualização e será publicado em 2021. A obtenção da Licença de Operador é o passo inicial na jornada para receber uma autorização de lançamento.

No âmbito da articulação institucional, foi instituída, em fevereiro de 2020, a Frente Parlamentar Mista para o Programa Espacial Brasileiro (FPMPEB), uma entidade associativa suprapartidária e sem fins lucrativos que servirá como canal de diálogo entre o Congresso Nacional e a sociedade. A FPMPEB tem como princípios o fortalecimento, o desenvolvimento e a defesa dos interesses do setor espacial em âmbito nacional.

Com o intuito de fortalecer a indústria espacial, foi realizada entre os dias 20 e 23 de outubro de 2020, a quarta edição do Fórum da Indústria Espacial Brasileira, de forma online e gratuita. Neste ano, o tema foi “Aplicações Espaciais”, cujo escopo foi de explorar o desenvolvimento de diversas aplicações por meio da tecnologia espacial. O objetivo principal do evento foi estimular a participação do setor privado e criar um novo ambiente de negócios espaciais no Brasil, além de fortalecer a cadeia de valor do setor espacial, identificar e atrair empresas do segmento de aplicações. Na edição de 2020, o Fórum foi realizado em conjunto com a 7ª RM



VALE TI, Feira e Congresso de Tecnologia e Inovação, realizada pelo Parque Tecnológico São José dos Campos. Por meio desses dois eventos, a ideia foi demonstrar, considerando sua transversalidade, a importância da economia espacial para o desenvolvimento socioeconômico do País.

No sentido de mapear e promover o setor industrial espacial do Brasil, a AEB recebeu inscrições de empresas nacionais que estivessem interessadas em participar da 1ª edição do Catálogo da Indústria Espacial Brasileira. A publicação também servirá para manter atualizada a base industrial nacional, além de facilitar a inserção dessas empresas no cenário internacional e a divulgação dos principais produtos e serviços produzidos pelo País. Por meio deste catálogo, também serão apresentadas as potencialidades nacionais, o que facilitará a prospecção de mercados e de oportunidades de negócios no Brasil e no exterior. A primeira edição do Catálogo foi apresentada em outubro de 2020, no 4º Fórum da Indústria Espacial Brasileira. A cada ano será lançada uma nova edição desse catálogo (<https://www.gov.br/aeb/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/catalogo-da-industria-espacial-brasileira>).

Além do Catálogo da Indústria Espacial Brasileira, foi publicada também a 1ª edição do Catálogo de Fornecedores do Centro Espacial de Alcântara cujo objetivo é auxiliar as empresas que pretendem utilizar o CEA, identificando os fornecedores e facilitando o contato entre estes e os possíveis contratantes, contribuindo para a geração de negócios. Esse catálogo será atualizado anualmente e disponibilizado no site da AEB (<https://www.gov.br/aeb/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/catalogo-de-fornecedores-do-centro-espacial-de-alcantara>).

Com o objetivo de divulgar e dar maior transparência às atividades espaciais no Brasil, está em desenvolvimento o Observatório do Setor Espacial Brasileiro, uma estrutura que envolve processos e sistemas capazes de reunir, consolidar

e disseminar informações relativas ao setor espacial no País. A Fase 1, entregue em novembro de 2020, contempla a disponibilização do portal do Observatório contendo informações sobre o Setor Espacial Brasileiro. O Observatório permitirá a coleta, tratamento e análise de dados, sua consolidação em indicadores para monitoramento e avaliação das ações do governo e da sociedade na atividade espacial brasileira.

## Considerações e perspectivas

---

O setor espacial mundial tem passado por mudanças nos últimos anos. Em especial, a participação crescente da iniciativa privada nas atividades espaciais vem resultando na queda no preço do acesso ao espaço, uma importante barreira de entrada às atividades espaciais. A cada novo lançamento privado, o acesso ao espaço fica mais próximo de se tornar uma *commodity*.

Ao mesmo tempo, as características territoriais e geopolíticas do Brasil, bem como a evolução das tecnologias e comunicações num mundo globalizado, criam demandas de Estado nas áreas de telecomunicações, levantamento e prospecção de recursos naturais, acompanhamento de alterações no meio ambiente, vigilância de fronteiras e áreas marítimas, que só podem ser efetivamente alcançadas por meio do fortalecimento do Programa Espacial Brasileiro (PEB). A vida moderna é completamente dependente de produtos e serviços espaciais. Torna-se mandatório garantir o acesso ao espaço e ao desenvolvimento de aplicações derivadas dos produtos espaciais em benefício da sociedade brasileira.

Em paralelo a todo esse cenário, a AEB trabalha desde 2019 em uma ampla discussão com os atores do setor espacial, para que a atualização do PNAE possa capturar as relevantes inovações observadas na última década em benefício do PEB. Esse esforço leva em conta ainda os resultados do Comitê para o Desenvolvimento do Programa Espacial Brasileiro (CDPEB), instituído no âmbito do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) em 2018, para a discussão sobre os rumos e mudanças de direção necessários para potencializar o referido Programa. Como efeito dessa confluência de fatores, há uma expectativa de que a revisão dos instrumentos de planejamento do setor espacial aponte de

forma clara para o atendimento efetivo de demandas da sociedade, valendo-se da maior disponibilidade de meios para execução de atividades espaciais nacionais, em decorrência da crescente participação da iniciativa privada.

Alinhada a essas iniciativas, a aprovação do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas (AST), em 2019, ampliou as ações para preparação da infraestrutura de Alcântara/MA para o futuro Centro Espacial de Alcântara (CEA). As características do Centro, alinhadas às tendências internacionais do mercado espacial, como a miniaturização de missões espaciais, devem ampliar o interesse global de realizar lançamentos privados a partir do CEA. A viabilização dessa atividade deve dar vazão às necessidades nacionais por acesso ao espaço, bem como trazer relevante desenvolvimento socioeconômico e ambiental para a região.

Nesse contexto, o setor espacial brasileiro se apresenta com grandes perspectivas e potenciais relevantes a serem explorados em benefício do País. Não obstante, o cenário enfrentado pelo setor é desafiador, tendo em vista os cenários orçamentários bastante restritivos enfrentados nos últimos anos. Ainda assim, espera-se importantes avanços advindos da consolidação de uma nova Governança do Programa Espacial Brasileiro, do estabelecimento de uma Lei Geral do Espaço, da aproximação do setor espacial com o Congresso Nacional com a criação de uma Frente Parlamentar Mista para o PEB (FPMPEB) e da reformulação e atualização dos instrumentos de planejamento do setor espacial brasileiro. Com a conscientização da sociedade acerca da necessidade do desenvolvimento espacial nacional e com a sensibilização das autoridades competentes, é possível colocar o Brasil em destaque nas atividades espaciais mundiais e colher os frutos dessas atividades em prol dos brasileiros.

## Áreas Especiais de Gestão

### Mensagem do Diretor de Planejamento, Orçamento e Administração



A Diretoria de Planejamento, Orçamento e Administração (DPOA) é um órgão seccional da Agência Espacial Brasileira (AEB) responsável pelas atividades administrativas. Dessa forma, a DPOA auxilia as demais unidades da Agência a realizar a promoção do desenvolvimento de atividades espaciais de interesse nacional.

A DPOA considera o exercício de 2020 como um dos mais desafiadores para a gestão administrativa da AEB. Com a nova realidade a qual fomos inseridos, a Agência reinventou a maneira de exercer suas

atividades. Ao mesmo tempo, o ano de 2020 demonstrou a relevância das atividades espaciais para a sociedade brasileira. A interação social à distância no Brasil somente é possível por meio das políticas públicas implementadas por essa Agência Espacial.

As principais ações realizadas pela Diretoria focaram na melhoria da qualidade dos serviços prestados à sociedade brasileira. Os destaques para a atuação da DPOA incluem a implantação de ferramentas de segurança de dados e informações necessárias à segurança de pesquisa de ciência e tecnologia área

espacial, bem como, de dados de pessoas físicas e jurídicas nos termos da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018; ampliação da transparência pública por meio da revisão de fluxo de atividades de compras públicas realizadas pela unidade de compras da Agência; recuperação de estrutura física do edifício pertencente ao patrimônio da União e ações de controle ao contágio do coronavírus tanto para colaboradores da Agência quanto ao público alvo das políticas públicas implementadas pela Agência.

Quanto ao cenário financeiro e orçamentário, destacamos o Termo de Execução Descentralizado (TED) realizado em parceria com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais que contemplou o desenvolvimento do satélite Amazonia-1. O satélite brasileiro tem como função a observação do território brasileiro e o monitoramento de desmatamento. Além desse TED, foram realizadas parcerias com vista a fomentar a continuidade e conclusão de demandas do setor espacial. O valor das descentralizações somou, aproximadamente, R\$127 milhões. Os principais projetos espaciais realizados pela AEB incluem a construção de veículos lançadores; o desenvolvimento de pesquisas em tecnologias espaciais; desenvolvimento de satélites (por exemplo: CBERS-4A e os nanosatélites); estudos referentes a Clima, Aeronomia, Observação da Terra; o Rastreamento e o Controle (R&C) além de diversos investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D).

Ainda é desafiadora a implementação do Programa Espacial Brasileiro, pois o setor está em desenvolvimento no território nacional, bem como ocorre em



outros países em desenvolvimento. As restrições orçamentárias dificultam a implementação de projetos espaciais de maior vulto. Ressalta-se que o parque industrial no Brasil ainda é incipiente e pouco competitivo frente aos parques de outras nações.

Quanto à gestão de pessoas realizada no âmbito da Agência Espacial Brasileira, destaca-se que, mesmo diante do cenário de restrição da realização de atividades de capacitação presenciais, as despesas destinadas ao aperfeiçoamento dos servidores foram quase totalmente executadas. Entretanto, reforça-se a necessidade de atrair mão-de-obra especializada que continuam restritas devido ao cenário de redução de despesas administrativas.

A segurança da informação se torna cada vez mais relevante no país. Assim, de acordo com a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados, a Agência investiu em aplicações para monitoramento, auditoria e criptografia de dados. Os dados de pesquisa e desenvolvimento e de tecnologias críticas que fazem parte da rotina de atividades das unidades da AEB são constantemente alvo de ataques cibernéticos. Assim, para promover a segurança dos projetos espaciais desenvolvidos no país, o investimento é de grande relevância.

Quanto à gestão de licitações e contratos administrativos, a DPOA propôs medidas de racionalização de atividades em prol da celeridade e transparência dos gastos públicos. Além disso, para evitar possíveis perdas do patrimônio público, foi realizada a reforma da estrutura do edifício ocupado pela Agência Espacial em Brasília-DF. A construção estava cedendo devido à sobrecarga na estrutura de engenharia da edificação.

Nada obstante às considerações acima, o exame das informações adiante detalhadas permitirá verificar que, mesmo diante de sucessivas reduções

orçamentárias e medidas de contingenciamento, a Diretoria de Planejamento, Orçamento e Administração contribuiu para o desenvolvimento de ações de suporte à Agência Espacial Brasileira na função de coordenação geral do Programa Espacial Brasileiro, observando o fortalecimento do setor espacial e o atendimento do interesse público. Por fim, declaro, que os padrões de gestão da Agência atendem aos requisitos de conformidade e confiabilidade das informações prestadas neste capítulo.

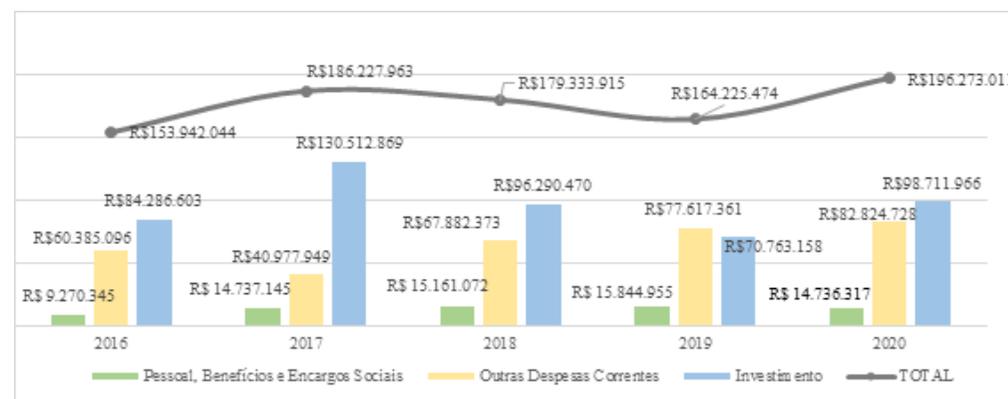
## Gestão Orçamentária e Financeira

A Lei Orçamentária Anual de 2020 (Lei nº 13.978, de 17/01/2020) consignou à AEB dotação orçamentária no valor de R\$ 124.194.156,00. Durante o exercício, após a liberação da regra de ouro, suplementações de dotações e alterações decorrentes do orçamento, esse foi redimensionado para R\$ 196.273.011,00.

### ORÇAMENTO DA AEB – EXERCÍCIO 2020

<b>Dotação inicial LOA 2020</b>	+	<b>Suplementação</b>	=	<b>Dotação atualizada</b>
124.194.156		72.078.855		196.273.011

### EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO 2016-2020



Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP)

### Evolução do Orçamento

O gráfico a seguir apresenta a dotação autorizada da AEB total e por grupo de natureza de despesa para os exercícios de 2016 a 2020.



## Execução Orçamentária

---

A distribuição do orçamento da AEB segue os programas definidos no PPA 2020-2023.

- Programa Temático 2207 – Programa Espacial Brasileiro
- Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo
- Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais

A execução orçamentária e financeira da AEB ocorre, em grande parte, de forma descentralizada. Os instrumentos utilizados são Termo de Execução Descentralizada (TED) e Termo de Fomento, celebrados entre os diversos atores que a compõem o SINDAE e as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), respectivamente.

A UPC descentralizou por meio de TEDs para o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e para o Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA) e para outros órgãos públicos o valor de R\$ 135.146.925,0, distribuído em diversos projetos e atividades: construção de veículos lançadores (suborbitais, VLM-I); Espaço, Educação e Tecnologia (E2T); manutenção do Centro Vocacional Tecnológico Espacial (CVT-Espacial); pesquisas e desenvolvimento em tecnologias espaciais; manutenção e melhorias dos centros de lançamento (CLA e CLBI); desenvolvimento de satélites (CBERS-4A, Amazonia-1, satélites científicos como Equars, nanosatélites e outros); manutenção do Laboratório de Integração e Testes (LIT); estímulos a estudos referentes a Clima, Aeronomia, Observação da Terra (OBT), Rastreamento e Controle (R&C), Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e outros

## EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR PROGRAMA – PPA 2020-2023

PROGRAMA	AÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO	EMPENHADO/ DOTAÇÃO ATUALIZADA	LIQUIDADO/ EMPENHADO
<b>2207 - Programa Espacial Brasileiro</b>	7F40 - Implantação do Centro Espacial de Alcântara - CEA	1.742.669	19.742.669	19.716.742	3.177.232	99,87%	16,11%
	154L - Implementação do plano de absorção e transferência de tecnologia no âmbito do satélite geoestacionário de defesa e comunicações estratégicas (SGDC)	3.297.449	5.661.678	5.661.678	5.661.678	100,00%	100,00%
	20VB - Pesquisa, desenvolvimento tecnológico e formação de capital humano para o setor espacial	9.804.844	16.316.847	16.104.192	7.538.581	98,70%	46,81%
	21AG - Desenvolvimento de Sistemas Espaciais	54.815.595	81.893.662	81.885.402	62.640.960	99,99%	76,50%
	21AI - Infraestrutura e Aplicações Espaciais	20.850.457	30.231.781	30.093.490	12.240.477	99,54%	40,67%
	21AH - Governança e Regulação de Atividades Espaciais	178.664	294.117	293.135	38.899	99,67%	13,27%
<b>0910 - Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais</b>	000Q - Contribuições a organismos internacionais sem exigência de programação específica	6.595	11.323	6.536	6.536	57,72%	100,00%
<b>0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo</b>	09HB - Contribuição da União, de suas autarquias e fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais	1.174.199	1.809.662	1.605.475	1.605.475	88,72%	100,00%
	20TP - Ativos civis da União	12.008.475	12.208.475	11.422.064	11.422.064	93,56%	100,00%
	0181 - Aposentadorias e pensões civis da União	292.266	718.180	484.669	484.669	67,49%	100,00%
	212B - Benefícios (auxílio-transporte, auxílio-pré-escolar, assistência médica, auxílio-funeral e natalidade)	449.599	679.379	533.509	533.509	78,53%	100,00%
	216H - Ajuda de custo ou Auxílio-moradia a agentes públicos	64.753	111.213	41.830	41.830	37,61%	100,00%
	2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	97.297	145.220	137.151	107.151	94,44%	78,13%
	2000 - Administração da unidade	19.411.294	26.448.805	26.195.987	13.204.120	99,04%	50,41%
<b>TOTAL</b>		<b>124.194.156</b>	<b>196.273.011</b>	<b>194.181.861</b>	<b>118.703.182</b>	<b>98,93%</b>	<b>61,13%</b>

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP)

## TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA

■ E2T, CVT E  
NANOSATÉLITES

■ CBERS

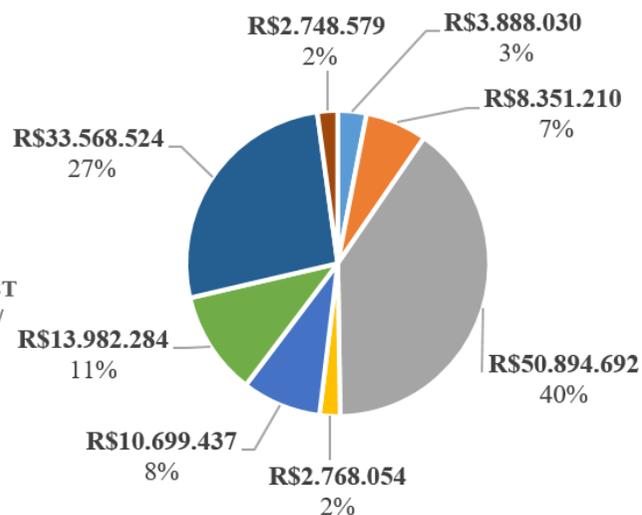
■ AMAZONIA

■ LIT

■ CLIMA / AERONOMIA / OBT  
/ EQUARS / SUBSISTEMAS /  
R&C / P&D/ CPRIME  
■ VLM-I

■ CENTROS DE  
LANÇAMENTO

■ SUBORBITAIS / P&D  
VEÍCULOS/  
LICENCIAMENTO



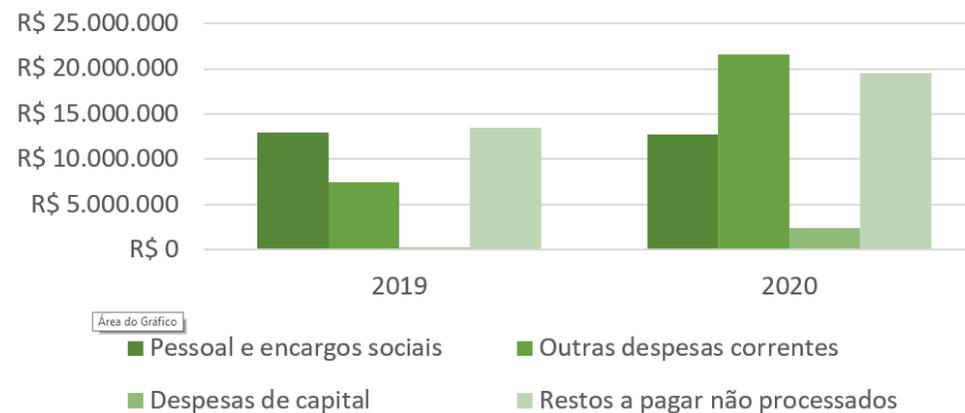
Fonte: Tesouro Gerencial

Os demais créditos orçamentários não descentralizados se referem a gastos com pessoal ativo e inativo, encargos sociais e outras despesas administrativas da unidade prestadora de contas, a AEB.

## Execução Financeira

O orçamento executado pela UPC (UG 203001 – Executora) foi no valor empenhado e pago, totalizando R\$ 36.617.961,52, dos quais R\$ 12.700.964,53 foram com despesas com pagamento de pessoal e encargos sociais e R\$ 21.539.622,97 foram com outras despesas correntes. No corrente exercício de prestação de contas da UPC foram efetuados pagamentos com restos a pagar no montante R\$ 16.536.359,00.

## PAGAMENTOS POR GRUPO DE DESPESA



Área do Gráfico

■ Pessoal e encargos sociais

■ Outras despesas correntes

■ Despesas de capital

■ Restos a pagar não processados

Fonte: Tesouro Gerencial

## Restos a pagar

---

Em 2020 e nos exercícios anteriores, os Restos a Pagar inscritos e reinscritos referentes a outros exercícios totalizaram cerca de R\$ 17.099.974,00. Desse valor R\$ 147.456,00 foram cancelados e R\$ 16.536.359,00 pagos. Como resultado, o saldo, ao final do exercício, ficou em R\$ 416.159,00.

A gestão da AEB sempre trabalha na tentativa de reduzir os Restos a Pagar Não Processados (RPNP), mas conforme discorrido em outros exercícios, por se tratar de Pesquisa & Desenvolvimento, sempre haverá eventos contratados no exercício e, inevitavelmente, estendidos por mais de um exercício fiscal.

Ressalta-se que a execução dos restos a pagar cumpre rigorosamente o que preconizam os artigos 36 a 37 da Lei nº 4.320/64, os artigos 67 a 70 do Decreto nº 93.872/86, o art. 76 do Decreto-lei 200/67 e o art. 42 da Lei complementar nº 101/2000 e o decreto de restos a pagar.

## Despesas por grupo e elemento de despesa

---

O quadro a seguir demonstra a execução da despesa da AEB de acordo com a classificação nos grupos e elementos de despesa. Ressalte-se que são despesas da Unidade Prestadora de Contas e não estão incluídos os valores descentralizados.

Do total executado, 48% foram com despesas correntes, e 29% com investimentos, ambos destinados à manutenção da infraestrutura da Agência. As despesas com pessoal ficaram entre 7% a 11% do Programa Espacial Brasileiro (PEB), dependendo da variação do orçamento inicial e do orçamento final.

Comparando-se as despesas de 2019 com as de 2020, há um crescimento de despesas correntes, cujo gasto principal se refere a contribuições, às quais não correspondem à contraprestação direta em bens e serviços, inclusive as destinadas a atender a despesas de manutenção de outras entidades de direito público ou privado observado o disposto na legislação vigente.

Do total empenhado de R\$ 59.093.172, valor maior do que o realizado em 2018, cerca de 67% foram liquidados e 62% foram pagos, e o saldo resultante de R\$ 19.476.153,00 foi inscrito em Restos a Pagar Não Processados (RPNP). A maior parte do saldo inscrito, 27%, refere-se a equipamentos e material permanente.

## DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTOS DE DESPESA

Grupos de Despesa	DESPESAS CORRENTES							
	Empenhada		Liquidad		RP não processados		Valores Pagos	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
<b>1. Despesas de Pessoal</b>	<b>13.512.209</b>	<b>13.921.337</b>	<b>13.512.209</b>	<b>13.921.337</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>12.700.965</b>	<b>13.007.065</b>
01 - Aposentados	440.053	363.732	440.053	363.732	0	0	403.460	331.530
03 - Pensões	44.616	45.297	44.616	45.297	0	0	41.132	41.813
07 - Contribuições a entidade fechada de previdência	196.042	213.848	196.042	213.848	0	0	180.879	197.251
11 - Vencimentos e vantagens fixas - Pessoal civil	11.118.218	11.521.802	11.118.218	11.521.802	0	0	10.375.383	10.670.479
12 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Militar	6.224	0	6.224	0	0	0	6.224	0
13 - Obrigações patronais	1.611.223	1.578.987	1.611.223	1.578.987	0	0	1.611.223	1.578.987
16 - Outras despesas variáveis - Pessoal civil	88.347	186.820	88.347	186.820	0	0	75.178	176.155
92 - Despesa de exercícios anteriores	7.486	10.849	7.486	10.849	0	0	7.486	10.849
<b>3. Outras Despesas Correntes</b>	<b>28.145.676</b>	<b>19.577.252</b>	<b>23.581.935</b>	<b>7.591.576</b>	<b>4.563.741</b>	<b>11.985.676</b>	<b>21.539.623</b>	<b>7.511.149</b>
08 - Outros benefícios assistenciais	64.151	66.770	64.151	66.770	0	0	59.256	60.944
14 - Diárias - Pessoal civil	177.481	628.307	177.481	628.307	0	0	177.481	628.307
15 - Diárias - Pessoal militar	9.912	752	9.912	752	0	0	9.912	752
30 - Material de consumo	282.210	54.809	211.054	50.134	71.156	4.675	211.054	50.134
33 - Passagens e despesas de locomoção	357.367	1.139.952	303.137	960.792	54.230	179.160	303.137	958.442
35 - Serviços de Consultoria	566.953	0	404.090	0	162.863	0	404.090	0
36 - Outros serviços de terceiros - Pessoa Física	309.310	147.845	309.310	147.845	0	0	282.566	132.405
37 - Locação de mão-de-obra	4.237.734	3.313.511	3.277.867	2.893.201	959.867	420.311	3.277.867	2.893.201
39 - Outros serviços de terceiros - Pessoa Jurídica	7.196.760	7.470.532	6.732.989	1.135.600	463.771	6.334.933	6.732.989	1.135.243
40 - Serviços de tecnologia da informação e comunicação - Pessoa Jurídica	3.052.222	985.511	2.002.865	555.091	1.049.356	430.420	2.002.865	555.091
41 - Contribuições	11.151.133	4.964.410	9.348.635	348.233	1.802.498	4.616.177	7.387.010	348.233
46 - Auxílio-alimentação	469.628	510.130	469.628	510.130	0	0	433.904	466.162
47 - Obrigações tributárias e contributivas	1.431	0	1.431	0	0	0	1.431	0
49 - Auxílio-transporte	29.993	46.746	29.993	46.746	0	0	28.261	42.967
92 - Despesa de exercícios anteriores	5.104	43.252	5.104	43.252	0	0	5.104	43.252
93 - Indenizações e restituições	234.288	204.724	234.288	204.724	0	0	222.696	196.017
Grupos de Despesa	DESPESAS DE CAPITAL							
	Empenhada		Liquidad		RP não Processados		Valores Pagos	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
<b>4. Investimentos</b>	<b>17.435.287</b>	<b>1.567.571</b>	<b>2.522.875</b>	<b>28.913</b>	<b>14.912.411</b>	<b>1.538.658</b>	<b>2.377.374</b>	<b>28.913</b>
30 - Material de consumo	238.337	0	0	0	238.337	0	0	0
36 - Outros serviços de terceiros - Pessoa Física	0	0	0	0	0	0	0	0
39 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica - Operações Intraorçamentárias	4.920.347	0	0	0	4.920.347	0	0	0
40 - Serviços de tecnologia da informação e comunicação - Pessoa Jurídica	3.289.200	1.522.056	1.117.276	0	2.171.924	1.522.056	1.117.276	0
41 - Contribuições	1.979.939	0	1.241.807	0	738.132	0	1.096.306	0
51 - Obras e instalações	1.624.389	0	98.159	0	1.526.231	0	98.159	0
52 - Equipamentos e material permanente	5.383.074	45.515	65.633	28.913	5.317.441	16.602	65.633	28.913
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>59.093.172</b>	<b>35.066.160</b>	<b>39.617.020</b>	<b>21.541.825</b>	<b>19.476.153</b>	<b>13.524.334</b>	<b>36.617.962</b>	<b>20.547.127</b>

Fonte: Tesouro Gerencial

## Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

---

O orçamento da AEB obteve incremento em 2020. O incremento verificado foi de duas grandezas diferentes: a primeira foi o desbloqueio da regra de ouro e, a segunda, foi por meio de suplementação de crédito da LOA inicial. Assim, a LOA aprovada fixou a despesa em R\$ 124,2 milhões e com a regra de ouro e suplementações no decorrer do exercício elevaram a dotação autorizada para R\$ 196,3 milhões.

A pandemia provocada pela Covid-19 atrasou a execução de atividades pertinentes ao setor espacial brasileiro. As medidas restritivas causaram dificuldades nas execuções de atividades previstas e atraso no cumprimento dos cronogramas.

Além disso, o atraso na liberação de créditos orçamentários prejudicou a conclusão de projetos de desenvolvimento de sistemas espaciais, a citar o satélite Amazonia-1, cujo lançamento estava previsto para ocorrer em 2020. Contudo, as adversidades mencionadas impediram que os projetos cumprissem o prazo estabelecido.

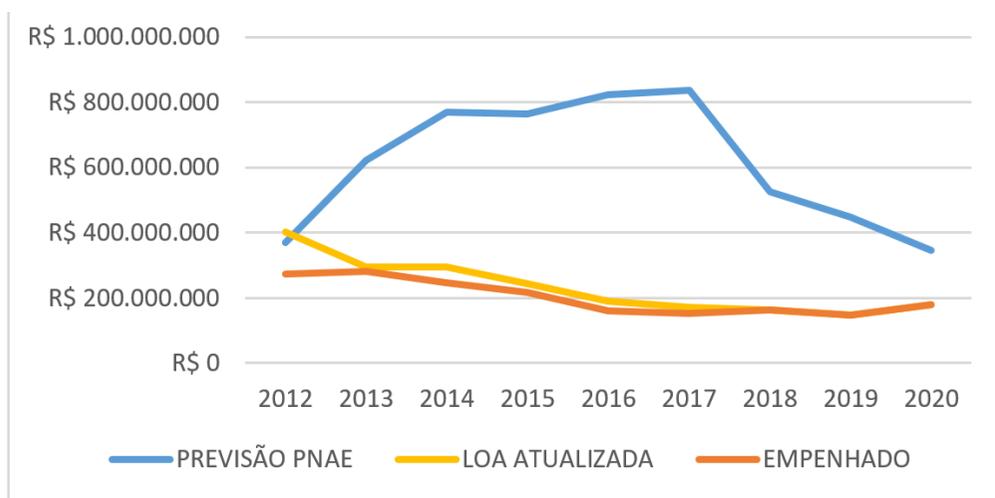
Os problemas recorrentes de se autorizar créditos suplementares nos últimos dois meses do exercício, exige esforços das equipes para executar o orçamento previsto. A Lei nº 14.008, de 02/06/2020, destinou à AEB a quantia de R\$ 34.012.509,00 em créditos desbloqueados da regra de ouro destinados ao reforço de dotações classificadas em outras despesas correntes. Desse montante, foi destinado 78% para o Programa Espacial Brasileiro, e o percentual equivalente a 22% foi concedido ao Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo.

As dificuldades orçamentárias vivenciadas pela AEB têm repercutido diretamente nos projetos previstos no PNAE, plano decenal do setor espacial para o período 2012-2021. Com a publicação do PNAE em 2012, o orçamento aprovado da AEB considerou os projetos aprovados no plano.

O gráfico a seguir demonstra que, exceto no ano de 2012, as dotações das Leis Orçamentárias Anuais sempre estiveram aquém dos orçamentos previstos no PNAE. Em 2020, a LOA representou apenas 52% do orçamento do PNAE. Essa discrepância causada pela insuficiência orçamentária da LOA tem prejudicado o desenvolvimento dos projetos do setor espacial previstos no PNAE e, conseqüentemente, o fortalecimento do Programa Espacial Brasileiro.

Já os orçamentos concedidos pelas Leis Orçamentárias Anuais possuem elevado índice de execução. No exercício de 2020, a execução orçamentária atingiu 99,6% da dotação atualizada da LOA. Isso demonstra que o setor espacial brasileiro executa com plenitude os orçamentos que são autorizados pelo Congresso Nacional e sancionados pelo Poder Executivo.

### RELAÇÃO ENTRE O ORÇAMENTO DO PNAE E DAS LEIS ORÇAMENTARIAS (2012-2020)



Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP)

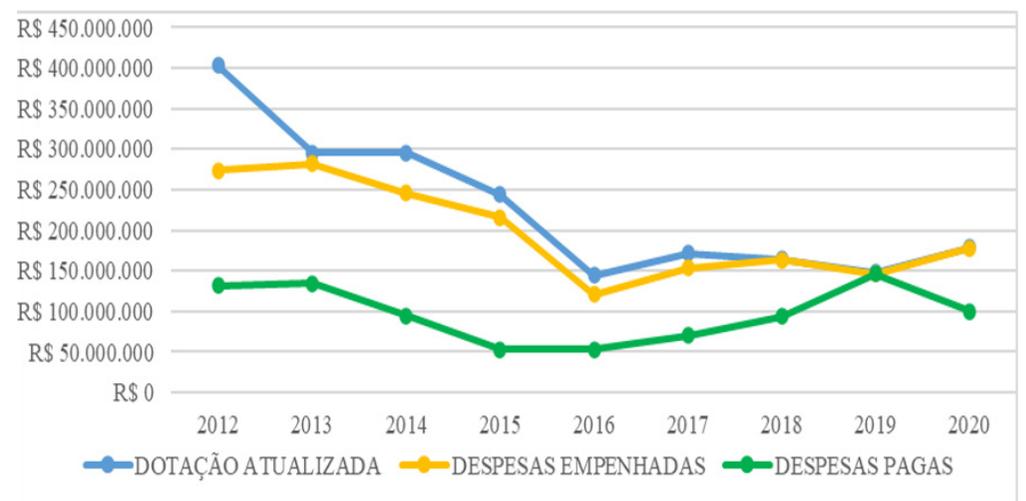
Em função da complexidade do setor, os projetos necessitam investimentos contínuos, estáveis e crescentes, pois têm características de desenvolvimento de longo prazo e com pagamentos em parcela única de grandes proporções do orçamento total de capital.

Além disso, a liberação do orçamento acontece de maneira tardia, frustrando e dificultando a realização das fases e metas dos projetos, atrasando ainda mais a entrega dos produtos.

Com a finalidade de garantir a disponibilidade dos recursos necessários para a execução das atividades da Agência, no decorrer do exercício de 2020,

manteve-se contato com o MCTI, informando necessidades e solicitando providências em seu atendimento.

### EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO DA AEB 2012-2020



Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP)

Além dos sucessivos contingenciamentos e atrasos na disponibilização orçamentária e financeira ao longo de vários anos, há necessidade também de recomposição dos quadros de especialistas, não só na AEB, como também nas principais instituições que participam do SINDAE, INPE/MCTI e DCTA/MD. Existem vários servidores e pesquisadores que deverão se aposentar nos próximos anos e, como não há previsão de concursos, a perda de conhecimento deverá afetar, também, o setor espacial.



## Principais desafios e ações futuras

---

O principal desafio a ser superado pela AEB será uma recomposição constante dos valores da LOA. Nesse sentido, destaca-se o objetivo estratégico “Garantir a execução eficiente dos recursos orçamentários”.

Dentre os avanços, destaca-se a publicação da Portaria AEB nº 269, de 25/08/2020, a qual revogou a Portaria nº 254, de 18/12/2018, e que versa sobre os procedimentos de descentralização de créditos orçamentários por meio de Termos de Execução Descentralizada. Salienta-se também a elaboração do documento referente ao Procedimento Operacional Padrão para TED firmado no âmbito da AEB, com o objetivo de padronizar os procedimentos para a celebração e a gestão desse instrumento de descentralização de crédito, considerando que a UPC descentraliza em média 75% do seu orçamento. Com efeito, houve ganho de agilidade na celebração de TEDs decorrente da padronização do instrumento, melhorando o acompanhamento da execução do montante descentralizado.

Espera-se para 2021 que os TEDs passem a ser operacionalizados na Plataforma +Brasil, a fim de auxiliar o acompanhamento pela sociedade da execução orçamentária e financeira desses, propiciando o fortalecimento da governança e da gestão pública. Essa migração, no entanto, depende de ato da Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

# Gestão de Pessoas

## Conformidade Legal

---

### Legislação Aplicada

Para assegurar a conformidade com a Lei 8.112/90 e demais normas aplicáveis à Gestão de Pessoas, a Coordenação de Gestão de Pessoas (CGP) observa o conjunto de regras e diretrizes estabelecidas ou referendadas pelo Governo Federal e órgãos de controle, e orienta as unidades que compõem sua estrutura.

### Indicadores de Conformidade

Os responsáveis pelas unidades de gestão de pessoas declaram anualmente a observância às normas e o cumprimento dos tópicos indicados.

1. Controle e acompanhamento da entrega das Declarações de Bens e Renda;
2. Controle e acompanhamento dos registros de informações no e-Pessoal;
3. Atendimento das determinações e recomendações dos órgãos de controle;
4. Acompanhamento dos processos instruídos a título de reposição ao erário; e
5. Acompanhamento das concessões, licenças e benefícios.

### Apontamento dos Órgãos de Controle

Em 2020, foram recebidos 2 (dois) indícios do TCU, todos atendidos e arquivados após justificativa da unidade de gestão de pessoas, e 1 (um) apontamento da CGU, que foi parcialmente atendido. Trata-se da criação da Política de Gestão de Pessoas cujos estudos foram iniciados e estão em fase de mapeamento de competências e engenharia dos cargos e funções.

### Avaliação da Força de Trabalho

O quadro de pessoal da Agência Espacial Brasileira (AEB) é formado por servidores efetivos das carreiras de Ciência e Tecnologia, conforme o disposto na Lei nº 8.691, de 28 de julho de 1993.

Ao final de 2020, a força de trabalho ativa era composta por 86 (oitenta e seis) servidores distribuídos em carreira vinculada ao órgão; servidores em exercício descentralizado; servidores em exercício provisório, requisitados de outros órgãos ou esferas; membros de poder ou agentes políticos e, também, servidores sem vínculo com a Administração Pública Federal.

Além das carreiras de servidores efetivos, a AEB conta com as Funções Comissionadas do Poder Executivo (FCPE), com cargos de Direção e Assessoramento Superior (DAS) e cargo de Natureza Especial (NE).

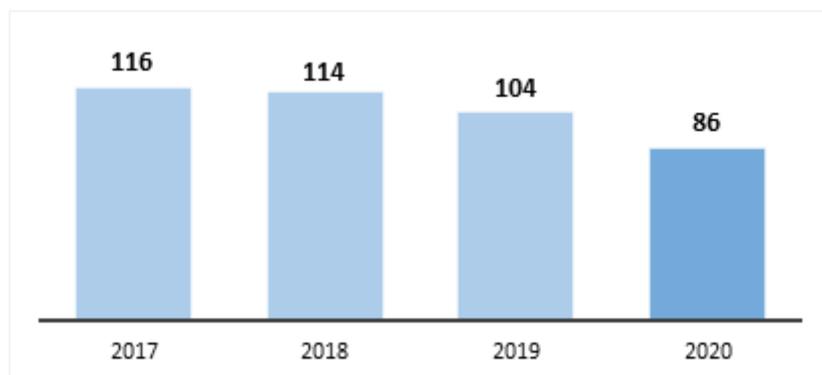
A redução no quantitativo da força de trabalho da Agência, ocorreu principalmente após a publicação do Decreto nº 10.469, de 19 de agosto de

2020, que aprovou a nova Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da AEB. Em virtude da reestruturação, alguns cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores (DAS) foram remanejados da AEB para a Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia e vice e versa, totalizando, assim, um déficit de mais 12 (doze) servidores sem vínculo.

Além disso, houve outras perdas na força de trabalho em virtude de exonerações e aposentadorias que totalizaram uma redução de 17% em relação ao exercício de 2019.

O gráfico a seguir apresenta a Evolução da Força de Trabalho nos últimos 4 (quatro) anos.

### EVOLUÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO 2017-2020

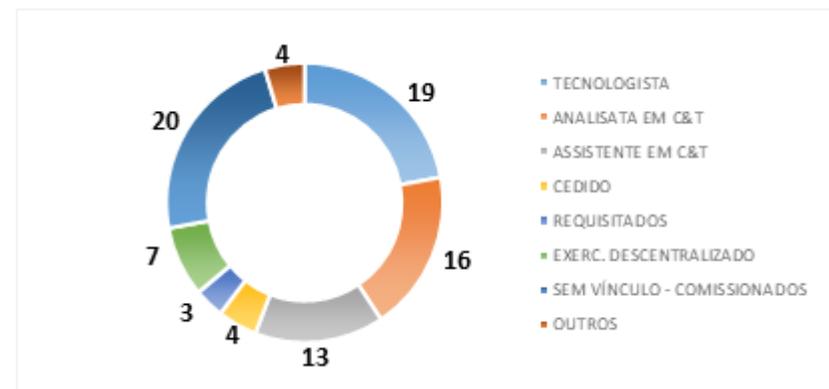


Fonte: Sistema Integrado de Administração de Pessoas (SIAPE)

Dos 86 (oitenta e seis) servidores da AEB, 21 (vinte e um) são servidores sem vínculo com a Administração e 4 (quatro) estão ativos em outros órgãos. 2 (dois) servidores estão cedidos para a Presidência da República, 1 (uma) servidora para o Ministério das Comunicações e 1 (uma) para Ministério da Cidadania.

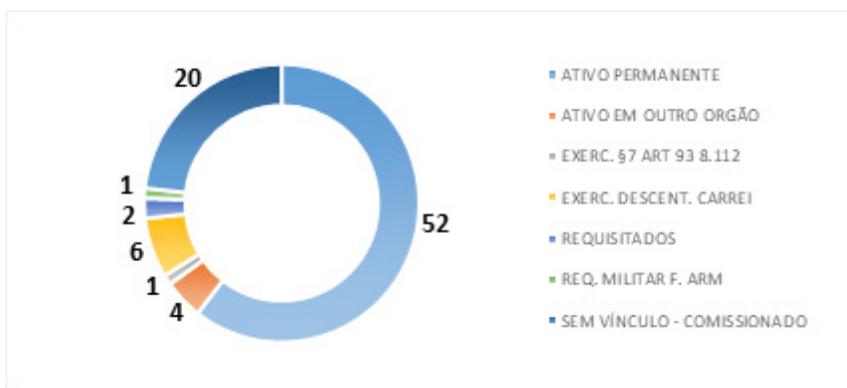
O gráfico a seguir representa a composição da força de trabalho por vínculo profissional. Ressalta-se que a parte no gráfico denominada “Outros” representa as carreiras de Agente Administrativo, Datilógrafo, Auxiliar de Serviços Gerais e Motorista Oficial.

### COMPOSIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO POR VÍNCULO PROFISSIONAL



Fonte: Sistema Integrado de Administração de Pessoas (SIAPE)

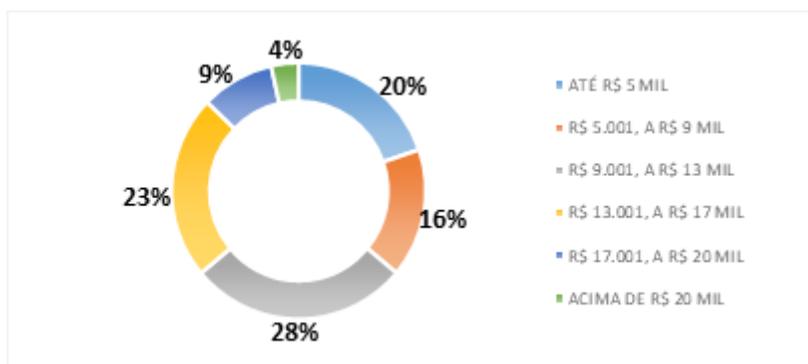
## COMPOSIÇÃO DOS SERVIDORES POR SITUAÇÃO FUNCIONAL



Fonte: Sistema Integrado de Administração de Pessoas (SIAPE)

O gráfico a seguir apresenta a distribuição salarial dos servidores com e sem vínculo da AEB

## DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIDORES POR FAIXA SALARIAL



Fonte: Sistema Integrado de Administração de Pessoas (SIAPE)

Do total da força de trabalho, tem-se a seguinte distribuição em relação ao gênero (servidores com vínculo e sem vínculo):

## DISTRIBUIÇÃO POR GÊNERO

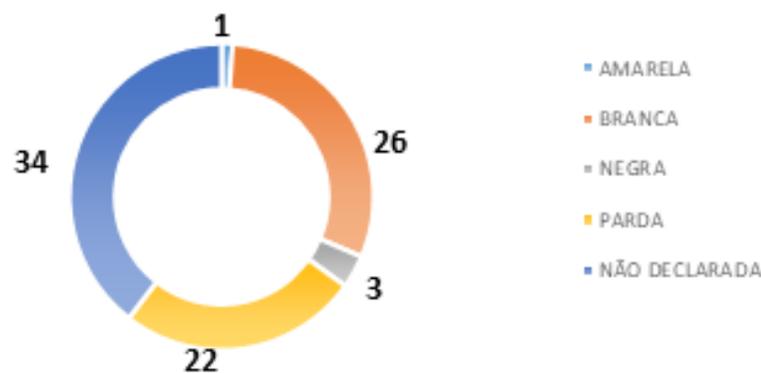


Fonte: Sistema Integrado de Administração de Pessoas (SIAPE)

Do total de servidores com e sem vínculo, 4,5% se declaram Pessoa com Deficiência.

Em relação à diversidade étnica, o gráfico abaixo representa a auto declaração dos servidores com e sem vínculo da AEB.

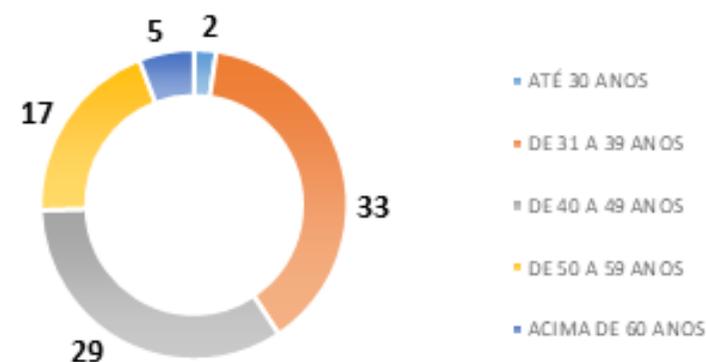
## DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIDORES POR ETNIA



Fonte: Coordenação de Gestão de Pessoas (CGP)

A AEB possuía, ao final de 2020, um quadro no qual 59% (cinquenta e nove por cento) dos servidores se encontrava com idade acima de 40 (quarenta) anos. Somente 2% (dois por cento) dos servidores estavam na faixa de até 30 anos. Isso acontece devido ao plano de cargos e carreiras de Ciência e Tecnologia, que no último concurso exigia experiência mínima para ocupação dos cargos disponíveis.

## DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIDORES POR FAIXA ETÁRIA

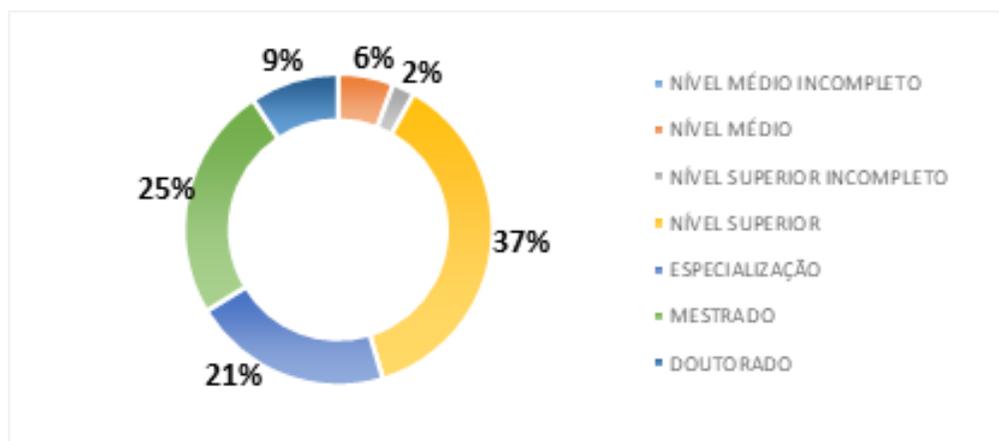


Fonte: Sistema Integrado de Administração de Pessoas (SIAPE)

No ano de 2020, 61% (sessenta e um por cento) dos servidores atuavam nas áreas finalísticas, 32% (trinta e dois por cento) na área meio, 3% (três por cento) atuavam junto à Procuradoria Federal e 4% (quatro por cento) estavam ativos em outros órgãos da Administração Pública.

Em relação ao nível de escolaridade, segue, abaixo, gráfico que representa o nível de escolaridade dos servidores ativos com e sem vínculo com a AEB.

## COMPOSIÇÃO DOS SERVIDORES POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE



Fonte: Sistema Integrado de Administração de Pessoas (SIAPE)

### Contratação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo Plano de Cargos da AEB

No exercício de 2020, a AEB dispôs de 54 (cinquenta e quatro) profissionais terceirizados que prestam serviço de auxílio administrativo, auxílio de serviços gerais, recepção e copeiragem, totalizando, aproximadamente, um custo mensal médio de R\$ 349 mil.

Para a prestação de serviços de informática, foram 9 (nove) colaboradores fixos na Agência, além de 5 (cinco) consultores alocados conforme demandas solicitadas, totalizando, aproximadamente, um custo mensal de R\$ 179 mil.

Os serviços de transporte de servidores da AEB são executados por meio do TaxiGov, que teve seu custo mensal médio de R\$ 1,1 mil no ano de 2020.

A Agência não contrata diretamente serviços de limpeza, segurança ou brigadistas – esses serviços são contratados pelo órgão gestor do complexo do Setor Policial (SPO), a Agência Nacional de Águas (ANA), e rateados no condomínio.

### Estratégia de recrutamento e alocação de pessoas

A seleção para provimento de cargos efetivos ocorre por concurso público, nos moldes previstos na Constituição Federal de 1998, na Lei nº 8.112/1990 e no Decreto nº 6.944/2009. Considera-se, dentre outros fatores, a evasão de servidores, número ideal de servidores por atividade, complexidade da estrutura do órgão, disponibilidade orçamentária/financeira e projeções futuras do quadro de pessoal. A alocação dos servidores obedece a distribuição definida pela Estrutura Regimental do Decreto nº 10.469/2020.

Em 2020, houve uma redução de 18 (dezoito) servidores quando comparado ao exercício anterior, resultante de aposentadorias e exonerações. Entretanto, não houve reposição por meio de concurso e não há expectativa de novos certames.

Com intuito de minimizar o déficit na força de trabalho, em 2020, foi enviado ao Ministério da Economia (ME) pedido de autorização de concurso público nos moldes do Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019, para o preenchimento de

101 vagas. Além disso, foi solicitado ao ME autorização de contratação de 24 (vinte e quatro) servidores temporários, fundamentado no inciso I da Lei 8.745, de 1993. Até o momento, nenhum dos dois pedidos foi aprovado pelo Ministério.

### Despesas com Pessoal

Em 2020, a Agência teve um gasto liquidado de R\$11.9 milhões com servidores ativos, aposentados e pensionistas. No ano, houve redução dos gastos com servidores decorrente da redução no quantitativo de servidores, após a reestruturação da AEB, publicada pelo Decreto nº 10.469, de 19 de agosto de 2020.

A figura a seguir apresenta os valores liquidados com servidores ativos e inativos (aposentados e pensionistas), não incluindo valores referentes à Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais (ação 09HB)

### **DETALHAMENTO DA DESPESA DE PESSOAL**

Valor em R\$



Fonte: Sistema Integrado de Administração de Pessoas (SIAPE)

### Avaliação de Desempenho, Remuneração e Meritocracia

#### **Avaliação de Desempenho**

Em 2020, a AEB passou a realizar a Avaliação de Desempenho de forma digital por meio da plataforma Sólides. A avaliação dos 51 (cinquenta e um) servidores foi realizada por meio do processo que utiliza como referência as metas de desempenho institucional definidas para cada ciclo avaliativo. Essa avaliação

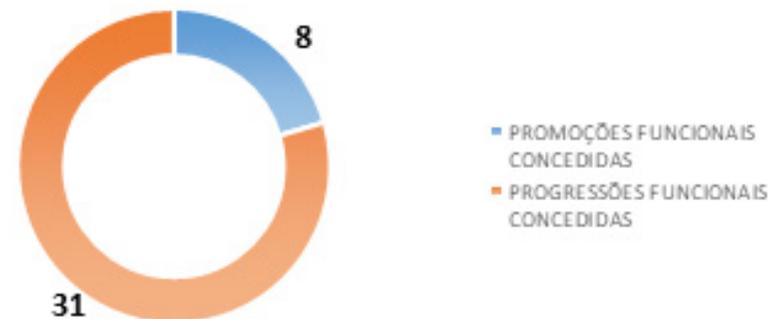
impacta diretamente na Gratificação de Desempenho de Atividades de Ciência e Tecnologia (GDACT) e, conseqüentemente, em sua remuneração. Vale ressaltar que há casos onde o servidor participa do processo avaliativo, mas não recebe a gratificação por se tratar de servidor sem vínculo com a Administração Pública.

O ciclo avaliativo de 2020 contempla parte da 10ª (01/07/2019 a 30/06/2020) e 11ª versão (01/07/2020 a 30/06/2021). Os resultados do 10º ciclo estão disponíveis na Portaria AEB nº 282/2020 (<https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-282-de-9-de-setembro-de-2020-277189032>) e o atual, 11º ciclo, na Portaria AEB nº 283/2020 (<https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=14/09/2020&jornal=515&pagina=9&totalArquivos=183>).

### Progressão Funcional

Mensalmente, é realizado – conforme a data de início de exercício de cada servidor – o processo de progressão/promoção funcional de servidores ativos, que, até dezembro de 2020, totalizaram 56 (cinquenta e seis) servidores. Deste, 12 (doze) se encontram no topo de seus cargos, dessa forma, não foram submetidos à avaliação de desempenho para fins de progressão funcional no exercício. Assim, foram submetidos para avaliação 39 servidores. Segue gráfico dos resultados das promoções e progressões de 2020.

### RESULTADOS PROGRESSÃO FUNCIONAL



Fonte: Coordenação de Gestão de Pessoas (CGP)

### Estágio Probatório

A partir do primeiro semestre de 2020, 100% dos servidores ativos que entraram em exercício na AEB, em razão do 1º certame desta, concluíram o estágio probatório, adquirindo estabilidade e admitindo se pleitear uma série de benefícios, como a Licença para Tratar de Interesses Particulares,

### Remuneração

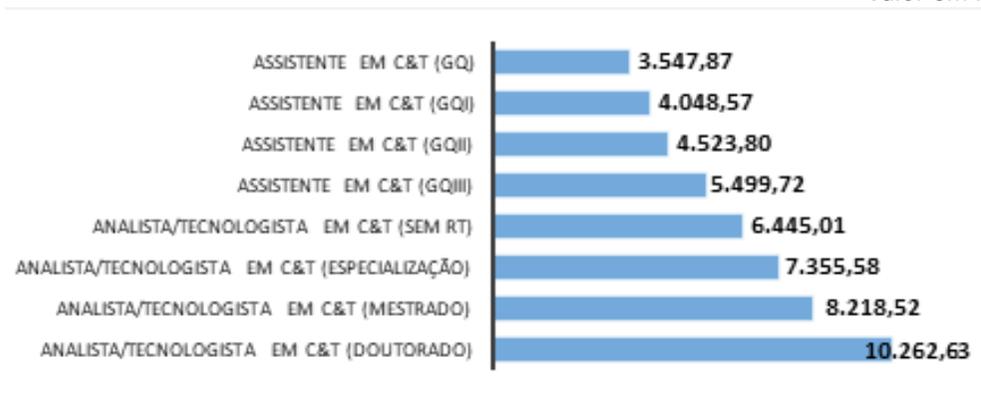
A remuneração vigente na AEB segue a Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Cíveis e dos ex-Territórios. As informações remuneratórias dos servidores podem ser obtidas no site <http://www.portaltransparencia.gov.br/servidores/orgao?paginacaoSimples=true&tamanhoPagina=&offset=&direcao=>

[Ordenacao=asc&palavraChave=ag%C3%Aancia+Espacial+brasileira&colunas-Selecionadas=linkDetalhamento%2CorgaoSuperiorExercicioSIAPE%2CorgaoExercicioSIAPE%2CquantidadePessoas%2CquantidadeVinculos.](#)

Abaixo, segue gráfico que representa a remuneração inicial dos servidores das carreiras de C&T.

### REMUNERAÇÃO INICIAL DO QUADRO DE SERVIDORES DA AEB

Valor em R\$



Fonte: Sistema Integrado de Administração de Pessoas (SIAPE)

Todas as Funções Comissionadas do Poder Executivo (FCPE) são ocupadas por servidores efetivos. Dos cargos de Direção e Assessoramento Superior (DAS), 60% são ocupados por servidores sem vínculo e 40%, com vínculo.

## Desenvolvimento Humano e Capacitação

A capacitação e o desenvolvimento humano pode ser visto como o processo que contempla ações e políticas para fortalecer e aprimorar conhecimentos, habilidades e competências individuais. Esse capital envolve, dentre outros fatores, cultura, capacitação, gestão, saúde, bem-estar, qualidade de vida, segurança, ambiente, políticas, sustentabilidade e engajamento.

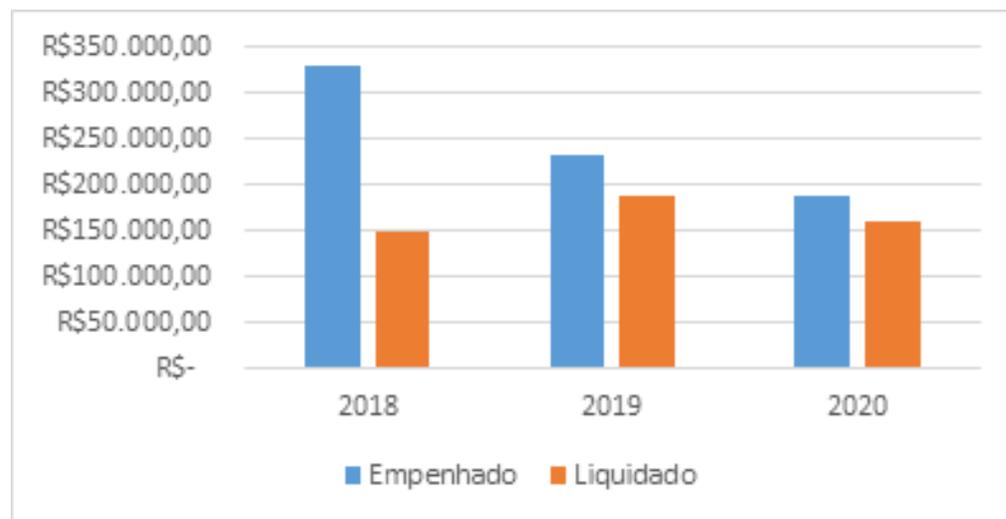
Dentre os objetivos estratégicos da AEB estão o desenvolvimento permanente do seu capital humano e a implementação de uma política de gestão do conhecimento por meio das gestões por competência, processos e qualidade de vida.

Em agosto de 2019, foi publicado o Decreto nº 9.991 que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112/1990 quanto a licenças e afastamentos para ações de desenvolvimento. A partir dessa norma, todos órgãos da APF devem elaborar e acompanhar seus Planos de Desenvolvimento de Pessoas (PNDP). O objetivo é promover o desenvolvimento dos servidores públicos nas competências necessárias à consecução da excelência na atuação, no caso específico, da AEB. Diante desse normativo, as necessidades de capacitação da Agência farão parte do sistema desenvolvido pelo Ministério da Economia em que é informado o PNDP da AEB.

Anualmente é realizado o Levantamento de Necessidades de Capacitação (LNC), onde cada unidade da AEB elenca as necessidades de capacitação de sua área/servidores. Esse levantamento serve de base para elaboração do PNDP para cada exercício, aprovado pelo órgão central do SIPEC.

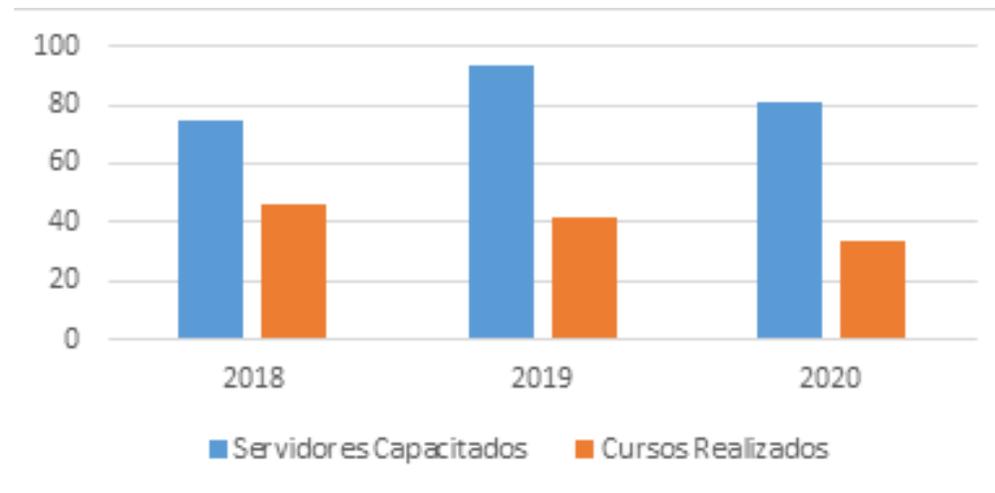
Em 2020, foram capacitados 81 (oitenta e oito) servidores, tanto da área meio como da área finalística, sendo que 33 (trinta e três) cursos/eventos foram contratados para a capacitação e treinamento, com ônus para a AEB. As demais ações foram realizadas pela Escola Nacional de Administração Pública (Enap), sem ônus para a Agência, sendo capacitados 26 (vinte e seis) servidores em 34 (trinta e quatro) cursos/eventos.

### DESPESAS COM CAPACITAÇÃO



Fonte: Sistema Integrado de Administração de Pessoas (SIAPE)

### SERVIDORES CAPACITADOS X CURSOS REALIZADOS



Fonte: Sistema Integrado de Administração de Pessoas (SIAPE)

### Principais Desafios e Ações Futuras

O principal desafio a ser enfrentado na Gestão de Pessoas é a redução do índice de evasão do quadro de pessoal decorrente, principalmente, de vacância para ocupar outros cargos, aposentadorias e requisições para outros órgãos.

Nesse contexto, diante da impossibilidade de realização de concurso público, a Agência tem utilizado instrumentos disponíveis na Administração Pública como a Portaria nº 282/2020. Como essa iniciativa não tem logrado resultados, ainda há uma necessidade de recomposição e ampliação da força de trabalho da AEB por meio de concurso.

## Gestão de Licitações e Contratos

### Conformidade Legal

Os processos de trabalho relativos a licitações e contratos na AEB são estruturados de forma a assegurar plena observância às normas legais vigentes, em conformidade com as Leis nº 8.666/93 e 10.520/02 que regem o processo licitatório, concomitante com as Instruções Normativas SEGES/ME nº 01/2019 e MPDG nº 05/2017. Destaca-se, ainda, a análise legal, prévia à licitação, realizada pela assessoria jurídica da AEB subsidiada à Advocacia-Geral da União (AGU).

Com a finalidade de atendimento de forma célere aos procedimentos de contratação, a AEB vem adotando desde 2019, instrumentos de padronização sugeridos pela AGU, a exemplo do check-list incluído no final de cada instrução processual.

### Licitações e Contratações

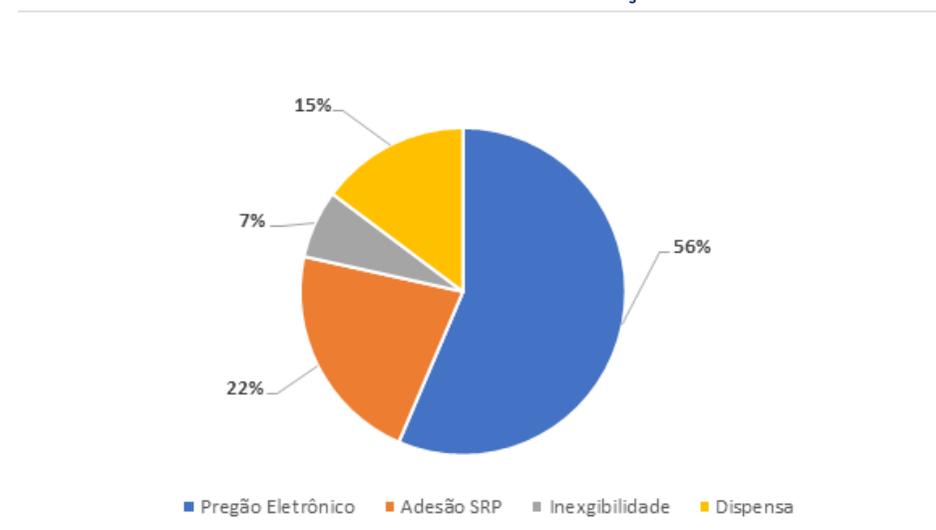
No exercício de 2020, a AEB realizou 89 (oitenta e nove) processos de contratação: 76 (setenta e seis) foram concluídos com êxito. Estes resultaram 06 (seis) pregões eletrônicos, 41 (quarenta e uma) dispensas de licitação, 27 (vinte e sete) inexigibilidades e 02 (duas) adesões a Ata de Registro de Preços, em atendimento a contratação de empresa para Aquisição e instalação e divisórias, e aquisição de mobiliário, respectivamente.

### DETALHAMENTO DAS CONTRATAÇÕES

Modalidade	Valor contratado	Valor executado
Pregão eletrônico	R\$ 6.276.133,99	R\$ 6.276.133,99
Inexigibilidade	R\$ 3.016.100,18	R\$ 3.016.100,18
Dispensa	R\$ 9.029.278,07	R\$ 9.029.278,07
Adesão à ARP	R\$ 9.107.469,00	R\$ 9.107.469,00
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 27.428.981,24</b>

Fonte: Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG) e Comprasnet.

### DISTRIBUIÇÃO DAS CONTRATAÇÕES POR MODALIDADE DE LICITAÇÃO



As dispensas de licitação foram aquelas realizadas para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de agenciamento de viagens e na contratação de serviços de locação de veículos com fornecimento de motorista e combustível, pois não houve renovação do contrato administrativo por parte da empresa que prestava o serviço naquele momento. Ambas foram feitas de modo estimativo, sendo o pagamento efetivado de acordo com os serviços prestados.

No tocante à inexigibilidade, destaca-se a contratação de assinaturas de jornais e revistas objetivando acesso à informação por meios de comunicação assertivos. Além disso, houve a contratação do Serpro para subsidiar o Serviço DaaS (Dados como Serviço), permitindo acesso on-line a bases de dados via interfaces. Ainda quanto à inexigibilidade, ressalte-se a contratação de serviços ofertados pelo SESI/Sistema FIBRA, visando a realização de atividades de qualidade de vida para os colaboradores da AEB no valor de R\$ 134.211,84 (cento e trinta e quatro mil, duzentos e onze reais e oitenta e quatro centavos).

Os contratos de maior vulto e relevância, necessários ao funcionamento administrativo, destinam-se à prestação de serviços terceirizados de apoio administrativo e de secretariado no valor total de R\$ 5.302.511,16 (cinco milhões, trezentos e dois mil, quinhentos e onze reais e dezesseis centavos) e R\$ 1.857.058,94 (um milhão, oitocentos e cinquenta e sete mil, cinquenta e oito reais e noventa e quatro centavos), respectivamente. Vale ressaltar que a licitação que gerou estes contratos foi realizada por meio de Registro de Preços, sendo o pagamento feito de acordo com os serviços efetivamente prestados. O serviço contratado destina-se à realização de atividades administrativas, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem a área de competência legal da AEB.

## Principais desafios e ações futuras

---

Para o exercício de 2021, o maior desafio na área de contratação diz respeito à reforma do Bloco F, anexo ao edifício-sede da AEB, localizado no Complexo do Setor Policial (SPO). A obra de engenharia conterà etapas de elaboração do projeto de engenharia, bem como o acompanhamento e fiscalização dos serviços a serem prestados pela empresa a ser contratada para a realização da obra.

Outro desafio previsto para 2020 era a disponibilização de sistema integrado de gestão contratual, objetivando o controle efetivo e eficaz de todos os contratos firmados pela AEB; extração de relatórios gerenciais; e mitigação de erros decorrentes de acompanhamentos realizados por meio de planilhas ou por outros instrumentos atualmente utilizados. Nesse sentido, a AEB deverá aderir ao Comprasnet Contratos que será disponibilizado pelo Ministério da Economia (ME) a todos os órgãos do poder executivo federal a partir de 2021.

Há ainda a conclusão de implantação, em curso desde meados de 2020, do Sistema Integrado de Administração de Serviços (SIADS) do ME referente ao módulo de gestão patrimonial e adesão ao Almoxarifado Virtual Nacional, o qual disponibilizará serviço de logística para aquisição de material de expediente. Além disso, a Autarquia realizará a atualização do mobiliário, bem como a alteração da disposição física do espaço ocupado.

A edição da Instrução Normativa nº 01, de 29 de março de 2018, resultou em significativa mudança na condução do Plano Anual de Contratações (PAC) da Agência. A norma define que o PAC será gerido por meio do Sistema PGC (Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações), disponibilizado pelo ME, consolidando, assim, as contratações a serem realizadas ou prorrogadas



no exercício subsequente, auxiliando a administração na tomada de decisão  
Gestão Patrimonial e Infraestrutura.

## Gestão Patrimonial e Infraestrutura

### Conformidade Legal

A AEB obedece à Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, ao Decreto nº 9.287, de 15 de fevereiro de 2018 e à Portaria nº 05/DPOA, de 15 de janeiro de 2009, que regulamentam a utilização de veículos oficiais pela administração pública.

#### Principais serviços e investimentos

A AEB, por não dispor de motoristas no quadro de servidores, realizou a contratação de serviços para a utilização de veículos de terceiros nas seguintes quantidades e categorias: Veículo Integral – 1 (um) automóvel executivo, com fornecimento de combustível e motorista executivo, para transporte da autoridade máxima do órgão, que é ocupante de cargo de natureza especial. A empresa contratada para prestação do serviço em 2020 foi a Transportes Real E Turismo Ltda., inscrita sob o CNPJ/MF nº 04.796.879/0001-80.

Em 2020, a AEB manteve o uso dos serviços de transportes TáxiGov, Contrato nº 09/2019, renovado de acordo com primeiro termo aditivo de 14 de outubro de 2020. A Ata de Registro de Preço foi realizada pelo ME com o objeto de disponibilizar serviço de transporte terrestre ou agenciamento/intermediação de transporte terrestre dos servidores, empregados e colaboradores a serviço dos órgãos e entidades da administração pública federal, por demanda e no âmbito do Distrito Federal.

No exercício de 2020 foram realizados investimentos significativos em infraestrutura e equipamentos como a contratação de serviços de soluções de tecnologia voltadas para segurança de informação. Os pequenos reparos

ocorreram de forma paliativa enquanto a Agência se prepara para os desafios a serem enfrentados no exercício de 2021.

#### Locações de imóveis e equipamentos

A AEB não possui patrimônio imobiliário da União em seu nome. Os 2 (dois) imóveis cedidos pela Superintendência do Patrimônio da União (SPU), situado no Setor Policial Sul, Área 5, Quadra 3, Blocos “A e F”, são de responsabilidade do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). Em 2019, após desocupação do piso superior do bloco F por parte do MCTI e sua cessão à AEB, foi permutado com a Agência Nacional de Águas (ANA) o piso térreo do bloco pelo bloco Q. Por essa razão os blocos ocupados atualmente pela AEB são o “A” e o “F”. A partir dessa negociação, no exercício de 2020, a AEB realizou a contratação de empresa especializada na execução de serviços técnicos profissionais especializados de engenharia para a execução de obra de reforço das fundações e estrutura do Bloco F, localizado no Setor Policial, Área 5, Quadra 3, Brasília-DF.

Além disso, em 2020, não houve atividades de cessão de espaços físicos ou imóveis para terceiros públicos ou privados e nenhuma celebração de contrato de locação de imóveis com terceiros (Órgãos e Entidade Públicas ou privada).

A Unidade Regional de São José dos Campos/SP, localizada no Parque Tecnológico de São José dos Campos, mantém suas atividades em espaço objeto de autorização de uso entre a Agência, a Associação do Parque Tecnológico e a Prefeitura

Municipal de São José dos Campos. O valor mensal das despesas de ocupação do local é de R\$ 10.000,00 (dez mil reais). Enquanto que a Unidade Regional de Alcântara/MA, localizada na Rod. MA 106 – KM 7 em Alcântara/MA exerce suas atividades dentro das instalações do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), não havendo custos com locação. O mesmo acontece com a Unidade Regional do Rio Grande do Norte que está localizada no Centro Vocacional Tecnológico Espacial (CVT), em Parnamirim/RN.

### **Desfazimento de ativos**

No ano de 2020, em decorrência do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 06/2020 e Portaria nº 188/2020 do Ministério da Saúde (MS) e orientado pelo Decreto nº 9.373/2018, foi instruído um processo de desfazimento de ativos referentes a doação e transferência de bens por razões de deterioração física, desgastes com o uso e obsolescência. Os ativos desfeitos foram diversos equipamentos de informática e mobiliários considerados irrecuperáveis e antieconômicos os quais totalizaram um valor líquido contábil de R\$ 126.307,10 (cento e vinte e seis mil, trezentos e sete reais e dez centavos).

As atividades relacionadas ao processo de desfazimento continuaram a ocorrer no exercício de 2020, tendo em vista que a AEB recebeu diversos bens a título de doação da extinta Alcântara Ciclone Space (ACS). Os locais destinados a armazenagem de bens inservíveis atingiram sua capacidade para guarda e também há planejamento para reformas nas edificações e modernizações em seu mobiliário.

Os principais equipamentos de tecnologia da informação como microcomputadores, notebooks, impressoras possuem mais de 5 (cinco) anos de uso e já cumpriram o prazo de amortização contábil e de vida útil. Assim como, pelo desgaste de tempo e de uso tornaram-se antieconômicos e inservíveis. Muitos bens estão

acumulados em depósitos, ocupando espaço físico do órgão e, portanto, deverão ser objeto de novo processo de desfazimento.

### **Principais desafios e ações futuras**

Como principais desafios para o exercício de 2021, a AEB realizará reformas no edifício do Bloco F, onde são desenvolvidas algumas atividades da autarquia. Além disso, a Agência realizará a atualização do mobiliário, bem como a alteração da disposição física do espaço atualmente ocupado.

# Gestão da Tecnologia da Informação

## Conformidade Legal

O Decreto nº 7.579, de 11 de outubro de 2011, cria a estrutura do SISP<sup>[1]</sup> e estabelece a AEB como um de seus órgãos seccionais, possuindo em suas competências “cumprir e fazer cumprir, por meio de políticas, diretrizes, normas e projetos seccionais, as políticas, diretrizes e normas emanadas do Órgão Setorial do SISP a que estão vinculados”.

Com a evolução da governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) na administração pública, iniciando-se pela criação da estrutura do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP), o caráter estratégico da área vem sendo tratado com importância crescente tanto pelos órgãos de controle como pelos instrumentos normativos publicados pelo Órgão Central do SISP. O Guia de Governança de TIC do SISP, em sua versão 2.0, estabelece algumas práticas como principais assuntos e temas relacionados à governança de TIC. No que diz respeito ao alinhamento estratégico da organização (Prática 06), uma condicionante para o alcance da excelência é o posicionamento hierárquico da TIC em nível estratégico.

### Modelo de Governança de TI

No quesito organizacional, a TIC é responsabilidade da Coordenação de Tecnologia da Informação e Comunicação (CTIC), por sua vez vinculada à DPOA.

A Portaria AEB nº 27, de 22 de janeiro de 2020, institui o Comitê de Governança Digital da AEB (CGD/AEB), composto pelo Presidente da Agência, seus Diretores e o titular da área de TIC, que o coordena. As competências do

comitê do CGD são: propor políticas, diretrizes, normas e práticas que assegurem o alinhamento das ações de tecnologia da informação e comunicação no âmbito da AEB; aprovar, monitorar e manter o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETIC) e o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC), respectivamente, de caráter estratégico e tático-operacional, podendo, a seu critério, elaborar um plano único, desde que consolide as características do PETIC e PDTIC; priorizar os projetos e as demandas de Tecnologia da Informação e Comunicações, em consonância com o PDTIC; priorizar a alocação dos recursos orçamentários destinados à TIC, bem como as alterações posteriores que provoquem impacto significativo sobre a alocação inicial; e monitorar e avaliar o desempenho das ações de TIC, o cumprimento das diretrizes e o alcance dos objetivos e metas definidas nos planos de TIC.

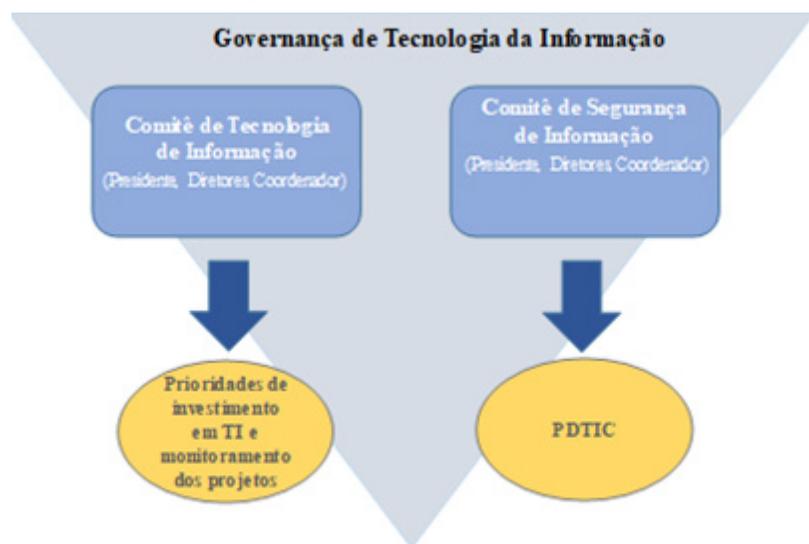
A Portaria AEB nº 361, de 16 de outubro de 2020, instituiu o Comitê de Segurança da Informação e Comunicações da Agência Espacial Brasileira (CSIC/AEB), composto pelo Presidente da Agência, seus Diretores e o titular da área de TIC, que o coordena. As competências do comitê da CSIC são: assessorar na implementação das ações de segurança da informação e comunicação; deliberar, aprovar, acompanhar e monitorar as estratégias, as políticas, as diretrizes, os planos, as normas e os processos acerca da Gestão da Segurança da Informação e Comunicação da AEB; avaliar, revisar, monitorar, analisar criticamente e supervisionar a aplicação da Política de Segurança da Informação e Comunicação (POSIC) e suas normas complementares, visando sua aderência aos objetivos institucionais da AEB, Política Nacional de Segurança da Informação (PNSI) e legislações vigentes; definir prioridades na formulação e execução de planos

[1] O SISP é um sistema instituído com o objetivo de gerir os recursos de tecnologia da informação da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional.

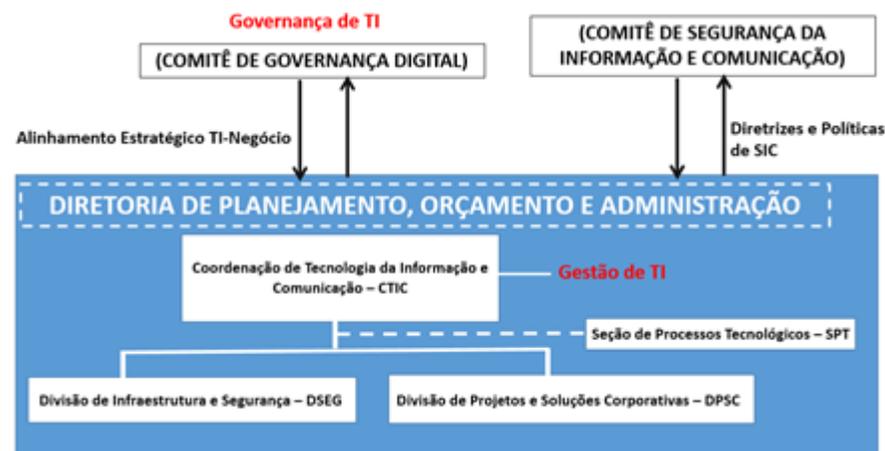
e projetos de Segurança da Informação e Comunicação; promover a melhoria contínua nos processos e controles de Gestão de Segurança da Informação e Comunicação; dentre outras.

ção de Tecnologia da Informação e Comunicação (CTIC) da AEB está estruturada de acordo com a figura a seguir:

### GOVERNANÇA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



### ORGANOGRAMA DA ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



### Estrutura da área de Tecnologia de Informação e Comunicações

A Portaria nº 287/AEB, de 15 de setembro de 2020 detalha as denominações dos cargos e funções da Estrutura Organizacional da Agência Espacial Brasileira, com o objetivo de implementar as informações no Sistema de Informações Organizacionais (SIORG), do Ministério da Economia, sendo que a Coordena-

As atividades e funções foram elaboradas conforme os seguintes referenciais, que descrevem em maiores detalhes os processos implementados:

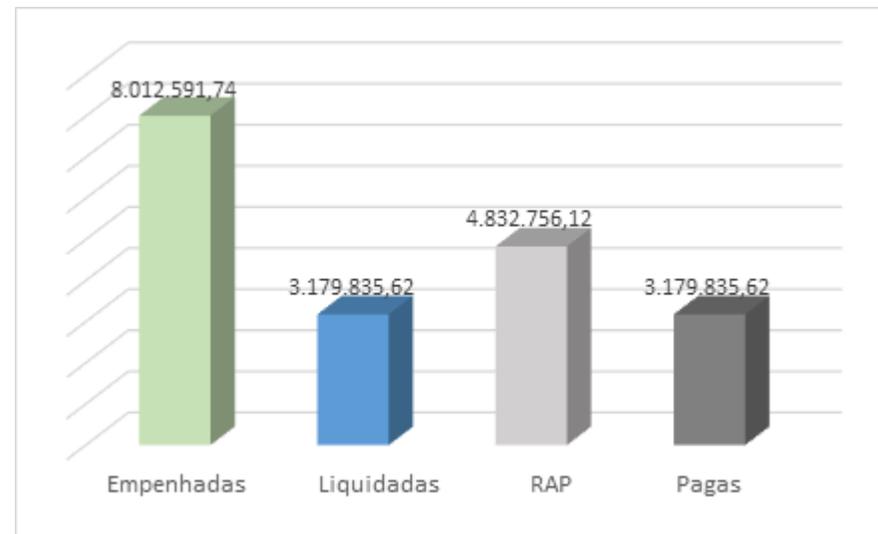
- ITIL 4: Guia ITIL 4 para gerenciamento de serviços de TIC;
- COBIT 2019: Modelo Corporativo para Governança e Gestão de TIC em organizações;
- GovTIC v 2.0: Guia de Governança de TIC para o SISP v2.0;
- Processo de Software da AEB: Guia para tratar o ciclo de vida do projeto de desenvolvimento; e
- Catálogo de Serviços de TIC: Documento estruturado com informações sobre todos os serviços prestados pela CTIC à AEB.

A AEB possui contrato com a empresa CentralIT para execução de serviços de suporte por meio da ferramenta CitSMART. O serviço é fornecido de maneira presencial e/ou remota nas dependências da Agência por meio de ligações nos ramais de atendimento, e-mail e/ou registro de demandas no portal, que são vinculados à ferramenta de gerenciamento de serviços de TI, com disponibilidade do serviço das 07h30 às 19h30, de segunda a sexta-feira, podendo variar de acordo com as necessidades da AEB.

### Despesas com Tecnologia da Informação

Em 2020, dentre as aquisições feitas, os contratos mais relevantes, relacionados foram: i) custeio - aquisição de solução de avaliação de competências – Sólides, solução de registro de frequência em nuvem – Oitchau, aquisição de licença de Autocad, manutenção do serviço de suporte e garantia da solução de *backup/restore*, aquisição de licença de uso de software Adobe Acrobat PRO e Adobe CC, renovação contratual com a empresa CentralIT (Serviços de TIC), contratação de Dados como serviço – DaaS do SERPRO, serviço de acesso de mailing de imprensa, serviços de banco de dados de imagem/trilha sonora e vídeos, e serviço de monitoramento de redes sociais; e ii) investimento – *Web Application Firewall* e solução de monitoramento, auditoria e criptografia de banco de dados (em andamento).

### DESPESAS COM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - EXERCÍCIO 2020



Fonte: Tesouro Gerencial

## Principais iniciativas e resultados na área de TIC

### PDTIC 2018/2019

O PDTIC 2018/2019 foi composto por 56 Metas, das quais, em 2019, 42,5% atendidas, 50% não atendidas, o restante, 7,14% foi solucionada em 2020. Constatou-se que durante a vigência do PDTIC 2018/2019, o índice de ações “não atendidas” atingiu um patamar significativo de 50%, o que ocasionou a subsequente transferência de algumas daquelas ações para o PDTIC 2020/2021 como *follow-up*, uma vez que as necessidades informadas foram novamente listadas no inventário realizado junto às áreas de negócio da AEB para composição das necessidades para o PDTIC 2020/2021.

Do ponto de vista orçamentário, os valores de dispêndio financeiro do PDTIC 2018/2019, em 2018, as despesas totalizaram cerca R\$ 4,2 milhões e, em 2019, R\$ 3,8 milhões (Fonte: <https://www.gov.br/aeb/pt-br/acao-a-informacao/comite-de-governanca-digital/documentos/resolucao-no-02-aprovando-relatorio-de-acompanhamento-pdtic-2020-2021.pdf>).

O Relatório de Acompanhamento do PDTIC 2018/2019 foi aprovado pelo Comitê de Governança Digital da AEB através da Resolução AEB nº 2, de 16 de abril de 2020.

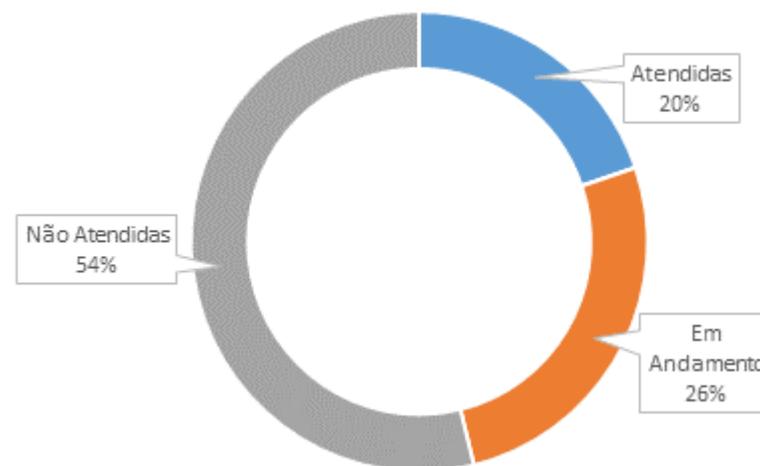
### PDTIC 2020/2021

O PDTIC da AEB 2020/2021 ainda se encontra em processo de execução, sendo que das 91 (noventa e uma) metas descritas:

- 49 (quarenta e nove) ou 54% ainda não foram formalizadas; e
- 42 (quarenta e duas) ou 46% foram atendidas, sendo: o 18 (dezoito) ou

20% já finalizadas; e o 24 (vinte e quatro) ou 26% com status de “Em andamento”.

### PERCENTUAL DAS NECESSIDADES ATENDIDAS NO PDTIC 2020/2021



## PRINCIPAIS INICIATIVAS NA ÁREA DE TIC EM 2020

Objetivos estratégicos de TIC	Projeto	Descrição	Resultados
Implementação do <i>Skype For Business</i>	<i>Skype For Business</i>	Solução de mensageria e webconferência	Facilitar a comunicação interna por causa do isolamento social imposto pelo COVID-19
Implementação do ConferênciaWEB RNP	ConferênciaWEB RNP	Solução de webconferência	Facilitar a comunicação e reuniões remotas
Implementação de autenticação na Comunidade Federada - Café	Rede Café	Plataforma de autenticação federada em uso por diversos órgãos de C&T	Disponibiliza acesso a periódicos da Capes e outros serviços.
Implementação do Módulo Estatístico do SEI	Módulo estatístico do SEI	Coleta dados estatísticos de processos na AEB	Encaminha dados estatísticos do SEI para o Ministério da Economia
Implementação do ProxyWeb <i>open-source</i>	ProxyWeb (segurança)	Implementar camada de segurança no acesso externo e interno	Fornecer mais segurança no acesso à internet e as aplicações internas
Implementação do barramento do SEI	Barramento SEI	Módulo do SEI para conexão ao barramento PEN	Tramitação de documentos entre órgãos da APF via SEI
Implementação de <i>BlockChain (b-CPF)</i>	<i>BlockChain (b-CPF)</i>	Dados de CPF para uso de transformação digital na AEB	Serviços que a AEB presta à sociedade podem autenticar ou validar informações com a base de dados.
Implantação do Power BI e treinamentos para áreas de negócio	Implantação de Painéis	Ferramenta que auxilia no desenvolvimento de painéis com indicadores	Auxílio na tomada de decisão, publicidade dos indicadores

Migração do Portal da AEB para a plataforma Gov.BR <a href="https://www.gov.br/aeb/pt-br">https://www.gov.br/aeb/pt-br</a>	Migração do Portal AEB	Plataforma Gov.br acomoda os Portais das instituições públicas em local centralizado	Identidade visual, disponibilidade, canal único com o cidadão para consumir notícias e serviços de governo
Aquisição de direitos de uso de Banco de Imagens para a Coordenação de Comunicação Social – CCS	Banco de Imagens	Plataforma em nuvem que disponibiliza imagens, trilhas sonoras e vídeos para diagramação.	Melhorar as artes e notícias publicadas da AEB em seu portal, redes sociais, <i>folders</i> e material de publicidade
Disponibilização de ambiente do “Observatório Espacial” para a Diretoria de Governança do Setor Espacial - DGSE	Ambiente para acomodar o Observatório do Setor Espacial	Plataforma que informa dados e indicadores do Setor Espacial	Canal de publicação de indicadores e dados relativos ao setor espacial
Aquisição de direitos de uso do Autocad para a Coordenação de Administração	Ferramenta para modelagem bi e tri-dimensional	<i>Software</i> para realizar desenhos de plantas de arquitetura predial	Planejamento assertivo de obras e reformas na AEB
Aquisição de direitos de uso do Adobe Pro e CC para várias áreas de negócio da AEB	Conversor de arquivos e editor de mídias digitais	Ferramenta para manipulação de arquivos PDF, além de módulos para diagramação de imagens	Apoiar os trabalhos desempenhados nas áreas de negócio
Aquisição de mailing de imprensa para a Coordenação de Comunicação Social – CCS	Base de informação de autoridades	Envio em massa de e-mails a público alvo e parceiros de interesse da AEB	Fornecer mecanismos automatizados de envio de e-mails, relatórios e indicadores
Aquisição de <i>software</i> Matlab para projeto de Nanossatélite, parceria entre Diretoria de Gestão de Portfólio – DGEP e Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC	Soluções para estação base de Nanossatélite	<i>Software</i> para realização de cálculos matemáticos para estação base	Auxiliar na operação da estação base do Nanossatélite
Aquisição de direitos de uso de <i>software</i> em nuvem de gestão de frequência “Oitchau” – Coordenação de Gestão de Pessoas – CGP	Sistema de Recursos Humanos (controle de frequências)	Sistema para controle por geolocalização a frequência dos colaboradores da AEB	Melhoria de processo na gestão de ponto eletrônico
Aquisição de direitos de uso de <i>software</i> de monitoramento de redes sociais para a Coordenação de Comunicação Social – CCS	Monitoramento de redes sociais	Ambiente fornece a compreensão sobre a interação de usuários de redes sociais com os perfis oficiais da AEB	Fornecer indicadores sobre o tema do Setor Espacial discutido nas redes sociais

Aquisição de 11 (onze) Impressoras monocromáticas e coloridas para atender as áreas de negócio	Impressoras (impressão)	Equipamentos para impressão	Apoiar atividades das áreas de negócio
Disponibilização do CKAN, plataforma de dados Abertos da AEB: <a href="https://dadosabertos.aeb.gov.br/">https://dadosabertos.aeb.gov.br/</a>	Dados Abertos da AEB	Plataforma para publicação de dados abertos da AEB	Fornecimento de dados brutos extraídos de base de dados da AEB à sociedade para uso (transparência)
Implementação de vários painéis e <i>Dashboards</i> com indicadores das Coordenações subordinadas à Diretoria de Planejamento, Orçamento e Administração – usando a plataforma PowerBI	Painéis e <i>Dashboards</i> gerenciais	Plataforma para disponibilização de <i>dashboards</i> com indicadores	Fornecimento de indicadores de várias unidades para apoio à tomada de decisão
Aquisição do <i>Software</i> ASTOS para simulação de cálculo de trajetória de foguetes para a Diretoria de Inteligência e Novos Negócios – DIEN	Ambiente de simulação de trajetória	<i>Software</i> adquirido para realizar a simulação de cálculo de trajetória de foguetes	Apoiar a DIEN nos estudos para emissão de licença de operador
Aquisição de direitos de uso do <i>Software</i> Sólides (avaliação de competências) para a Coordenação de Gestão de Pessoas – CGP	Sistema de Recursos Humanos (mapeamento de competências)	Uso de plataforma em nuvem para mapeamento de competência dos colaboradores da AEB	Planejar a alocação de pessoas e capacitações
Aquisições de Soluções de Segurança da Informação	Soluções de Segurança da Informação	Diversas aquisições de bens e serviços Segurança da Informação – SIC	Melhorar o perímetro de segurança lógica da AEB
Contratação de Dados como Serviço – DaaS do SERPRO	Dados como Serviço – DaaS	Obter dados dos sistemas estruturantes do Governo Federal	Auxiliar tomada de decisão, transparência, indicadores.

## Segurança da informação

Em 2020 as ações relacionadas à segurança da informação abrangeram o perímetro lógico e serviços de segurança da informação. O processo encontra-se em andamento (ata de preços registrada) e contempla a aquisição de diversas soluções de segurança da informação, tais como: Firewall de Aplicação WAF e Gestão de Riscos. Investimentos em Firewall de borda, Filtro de Conteúdo, Sistemas de Detecção de Intrusão, balanceador de tráfego, projetos de segmentação de rede, zona desmilitarizada, ferramentas para rastreabilidade e trilhas de auditoria para servidor de arquivos, exchange, serviços de *ethical hacker*, além de segurança do perímetro físico predial, tais como: câmeras IP, catracas e sensores ficarão para aquisição em 2021 devido às restrições de orçamento. Essas ações visam a mitigar as lacunas identificadas no perímetro lógico e físico de segurança, funcionando como uma barreira contra possíveis ataques cibernéticos e engenharia social, fornecendo robustez na rede e sistemas de informação da AEB, além da segurança dos próprios colaboradores.

## Gestão e Governança de TIC

Devido à pandemia iniciada em março de 2020, rotatividade de colaboradores e diminuição de pessoal da área de tecnologia da informação da Agência, foram priorizadas algumas atividades como aquisições de TIC para diversas áreas de negócio e implementação soluções para atender a realidade de serviço remoto (teletrabalho).

O Plano Estratégico de TIC 2020/2024 já foi finalizado e está em processo de deliberação final pelo CGD/AEB assim como o PDTIC 2020/2021. O Plano de Dados Abertos, revisão para o ciclo 2021/2022, está em fase de finalização, sendo realizado o inventário de bases e finalizado a consulta pública à sociedade em fevereiro/2021, faltando apenas a estruturação do documento do Plano e

sua aprovação.

Ações relacionadas à criação de políticas, normativos internos de TIC e mapeamento de processos tiveram que ser adiados para sua elaboração e execução em 2021, visto a motivação já exposta.

## Principais desafios e ações futuras

Para o ano de 2021, será realizada organização sob o ponto de vista de Governança de TIC: mapeamento dos processos de infraestrutura, revisão do processo de software, revisão da política de segurança e normativos de segurança, implementação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Outra prioridade será a automatização de processos de negócio; projetos de interligação às unidades descentralizadas em Natal/RN, São José dos Campos/SP e Alcântara/MA; projetos relacionados ao Observatório Espacial; consumo de dados de variadas fontes, propiciando seu cruzamento e inteligência informacional; soluções para melhoria de comunicação interna, colaboração e gestão do conhecimento; além do trabalho contínuo, iniciado em 2020 com a criação de vários *dashboards* e indicadores para a tomada de decisão

## Gestão de Custos

---

A gestão dos custos do Governo Federal é realizada por meio do Sistema de Informações de Custos (SIC), disponível no endereço <https://www.tesourotransparente.gov.br/visualizacao/portal-de-custos-do-governo-federal>. Esse sistema consolida informações extraídas dos sistemas estruturantes SIAFI, SIOP, SIAPE e SIORG.

Atualmente, a AEB não possui subunidade ou setor responsável pelo gerenciamento de custos. A UPC está vinculada à setorial do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI) que editou a Portaria SEXEC/MCTIC nº 6, de 30/5/2012, criando no âmbito daquele ministério a Unidade de Informações de Custos que está sob a responsabilidade da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOA). A Agência seguirá as orientações da setorial para implantar a unidade interna de custos, que será instalada na estrutura compatível com essa atividade.

## Sustentabilidade Ambiental

---

A comissão Gestora do Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS) foi instituída em 2013. O PLS está em fase de atualização e encontra-se disponível no endereço eletrônico: [https://www.gov.br/aeb/pt-br/aceso-a-informacao/plano-de-logistica-sustentavel/p-l-sustentavel\\_da\\_aeb.pdf/view](https://www.gov.br/aeb/pt-br/aceso-a-informacao/plano-de-logistica-sustentavel/p-l-sustentavel_da_aeb.pdf/view)

Conforme previsto no PLS e no Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006, a AEB realiza a separação de resíduos recicláveis descartados, bem como a destinação às associações e às cooperativas de catadores. A atividade é realizada conjuntamente com a Agência Nacional das Águas (ANA), por meio de Termo de Compromisso.

A AEB integra um condomínio com diversos órgãos públicos: Agência Nacional de Águas (ANA), Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (CENSIPAM), Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), Caixa Econômica Federal (CEF), Polícia Rodoviária Federal (PRF) e Ministério da Defesa (MD). Assim, o condomínio disponibiliza os serviços de segurança, limpeza, brigadista, transporte, energia e saneamento que são custeados pelos condôminos.

A Agência, em 2020, fez a contratação de veículo híbrido para uso do Presidente do órgão em que se percebeu uma redução nos valores da cotação, prévia à contratação, fato esse justificado pelo menor consumo de combustível do automóvel. Na contratação referente a materiais de consumo para suprir as necessidades da Agência, destaca-se a aquisição de materiais descartáveis atóxicos e biodegradáveis, contribuindo na utilização da matéria-prima fonte renovável e na redução do impacto ambiental.



A AEB possui um grupo gerador de 250 KVA que alimenta os Blocos A e F. O equipamento é acionado semanalmente e todas as vezes que ocorre interrupção no fornecimento de energia elétrica via rede da Companhia Energética de Brasília (CEB). O combustível utilizado é o Diesel e a manutenção do equipamento é a forma que a Agência utiliza para evitar a ampliação na emissão de poluentes.

A reforma dos edifícios da sede da Agência e seu anexo, no Setor Policial Sul, a ser realizada em 2021, observará os critérios de sustentabilidade ambiental, como energia solar, iluminação em LED, aproveitamento da luminosidade, entre outros fatores.

Por fim, com vistas a garantir a sustentabilidade nas contratações e aquisições, a AEB participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P). Além disso, realiza suas contratações observando os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012.

## 5. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

A Resolução CFC 1.133, de 25/11/2008, definiu “demonstração contábil” como a técnica contábil que evidencia, em período determinado, as informações sobre os resultados alcançados e os aspectos de natureza orçamentária, econômica, financeira e física do patrimônio das entidades do setor público e suas mutações. Dessa forma, o objetivo das demonstrações contábeis das entidades do setor público é fornecer informação útil aos usuários para propósitos de prestação de contas ou tomada de decisão.

Na AEB, cabe à Coordenação de Orçamento e Finanças (COF), da Diretoria de Planejamento, Orçamento e Administração (DPOA), “planejar e coordenar as atividades de execução e acompanhamento do orçamento, da administração financeira, da contabilidade e da elaboração e acompanhamento de convênios e similares, de acordo com Art. 15, inciso I, da Portaria RI (MCTI) nº 4.893, de 23/08/2017, DOU de 25/08/2017 pag. 6, 7 e 8.”

A conformidade das demonstrações contábeis é realizada sempre observando os procedimentos descritos no Manual Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), que visa a assegurar a integridade, fidedignidade e a confiabilidade das informações constantes nesse sistema, onde são executados os atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

As demonstrações Contábeis da AEB são:

- **Balanco Patrimonial** – evidencia os ativos e passivos;
- **Balanco Orcamentario** – demonstra informações do orçamento aprovado em confronto com sua execução (despesa autorizada);
- **Demonstração das Variações Patrimoniais** – apura o resultado

patrimonial do período, fruto do confronto das variações patrimoniais aumentativas (transferências recebidas) com as variações patrimoniais diminutivas (despesas); e

- **Balanco Financeiro e a Demonstração do Fluxo de Caixa** – demonstram o fluxo financeiro (entrada e saída).

### Balanco Patrimonial

O Balanco Patrimonial evidencia qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle).

A Lei nº 4.320/1964 confere viés orçamentário ao Balanco Patrimonial ao separar o ativo e o passivo em dois grupos, financeiro e permanente, em função da dependência ou não de autorização legislativa ou orçamentária para realização dos itens que o compõem.

A fim de atender aos novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP), as estruturas das demonstrações contábeis contidas nos anexos da Lei nº 4.320/1964 foram alteradas pela Portaria STN nº 438/2012.

## BALANÇO PATRIMONIAL – EXERCÍCIOS 2019/2020

ATIVO	2020	2019
<b>Ativo Circulante</b>	<b>421.288.294</b>	<b>301.677.318</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.227.947	8.145.610
Demais Créditos e Valores a Curto Prazos <sup>1</sup> (Adiantamento a TED's)	417.754.381	293.216.493
Estoques	305.965	315.215
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>35.014.675</b>	<b>34.181.561</b>
<b>Ativo Realizável a Longo Prazo</b>	<b>35.424</b>	<b>36.102</b>
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	0	678
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	35.424	35.424
<b>Imobilizado (2)</b>	<b>9.935.425</b>	<b>10.931.867</b>
Bens Móveis	6.787.298	7.000.158
Bens Móveis	11.904.187	10.865.618
(-) Depreciação Acumulada de Bens Móveis	-5.116.890	-3.865.460
Bens Imóveis	3.148.128	3.931.709
Bens Imóveis	3.148.128	3.931.709
(-) Depreciação Acumulada de Bens Imóveis	0	0
<b>Intangível</b>	<b>25.043.825</b>	<b>23.213.592</b>
Softwares	2.180.567	350.334
Softwares	3.033.001	1.202.768
(-) Amortização Acumulada de Software	-852.434	-852.434
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	22.863.258	22.863.258
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	22.863.258	22.863.258
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Industriais	0	0
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>456.302.969</b>	<b>335.858.879</b>

<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>2020</b>	<b>2019</b>
<b>Passivo Circulante</b>		<b>3.009.198</b>	<b>1.004.837</b>
<b>Obrigações Trabalhistas e Prev e Assist. a Pagar Curto Prazo</b>		<b>817.691</b>	<b>905.555</b>
Pessoal a Pagar		798.503	888.958
Benefícios Previdenciários a Pagar		4.025	
Encargos Sociais a Pagar		15.163	16.597
<b>Fornecedores e Contas a Pagar Curto Prazo</b>		<b>2.107.127</b>	<b>2.706</b>
Fornecedores e Conta a Pagar-Credores Estrangeiros (PNUD) <sup>2</sup>		2.107.127	2.706
<b>Demais Obrigações Curto Prazo</b>		<b>84.380</b>	<b>96.576</b>
Valores Restituíveis (PA, PPA, RER, PCS)		84.380	96.576
<b>TOTAL PASSÍVEL EXIGÍVEL</b>		<b>3.009.198</b>	<b>1.004.837</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>2020</b>	<b>2019</b>
<b>Ajuste de Avaliação Patrimonial</b>		<b>875.920</b>	<b>875.920</b>
<b>Resultados Acumulados</b>		<b>452.417.850</b>	<b>333.978.123</b>
Resultado do Exercício = (resultado da variação patrimonial)		118.439.727	236.207.287
Resultado de Exercícios Anteriores = (patrimônio líquido do exercício anterior)		333.978.123	97.774.570
Ajustes de Exercícios Anteriores		0	-3.734
<b>TOTAL DO PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>456.302.968</b>	<b>335.858.880</b>

Fonte SIAFI

**Nota (valores relevantes):**

<sup>1</sup> DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO, acoberta os registros de Adiantamentos Concedidos para Termos de Execução Descentralizada, debitada (+) pela Transferência de Recursos Financeiros e creditada (-) pela Prestação de Contas do TED ou eventuais anulações.

## Balanco Orçamentário

O Balanço Orçamentário nas Demonstrações Contábeis determina que a comparação dos valores orçados com os valores realizados decorrentes da execução do orçamento deve ser incluída nas demonstrações contábeis das entidades que publicam seu orçamento aprovado, obrigatória ou voluntaria

mente, para fins de cumprimento das obrigações de prestação de contas e responsabilização (accountability) das entidades do setor público (MCASP).

Quanto aos resultados referentes às receitas da Agência, a Unidade Gestora 203001 – AEB, não arrecada receitas. O orçamento é executado a partir do recebimento de repasses do Tesouro Nacional.

### BALANÇO ORÇAMENTÁRIO – EXERCÍCIO 2020

RECEITAS					
Receitas Orçamentárias	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Saldo	
<b>Receitas Correntes</b>					
	-		762	(762)	
Receita Tributária		-	-	-	-
Receita de Contribuições	-	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-	-
Receita de Serviços	-	-	762	762	
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-	-
<b>Receitas de Capital</b>					
	<b>34.012.509</b>	<b>34.012.509</b>		<b>(34.012.509)</b>	
Operações de Crédito Interna (FTE 144)				-	
	34.012.509	34.012.509		(34.012.509)	
Alienação de Bens	-	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-	-
Outras Receitas Capital	-	-	-	-	-

<b>DESPESAS</b>							
<b>Despesas Orçamentárias</b>	<b>Dotação Atualizada (a)</b>	<b>Dotação Descentralizada (b)</b>	<b>Dotação Disponível (c)</b>	<b>Despesas Empenhadas (d)</b>	<b>Despesas Liquidadas (e)</b>	<b>Despesas Pagas (f)</b>	<b>Saldo g=(c-d)</b>
<b>Despesas Correntes</b>	<b>97.561.045</b>	<b>53.977.340</b>	<b>43.583.705</b>	<b>41.657.886</b>	<b>37.094.144</b>	<b>34.240.318</b>	<b>1.925.819</b>
Pessoal e Encargos Sociais	14.736.317	-	14.736.317	13.512.209	13.512.209	12.700.695	1.224.108
Outras Despesas Correntes	82.824.728	53.977.340	28.847.388	28.145.676	23.581.935	21.539.623	701.712
<b>Despesas de Capital</b>	<b>98.711.966</b>	<b>81.169.585</b>	<b>17.542.381</b>	<b>17.435.287</b>	<b>2.522.875</b>	<b>2.377.374</b>	<b>107.094</b>
Investimentos	98.711.966	81.169.585	17.542.381	17.435.287	2.522.875	2.377.374	107.094

Fonte SIAFI

**RESTOS A PAGAR – EXERCÍCIO 2020**  
**Demonstração das Variações Patrimoniais**

	Inscritos em Exercícios Anteriores	Inscritos em 31 de Dezembro do Exercício Anterior (2019)	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo	Total Inscritos (-) Cancelados/Pagos
							<b>97,39%</b>
<b>Restos a Pagar Não Processados</b>	<b>2.580.941</b>	<b>13.524.334</b>	<b>15.541.660</b>	<b>15.541.660</b>	<b>147.456</b>	<b>416.159</b>	
<b>Despesas Correntes</b>	<b>2.580.941</b>	<b>11.985.676</b>	<b>14.026.102</b>	<b>14.026.102</b>	<b>147.456</b>	<b>393.059</b>	
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	2.580.941	11.985.676	14.026.102	14.026.102	147.456	393.059	
<b>Despesas Capital</b>	-	<b>1.538.658</b>	<b>1.515.558</b>	<b>1.515.558</b>	-	<b>23.100</b>	
Investimentos	-	1.538.658	1.515.558	1.515.558	-	23.100	
<b>Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados</b>		<b>994.699</b>		<b>994.699</b>			<b>100,00%</b>
<b>Despesas Correntes</b>		<b>994.699</b>		<b>994.699</b>		-	
Pessoal e Encargos Sociais		914.271		914.271		-	
Outras Despesas Correntes		80.427		80.427		-	
<b>TOTAL</b>	<b>2.580.941</b>	<b>14.519.033</b>	<b>15.541.660</b>	<b>16.536.359</b>	<b>147.456</b>	<b>416.159</b>	

Fonte SIAFI

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidencia as alterações ocorridas no patrimônio do órgão AEB durante o exercício financeiro, resultantes ou independentes da execução orçamentária. A DVP revela o Resultado Patrimonial, que pode ser positivo ou negativo, dependendo do resultado líquido das variações positivas e negativas.

Este demonstrativo tem função semelhante à Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) do setor privado. Contudo, é importante ressaltar que a DRE

apura o resultado em termos de lucro ou prejuízo líquido, como um dos principais indicadores de desempenho da entidade. Já no setor público, o resultado patrimonial não é um indicador de desempenho, mas um medidor do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais. Assim, a DVP permite a análise de como as políticas adotadas provocaram alterações no patrimônio público, considerando-se a finalidade de atender às demandas da sociedade (MCASP-8ª Edição)

#### DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS – EXERCÍCIOS 2019-2020

<b>Variações Patrimoniais Aumentativas</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
<b>Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria</b>		
<b>Contribuições</b>		
<b>Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos</b>		
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras</b>		
<b>Transferências e Delegações Recebidas Intragovernamentais (1)</b>	<b>186.880.973</b>	<b>186.078.691</b>
<b>Outras Transferências e Delegações Recebidas</b>	<b>575.651</b>	<b>222.462</b>
<b>Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos (2)</b>	<b>137.373.330</b>	<b>444.614.764</b>
<b>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</b>	<b>26.708</b>	<b>902</b>
<b>Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)</b>	<b>324.856.662</b>	<b>630.916.819</b>

<b>Variações Patrimoniais Diminutivas</b>	<b>2020</b>
<b>Pessoal e Encargos</b>	<b>13.720.651</b>
Remuneração a Pessoal	11.244.944
Encargos Patronais	1.801.518
Benefícios a Pessoal	674.189
Outras Variações Patrimoniais de Pessoal e Encargos	
<b>Benefícios Previdenciários e Assistenciais</b>	<b>576.626</b>
Aposentadoria e Reformas	474.730
Pensões	45.076
Outras Variações Patrimoniais de Benefícios Previdenciários	56.821
<b>Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo (3)</b>	<b>24.377.785</b>
Uso de Materiais de Consumo	221.140
Serviços	22.633.899
Depreciação, Amortização e Exaustão	1.522.746
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras</b>	<b>0</b>
<b>Transferências e Delegações Concedidas (4)</b>	<b>154.011.645</b>
Transferências Intragovernamentais	138.671.024
Transferências Intergovernamentais	13.045.906
Transferências ao Exterior	2.160.714
Outras Transferências e Delegações Concedidas	134.000
<b>Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos (5)</b>	<b>13.658.913</b>
Incorporação de Passivos	0
Desincorporação de Ativos	13.658.913
<b>Outras Variações Patrimoniais Diminutivas</b>	<b>71.315</b>
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	71.315
<b>Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)</b>	<b>206.416.935</b>
<b>Resultado Patrimonial do Período (III) = (I-II)</b>	<b>118.439.727</b>

## Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte. (Alterado pela Resolução CFC nº 1.268/2009). É composto por um único quadro que evidencia a movimentação financeira das entidades do setor público, demonstrando: a receita orçamentária realizada e a despesa

orçamentária executada, por fonte/destinação de recurso, discriminando as ordinárias e as vinculadas; os recebimentos e os pagamentos extraorçamentários; as transferências financeiras recebidas e concedidas, decorrentes ou independentes da execução orçamentária, destacando os aportes de recursos para o RPPS; e o saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte.

### BALANÇO FINANCEIRO – EXERCÍCIOS 2019-2020

INGRESSOS	2020	2019
<b>Receitas Orçamentárias</b>	<b>762</b>	<b>0</b>
Ordinária		0
Vinculadas		0
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	762	0
<b>Transferências Financeiras Recebidas</b>	<b>186.880.973</b>	<b>186.078.691</b>
Repasse recebido	133.962.625	136.528.588
Transferência recebida para Pagamento de Restos a Pagar	51.468.348	49.550.103
Demais Transferências Recebidas (*)	1.450.000	0
<b>Recebimentos Extraorçamentários</b>	<b>22.496.142</b>	<b>14.544.059</b>
Inscrição em Restos a Pagar Processados	2.999.058	994.699
Inscrição em Restos a Pagar Não Processados	19.476.153	13.524.334
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	20.931	24.124
<b>Outros Recebimentos Extraorçamentários</b>	<b>25.946</b>	<b>902</b>
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento (**)	0	0
Arrecadação de Outras Unidades (Restituições)	25.946	902
<b>Saldo do Exercício Anterior</b>	<b>8.145.611</b>	<b>3.887.943</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	8.145.611	3.887.943
<b>TOTAL DOS INGRESSOS</b>	<b>217.549.434</b>	<b>204.510.693</b>

(\*) Transferência realizada pela UG 240106-INPE, TRF utilizada não adequada, será regularizada EM 2021

<b>DISPÊNDIOS</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
<b>Despesas Orçamentária</b>	<b>59.093.172</b>	<b>35.066.160</b>
<b>Ordinária</b>	<b>44.331.766</b>	<b>34.692.816</b>
<b>Vinculadas</b>	<b>14.761.407</b>	<b>373.343</b>
Seguridade Social (exceto previdência)	96.615	0
Previdência Social (RPPS)	287.971	0
Dívida Pública	14.376.821	0
<b>Transferências Financeiras Concedidas</b>	<b>138.671.024</b>	<b>150.306.688</b>
Repasso Concedido	93.906.748	81.754.971
Repasso Devolvido	4.817.351	0
Transferência Concedida para Pagamento de Restos a Pagar	39.920.979	68.550.816
Movimento de Saldos Patrimoniais	25.946	902
<b>Pagamentos Extraorçamentários</b>	<b>16.557.290</b>	<b>10.992.233</b>
Pagamentos de Restos a Pagar Processados	994.699	966.164
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	15.541.660	10.001.945
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	20.931	24.124
Outros Pagamentos	0	0
<b>Saldo para o Exercício Seguinte</b>	<b>3.227.947</b>	<b>8.145.611</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.227.947	8.145.611
<b>TOTAL DOS DISPÊNDIOS</b>	<b>217.549.434</b>	<b>204.510.692</b>

Fonte SIAFI

## Demonstração do Fluxo de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento.

### DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – EXERCÍCIOS 2019-2020

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2020	2019
<b>Ingressos</b>	<b>186.928.612</b>	<b>186.103.717</b>
<b>Outros Ingressos Operacionais</b>	<b>186.928.612</b>	<b>186.103.717</b>
Receitas de Serviços	762	0
Ingressos Extraorçamentários	20.931	24.124
Transferências Financeiras Recebidas	186.880.973	186.078.691
Arrecadação de Outra Unidade	25.946	902
<b>Desembolsos</b>	<b>189.049.650</b>	<b>178.450.918</b>
<b>Pessoal e demais Despesas Correntes</b>	<b>35.645.456</b>	<b>26.141.139</b>
Previdência Social	480.278	403.898
Ciência e Tecnologia	35.165.178	25.737.241
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	0	0
<b>Transferências Concedidas</b>	<b>14.712.238</b>	<b>1.978.966</b>
Intragovernamentais	1.612.745	1.630.733
Outras Transferências Concedidas	13.099.493	348.233
<b>Outros Desembolsos Operacionais</b>	<b>138.691.955</b>	<b>150.330.813</b>
Dispêndios Extraorçamentários	20.931	24.124
Transferências Financeiras Concedidas	138.671.024	150.306.689
<b>TOTAL</b>	<b>-2.121.037</b>	<b>7.652.799</b>

<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES INVESTIMENTOS</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
<b>Ingressos</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Alienação de Bens	0	0
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0	0
<b>Desembolsos</b>	<b>-2.796.626</b>	<b>-3.395.131</b>
Aquisição de Ativo Não Circulante	-180.394	-2.860.482
Outros Desembolsos de Investimentos	-2.616.232	-534.649
<b>TOTAL</b>	<b>-2.796.626</b>	<b>-3.395.131</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES FINANCIAMENTOS</b>		
<b>Ingressos</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Operações de Crédito		
Transferências de Capital Recebidas		
<b>Desembolsos</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Amortização/Refinanciamento Dívida		
<b>TOTAL</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>4.917.663</b>	<b>-4.257.668</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial	<b>8.145.611</b>	<b>3.887.943</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa Final	<b>3.227.947</b>	<b>8.145.611</b>

Fonte SIAFI



Conforme demonstrado no Balanço Financeiro, a relação entre os ingressos operacionais (Transferência Financeiras Recebidas), R\$ 186,8 milhões em 2020 e R\$ 186,0 milhões em 2019, foram praticamente iguais, com relação aos Dispendios Operacionais (Transferências Financeiras Concedidas) R\$ 138,6 milhões em 2020, e R\$ 150,3 milhões em 2019, houve um volume maior de compromissos inscritos em restos a pagar elevando assim, o montante das transferências concedidas no exercício de 2019.

Ressalta-se que 67,72% e 81,44% do total das Transferências Financeiras Recebidas em 2020 e 2019, respectivamente, foram repassadas (Transferência Financeiras Concedidas) para atendimento dos compromissos assumidos com Termos de Execução Descentralizada (TEDs) do exercício e 28,79% e 45,61% respectivamente para atender Restos a Pagar Autorizados por Destaque a Programar (TEDs).

As notas explicativas estão disponíveis no site da AEB no link <https://www.gov.br/aeb/pt-br/acesso-a-informacao/demonstracoes-contabeis>.



**Equipe responsável**

Secretaria-Executiva do Comitê de Gestão Estratégica

**Consolidação do relatório**

Lúcia Helena Michels Freitas  
Priscila Hardman Rodrigues de Carvalho

**Diagramação e capa**

Uiadan Almeida Oliveira

**AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA**

Setor Policial, Área 5, Quadra 3, Bloco A  
CEP: 70.610-200, Brasília - DF  
(61) 2033-4000  
[www.gov.br/aeb/pt-br](http://www.gov.br/aeb/pt-br)



<https://www.gov.br/aeb/pt-br>

Fala.BR

<https://sistema.ouvidorias.gov.br>



@agenciaespacialbrasileira



@agenciaespacialbrasileira



AEBoficial



@espacial\_aeb



@agenciaespacialbrasileira



[ccs@aeb.gov.br](mailto:ccs@aeb.gov.br)



SPO Área 5 Quadra 3 Bloco A  
70610-200 - Brasília - DF - Brasil



+55 61 2033.4000



MINISTÉRIO DA  
CIÊNCIA, TECNOLOGIA  
E INOVAÇÕES

